

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E NEGÓCIOS
NÍVEL MESTRADO**

SÉRGIO LUTZ

7 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO:

Uma Proposta de Medição da Percepção dos Associados

Porto Alegre

2021

SÉRGIO LUTZ

7 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO:

Uma Proposta de Medição da Percepção dos Associados

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Negócios, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão e Negócios, nível Mestrado profissional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Valle Antunes Júnior

Coorientador: Prof. Dr. Heitor José Cademartori Mendina

Porto Alegre

2021

L975s Lutz, Sérgio.
7 princípios do cooperativismo : uma proposta de medição da percepção dos associados / por Sérgio Lutz. – 2021.
165 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Negócios, Porto Alegre, RS, 2021.
Orientador: Dr. José Antônio Valle Antunes Júnior.
Coorientador: Dr. Heitor José Cademartori Mendina.

1. Cooperativismo. 2. Educação cooperativa. 3. Princípios do cooperativismo. 4. Percepção do associado. 5. Índice de satisfação do associado. I. Título.

CDU: 658.114.7

SÉRGIO LUTZ

7 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO:

Uma Proposta de Medição da Percepção dos Associados

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Negócios, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão e Negócios, nível Mestrado profissional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovada em 17 de maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Daniel Baioto – CESURG

Prof. Dr. Ivan Lapuente Garrido – UNISINOS

Prof. Dr. Marcelo Jacques Fonseca – UNISINOS

Visto e permitida a impressão

Porto Alegre,

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Valle Antunes Júnior

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus pela vida e pela oportunidade de estar realizando esse trabalho. Aos familiares, esposa Jaqueline e filha Paola pelo companheirismo e carinho durante esse período de intensos estudos na busca por conhecimento e realização pessoal e profissional. Gratidão aos pais Osmar Lutz e Marlene Lutz (*in memoriam*). Gratidão aos irmãos e sogros.

Ao orientador, professor doutor José Antônio Valle Antunes Júnior e ao coorientador Heitor José Cademartori Mendina que foram figuras fundamentais na orientação desse trabalho. Pela sua generosidade em compartilhar seus conhecimentos e pela dedicação dispensada. Ao professor Ivan Garrido pela contribuição especial nas análises estatísticas nesse trabalho. A todos os professores do Mestrado Profissional da Unisinos, professores da Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo – Escoop, e ao Sescoop/RS pela parceria que viabilizou a realização desse mestrado.

Ao professor Odelso Schneider (*in memoriam*) pelo incentivo, apoio ao estudo do tema dos princípios do cooperativismo e pela participação na Banca de Qualificação do Projeto de Pesquisa.

Sou grato a cada um dos colegas da turma do mestrado pelas contribuições que trouxeram e agregaram para minha vida.

Gratidão a todas as pessoas que contribuíram na fase da coleta de dados abrindo portas para que a pesquisa de fato chegasse aos associados das cooperativas.

RESUMO

O cooperativismo busca transformar o mundo em um lugar mais justo, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Para atingir seu objetivo, se fundamenta em valores e princípios. Nesse contexto, o ponto de partida deste trabalho foi uma reflexão a respeito do real conhecimento que os associados têm em relação aos princípios universais do cooperativismo. O objetivo foi criar um artefato que torne possível medir a percepção dos associados quanto a aplicação dos 7 princípios do cooperativismo. Com esse intuito foi proposto e desenvolvido um artefato em forma de questionário, utilizando o método do *Design Science Research*. O questionário foi construído tendo a participação de especialistas na área do cooperativismo, foi testado através de pré-testes e, posteriormente, aplicado junto a associados. Participaram da pesquisa cinco ramos de cooperativas: Crédito, Saúde, Transporte, Trabalho, Produção de Bens e Serviços e Agropecuário. No total 442 associados de cooperativas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo responderam ao questionário. A pesquisa foi aplicada através de uma *survey* eletrônica enviada por email e Whatsapp aos respondentes. Após a coleta de dados o questionário foi testado através do software SPSS Statistics sendo que a validação dos construtos foi realizada através da Análise Fatorial e a medição da confiabilidade pelo indicador Alpha de Cronbach. Após a testagem, 3 variáveis foram excluídas e 25 respondentes foram considerados *outliers*, sendo excluídos. O formato final do questionário envolveu 46 questões que permitem tratar a contento dos 7 princípios do cooperativismo.

Como resultados portanto, pode-se verificar a eficácia do questionário. Além das variáveis externas como idade, sexo, entre outras, foram coletadas as percepções dos associados quanto a aplicação dos princípios na sua cooperativa utilizando uma escala Lickert de 8 pontos (0 – discordo totalmente a 7 – concordo totalmente). A título de ilustração do potencial de utilização do questionário, através desses dados, foi possível comparar as médias dos princípios entre si distribuídos de acordo com os ramos que participaram da pesquisa e fazer relacionamento com possível tomadas de decisão baseada nos resultados. Também foi possível calcular o índice de satisfação dos associados em relação à cooperativa através da utilização da técnica do Net

Promoter Score. Para essa coleta foi utilizada uma escala Lickert de 11 pontos (0 a 10).

Palavras-chave: Cooperativismo. Educação Cooperativa. Princípios do Cooperativismo. Percepção do Associado de Cooperativa. Índice de Satisfação do Associado de Cooperativa.

ABSTRACT

Cooperativism seeks to transform the world into a fairer, more balanced place with better opportunities for all. In order to achieve its objective, it relies on values and principles. In this context, the starting point for this work was a reflection on the real knowledge that members have about the universal principles of Cooperativism. The objective was to create a tool that would make it enable assessing the perception of members regarding the application of the 7 principles of Cooperativism. A questionnaire was proposed and developed to achieve this goal using the Design Science Research method. The questionnaire was built with the participation of specialists in the Cooperatives field; it was tested through pre-tests and, subsequently, applied to members. Five branches of cooperatives participated in the research: Credit, Health, Transport, Labor, Production of Goods and Services and Agriculture. A total of 442 cooperative members from the states of Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná and São Paulo answered the questionnaire. The survey was made available through email and Whatsapp messages sent to respondents. After data collection the questionnaire was tested using the SPSS Statistics software, and the validation of the constructs was performed through Factor Analysis and the measurement of reliability by Cronbach's Alpha indicator. After testing the results, 3 variables were excluded, and 25 respondents' answers were removed as they were considered outliers. The final format of the questionnaire involved 46 questions that made it possible to deal satisfactorily with the 7 principles of Cooperativism.

As a result, one can verify the effectiveness of the questionnaire. In addition to external variables such as age and gender, among others, the perceptions of members regarding the application of the principles in their cooperative were collected using a Lickert scale of 8 points (from 0 - I totally disagree to 7 - I totally agree). As an illustration of the potential use of the questionnaire, the data allowed comparing the averages of the principles among themselves distributed according to the branches that participated in the research and to relate to possible decision-making process based on the results. It was also possible to calculate the level of satisfaction of members about the cooperative through the use of the Net Promoter Score technique. For this collection, an 11-point Lickert scale (0 to 10) was used.

Keywords: Cooperative Education. Cooperative. Cooperative Principles. Perception of the Cooperative Member. Cooperative member satisfaction index.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - COMPARAÇÃO DO NÚMERO DE CITAÇÕES DE ACORDO COM NVIEWER-2020.....	23
FIGURA 2 - COMPARAÇÃO DO NÚMERO DE CITAÇÕES DE ACORDO COM NVIEWER-2020.....	23
FIGURA 3 - COMPARAÇÃO DO NÚMERO DE CITAÇÕES DE ACORDO COM NVIEWER-2020 - IDIOMA BRITISH ENGLISH.....	24
FIGURA 4 - COMPARAÇÃO DO NÚMERO DE CITAÇÕES DE ACORDO COM NVIEWER-2020 – IDIOMA SPANISH ..	25
FIGURA 5 - PÊNDULO REPRESENTATIVO DA CONDUÇÃO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS	80
FIGURA 6 - PROPOSTA PARA A CONDUÇÃO DE PESQUISA UTILIZANDO A <i>DESIGN SCIENCE RESEARCH</i>	89
FIGURA 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES DA PESQUISA DE ACORDO COM O RAMO	105
FIGURA 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DE ACORDO COM O SEXO.	106
FIGURA 9 - DISTRIBUIÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS.	107
FIGURA 10 - DISTRIBUIÇÃO POR FORMAÇÃO ACADÊMICA.	107
FIGURA 11 - MÉDIAS DAS QUESTÕES DO PRINCÍPIO 1.....	127
FIGURA 12 - MÉDIAS DAS QUESTÕES DO PRINCÍPIO 2.....	128
FIGURA 13 - MÉDIAS DAS QUESTÕES DO PRINCÍPIO 3.....	129
FIGURA 14 - MÉDIAS DAS QUESTÕES DO PRINCÍPIO 4.....	131
FIGURA 15 - MÉDIAS DAS QUESTÕES DO PRINCÍPIO 5.....	132
FIGURA 16 - MÉDIAS DAS QUESTÕES DO PRINCÍPIO 6.....	133
FIGURA 17 - MÉDIAS DAS QUESTÕES DO PRINCÍPIO 7.....	134
FIGURA 18 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS RAMOS PESQUISADOS	137
FIGURA 19 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DE ACORDO COM A PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE EDUCAÇÃO.	137
FIGURA 20 - MÉDIAS DAS QUESTÕES CONSIDERANDO O RAMO SAÚDE	139
FIGURA 21 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO RAMO AGROPECUÁRIO	158
FIGURA 22 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO RAMO SAÚDE.....	159
FIGURA 23 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO RAMO TRANSPORTE	159
FIGURA 24 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO RAMO TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.	160
FIGURA 25 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO RAMO CRÉDITO.	160
FIGURA 26 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA.	161
FIGURA 27 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DE ACORDO COM O PAPEL DESEMPENHADO.	162
FIGURA 28 - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DE ACORDO COM A PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE EDUCAÇÃO.	163
FIGURA 29 - NPS DE ACORDO COM A REGULARIDADE DE PARTICIPAÇÃO EM ASSEMBLEIAS.	164
FIGURA 30 - NPS DE ASSOCIADOS DO RAMO AGROPECUÁRIO E QUE PARTICIPAM DE ASSEMBLEIAS	164

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ESTA TÍSTICAS DESCRITIVAS	108
TABELA 2 – PRINCÍPIO 1	110
TABELA 3 – PRINCÍPIO 2	111
TABELA 4 – PRINCÍPIO 3	112
TABELA 5 – PRINCÍPIO 4	112
TABELA 6 – PRINCÍPIO 5	113
TABELA 7 – PRINCÍPIO 6	114
TABELA 8 – PRINCÍPIO 7	114
TABELA 9 - VARIÂNCIA EXTRAÍDA E CORRELAÇÕES ENTRE CONSTRUTOS	115
TABELA 10 - MATRIZ DE TESTE-T ENTRE MÉDIAS DOS PRINCÍPIOS	121
TABELA 11 - MATRIZ - MÉDIA GERAL DOS PRINCÍPIOS	122
TABELA 12 - ANOVA PRINCÍPIO EM RELAÇÃO AOS RAMOS PESQUISADOS	122
TABELA 13 - ANOVA PRINCÍPIO 2 EM RELAÇÃO AOS RAMOS PESQUISADOS	123
TABELA 14 - ANOVA PRINCÍPIO 3 EM RELAÇÃO AOS RAMOS.....	123
TABELA 15 - ANOVA PRINCÍPIO 4 EM RELAÇÃO AOS RAMOS.....	124
TABELA 16 - ANOVA PRINCÍPIO 5 EM RELAÇÃO AOS RAMOS.....	124
TABELA 17 - ANOVA PRINCÍPIO 6 EM RELAÇÃO AOS RAMOS.....	125
TABELA 18 - ANOVA PRINCÍPIO 7 EM RELAÇÃO AOS RAMOS.....	125
TABELA 19 - SÍNTESE DAS DIFERENÇAS ENTRE AS MÉDIAS	126
TABELA 20 - PROPENSÃO A INDICAR E PERMANECER NA COOPERATIVA.	138
TABELA 21 - MATRIZ DE CORRELAÇÃO.....	157
TABELA 22 - MATRIZ TESTE-T DAS QUESTÕES P1.Q_16 A P7.Q_49.....	165

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ITERAÇÕES DOS PRINCÍPIOS COOPERATIVOS 1860-1995 NA TRADIÇÃO ROCHDALE	18
QUADRO 2 - SÍNTESE DOS 7 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO	76
QUADRO 3 - SÍNTESE DOS CONSTRUTOS DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS	78
QUADRO 4 - ADEQUAÇÃO DO PROPÓSITO DA <i>DESIGN SCIENCE RESEARCH</i> AOS OBJETIVOS DA PESQUISA	81
QUADRO 5 - COMPARAÇÃO DAS FILOSOFIAS DE PESQUISA	82
QUADRO 6 - DIRETRIZES PARA A CONDUÇÃO DE DSR	85
QUADRO 7 - PESQUISA/PRESCRIÇÃO	86
QUADRO 8 - FORMAS DE PESQUISA ORGANIZACIONAL DE ACORDO COM A DSR	86
QUADRO 9 - PASSOS DO MÉTODO DE TRABALHO	93
QUADRO 10 - PASSOS DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO ARTEFATO	94
QUADRO 11 - QUESTÕES RELACIONADAS AOS 7 PRINCÍPIOS DE ACORDO COM O CONSTRUTO	101
QUADRO 12 - QUESTIONÁRIO NA VERSÃO FINAL	117
QUADRO 13 - QUESTÕES RELACIONADAS AOS 7 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO	154

LISTA DE SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

DSR – Design Science Research

ESCOOP – Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo

FAO – Food and Agricultural Organization

ICA – International Cooperative Alliance

ILO – International Labor Organization

NPS – Net Promoter Score

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PECOL - Principles of European Cooperative Law

RSL – Revisão Sistemática da Literatura

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem Cooperativa

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	2
RESUMO.....	3
ABSTRACT	5
LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE QUADROS.....	9
1 INTRODUÇÃO.....	14
2 RELEVÂNCIA DO TEMA	20
2.1 Importância Acadêmica.....	20
2.2 Importância da educação para as cooperativas e o cooperativismo	27
3 QUESTÃO DA PESQUISA.....	31
3.1 Problema de pesquisa	32
3.2 Objetivos	32
3.2.1 Objetivo Geral	32
3.2.2 Objetivos Específicos	32
4 REFERENCIAL TEÓRICO	33
4.1 O que é cooperativismo?	33
4.1.1 Etimologia.....	35
4.1.2 O que não é o cooperativismo	36
4.2 O cooperativismo e o alinhamento ideológico político	36
4.3 O Movimento Cooperativista na prática	38
4.4 Conceito de cooperativa	39
4.5 Cooperativismo e identidade	41
4.6 Os sete princípios do cooperativismo	43
Princípio 1 – Adesão Voluntária e Livre	45
Princípio 2 – Controle Democrático pelos Membros	46
Princípio 3 – Participação econômica dos Membros	50
Princípio 4 – Autonomia e Independência	55
Princípio 5 – Educação, formação e informação	58
Princípio 6 – Intercooperação	69
Princípio 7 – Compromisso com a Comunidade.....	73

4.7 Síntese dos 7 princípios	75
4.8 Delimitação do trabalho	78
5 MÉTODO	79
5.1 Delineamento da Pesquisa	79
5.2 Método de Pesquisa - <i>Design Science Research</i>	84
5.3 Método de Trabalho	93
5.4 Coleta de dados	95
5.5 Plano de amostragem	96
5.5.1 Dificuldades encontradas.....	97
5.6 O instrumento de coleta de dados	98
5.7 Procedimentos estatísticos para análise dos dados coletados	98
5.7.1 Tratamento dos Dados.....	98
5.7.2 Análises estatísticas	99
6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	100
6.1 O questionário	100
6.2 Caracterização da amostra	105
6.3 Preparação dos dados	108
6.3.1 Estatísticas descritivas	108
6.3.2 Verificação da confiabilidade dos construtos.....	110
6.3.3 Análise do Objetivo Geral da Pesquisa.....	116
7 ANÁLISES DE RESULTADOS - ILUSTRAÇÃO DA POTENCIALIDADE DE USO DO INSTRUMENTO	121
7.1 Média Geral dos 7 Princípios	121
7.2 Resultados e Análise dos Resultados dos 7 Princípios de acordo com as questões relacionadas aos construtos	126
7.2.1 Princípio 1 – Adesão voluntária e livre	126
7.2.2 Princípio 2 – Gestão democrática	127
7.2.3 Princípio 3 – Participação econômica dos membros	129
7.2.4 Princípio 4 – Autonomia e independência.....	130
7.2.5 Princípio 5 – Educação, formação e informação	131
7.2.6 Princípio 6 – Intercooperação	132
7.2.7 Princípio 7 – Compromisso com a comunidade.....	134
7.3 Índice de Satisfação dos Associados	135

7.3.1 Quanto a verificação do índice de satisfação.....	135
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES DO TRABALHO E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	141
8.1 Considerações Finais	141
8.2 Limitações do trabalho	147
8.3 Recomendações para trabalhos futuros	147
REFERÊNCIAS.....	148
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO NA VERSÃO FINAL.....	154
APÊNDICE B – MATRIZ DE CORRELAÇÃO.....	157
APÊNDICE C – NPS DE ACORDO COM OS RAMOS DAS COOPERATIVAS	158
APÊNDICE D – MATRIZ TESTE-T	165

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação visa, a partir de uma visão histórica, pautada nos princípios cooperativos, construir um questionário (artefato) para medir a percepção do associado quanto a aplicação dos princípios no cotidiano da cooperativa. Para tanto, é fundamental que se faça um resgate histórico do cooperativismo e dos seus princípios.

É praticamente impossível estabelecer um início para o cooperativismo. Segundo Mladenatz (2003), a forma de vida cooperativa, na realidade, sempre existiu, desde as formas mais primitivas de vida. Diversas tradições de autoajuda e variadas formas de colaboração coletiva surgiram desde a antiguidade e deram lugar a modalidades de economia coletiva que se aproximam em diferentes níveis da forma cooperativa (CATTANI, A. DAVID (ORG); CORAGGIO, JOSÉ LUIS; LAVILLE, 2009). E, conforme Harari (2018), desde a era do Homo Sapiens puderam ser desenvolvidos tipos de cooperação, mais sólidos e mais sofisticados, de acordo com as informações disponíveis naquele tempo.

Em diversos momentos da história e da literatura fica evidente o vínculo dos precursores do cooperativismo e dos primeiros cooperativistas modernos com os valores cristãos bíblicos. Mladenatz (2003), afirma que na busca por uma sociedade mais igualitária economicamente e de maior amor ao próximo, havia o vínculo das ideias cooperativistas com os ideais cristãos de Saint-Simon, Charles Gide e outros. E, segundo a visão dos cristãos, o cooperativismo seria a maneira de renovar a sociedade humana e reorganizar a sua ordem econômica com base no cristianismo.

Como exemplo dos fundamentos sobre os quais foi construída a teoria do cooperativismo, podemos verificar que foram os próprios cristãos envolvidos no desenvolvimento do pensamento do cooperativismo que estabeleceram a necessidade de que, na teoria e na prática cooperativa, não houvesse diferenciação das pessoas dada sua crença religiosa.

Por isso pode-se afirmar que os fundamentos do cooperativismo contém muitos valores cristãos na sua origem: autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade, solidariedade (ACI, 2015) e preservação ambiental (FARDINI, 2017).

No entanto, a corrente hegemônica de pensamento sugere que as tradições cooperativas modernas mais importantes se iniciaram na primeira metade do século

XIX na Europa, em particular na França, Inglaterra e Alemanha, onde surge o projeto cooperativo e, mais amplamente, o socialismo científico e a ciência social, todos inspirados na mesma matriz utópica (CATTANI, A. DAVID (ORG); CORAGGIO, JOSÉ LUIS; LAVILLE, 2009).

O movimento cooperativista, tal como entendido hoje, teria surgido no contexto da Revolução Industrial na Europa, no século XIX, quando a exploração do trabalho humano, incluindo especialmente as crianças e mulheres, elevou os níveis de dificuldade de sobrevivência ao extremo. Após um início de dificuldades, o cooperativismo se mostrou consistente na teoria e na prática proposta. Alcançou esta posição de relevância internacional atual graças a sua peculiaridade, especialmente quando, desde as concepções dos seus precursores até a sua fundação em 1844, em Rochdale na Inglaterra, se preocupou em estabelecer valores que respeitassem e promovessem a dignidade humana. Desde então, o movimento cooperativo se expandiu para todos os países do mundo levando seus valores e princípios como fundamentos das suas organizações. Segundo Moreno (2017), a relação entre valores e princípios é de que estes são guias de conduta a aqueles.

O cooperativismo pode ser considerado uma das poucas doutrinas que nasceram a partir da prática dos trabalhadores e não apenas do exercício intelectual de pensadores (CARVALHO, 2011). Nesse contexto não é possível estabelecer uma data específica de fundação do cooperativismo enquanto teoria. O que se tem preconizado como marco (1844) refere-se à fundação da primeira cooperativa de consumo estruturada. Ainda assim, há interpretações que remetem à datas anteriores considerando a origem do cooperativismo no século XVII. O Padre Rafael Carbonell de Masy, baseado em documentos jesuítas originais, identifica o ano de 1627 como sendo o ano da criação da primeira cooperativa, na forma de redução jesuítica de índios guaranis, em terras da América do Sul.¹

Em outros termos, a organização cooperativa é caracterizada pelos princípios debatidos na sua origem pelos socialistas utópicos, baseados no ideário da igualdade, liberdade e fraternidade (BIALOSKORSKI, 2012). A teoria, portanto, nasce concomitantemente a realidade que a impulsiona para a busca de soluções diante das dificuldades enfrentadas pelo povo.

¹ MASY, Rafael Carbonell de. Estrategia de desarrollo rural en los pueblos guaraníes (1609-1767). Barcelona. Instituto de Cooperación Iberoamericana E.A. Bosch. 1992.

A cooperação é uma forma de organização econômica-social diferenciada. E por isso, muitas das interrogações a seu respeito não podem ser respondidas através do conceito geral da economia, sociologia e legislação. Segundo Frantz (2000), a cooperação é um processo social, embasada em relações associativas, na interação humana, pela qual um grupo de pessoas busca encontrar respostas para seus problemas, realizar objetivos comuns e produzir resultados por meio de empreendimentos coletivos.

O cooperativismo se define como a expressão de correntes filosóficas ou cosmovisões comunitaristas e associacionistas que possuem seu correlato em uma doutrina; em um sistema cujo propósito consiste em transformar os atores envolvidos através do processo econômico; no componente de uma economia (social e solidária) e em um enfoque político-social (CATTANI, A. DAVID (ORG); CORAGGIO, JOSÉ LUIS; LAVILLE, 2009). Pode, assim, ser entendida como a expressão de diversas iniciativas que agrupam pessoas, é nesse movimento cooperativo que são expressas as orientações próprias das iniciativas (CATTANI, A. DAVID (ORG); CORAGGIO, JOSÉ LUIS; LAVILLE, 2009).

O cooperativismo é abordado como movimento ou sistema que, enquanto ação prática, não pode prescindir da ideia, de doutrina, de uma ação consciente (MLADENATZ, 2003). É a doutrina que estabelece os princípios, é ela quem ilumina o caminho. O cooperativismo é uma doutrina, um sistema, um movimento, ou, simplesmente, uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como a forma ideal de organização das atividades socioeconômicas da humanidade (OLIVEIRA, 2001). É no contexto da doutrina que foram estabelecidos historicamente os princípios do cooperativismo.

Historicamente, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) foi criada no ano de 1895. A ACI, órgão máximo reconhecido no âmbito do movimento cooperativista mundial é que estabeleceu ao longo da história, e estabelece hoje, os princípios do Cooperativismo (BIALOSKORSKI, 2012).

Em 24 de outubro de 1844, os documentos fundadores da Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale foram aceitos pelo Registrador do governo. Assim começou a formulação dos princípios cooperativos, que provavelmente possuem várias fontes das quais se originaram (DAVIDOVIC, 1966) e que foram consolidados nos anos 1860 (THOMPSON, 1994). Porém, a doutrina cooperativa foi sistematizada

apenas 42 anos depois da organização fundada pelos Pioneiros de Rochdale, passando a divulgar seus valores e princípios pelo mundo (FARDINI, 2017).

Rochdale era um centro de experimento e pensamento cooperativista. Após uma queda acentuada na demanda por flanela tecida à mão, que levaram a uma perda de salários e empregos para a maioria da população da cidade e protestos violentos, houve terreno fértil para os movimentos trabalhistas de Owenite e Charist (FAIRBAIRN, 1994) e (THOMPSON, 1994). Na busca por soluções a favor da comunidade, 60 tecelões, visionários (OCZKOWSKI; KRIVOKAPIC-SKOKO; PLUMMER, 2013) e owenites (seguidores dos ensinamentos de Robert Owen) iniciaram as operações de uma loja cooperativa chamada Sociedade Cooperativa Amigável de Rochdale em 1830. Essa loja permaneceu ativa por dois anos, mas o uso malsucedido de crédito e as dívidas acabaram por levar ao seu desaparecimento (FAIRBAIRN, 1994).

Já em 1844, os tecelões e owenites se uniram na busca por melhorias nas condições econômicas dos tecelões com a intenção de obter sucesso onde o empreendimento anterior havia falhado. A sua conclusão foi de que a sociedade cooperativa não teria prosperado porque teria limitado suas transações a membros, teria trabalhado com crédito e não estabelecido foco no lucro. Reverter esses três aspectos trouxe aumentos de receita e permitiu a expansão dos negócios (THOMPSON, 1994).

Na década 1860-1870, quando os pioneiros já haviam desenvolvido um conjunto de estatutos, utilizaram um almanaque de regras práticas que era distribuído a outros grupos. A edição de 1860 continha a versão mais antiga daquilo que poderia ser descrito como os Princípios Cooperativos. Estas regras foram sintetizadas pela ACI posteriormente, em 1937 (FAIRBAIRN, 1994). Desde então os princípios foram adotados pelas cooperativas e revisados em alguns congressos internacionais (WARING; LANGE, 2019), sem, no entanto, descaracterizar o modelo rochdaleano, num esforço de adequá-los às peculiaridades de cada época, especialmente as introduzidas pelo Congresso da Aliança Cooperativa Internacional em 1937 em Paris, em 1966 em Viena e em setembro de 1995 em Manchester, na Inglaterra (SCHNEIDER, 2019). Para Schneider (1999) e Pinho (2004), a modernização e revisão dos princípios é importante, considerando a evolução da realidade econômica e social. No Quadro 1 são apresentadas as iterações dos princípios cooperativos.

Quadro 1 - Iterações dos Princípios Cooperativos 1860-1995 na tradição Rochdale

Tipo de Regra	1860 - Pioneiros de Rochdale	1937 - ACI	1966 - ACI	1995 - ACI
DEMOCRACIA	O princípio de "um membro, um voto" deve ser obtido no governo e a igualdade de sexos na associação	Controle democrático	Democracia	Controle democrático pelo membro
	A administração deve estar na mão de administradores e de comitê eleito periodicamente			
ECONOMIA	O capital deve ser fornecido por eles próprios e arcar com uma taxa de juros fixa	Distribuição do excedente na proporção das transações	Retorno equitativo dos excedentes aos membros	Participação econômica dos membros
	Lucros devem ser divididos <i>pro rata</i>			
	Declarações e balanços frequentes devem ser apresentados			
EDUCAÇÃO	Um percentual definido dos lucros deve ser alocado para educação	Promoção da educação	Provisão da educação	Educação, formação e informação
DINHEIRO	Preços de mercado devem ser cobrados e nenhum crédito dado nem solicitado	Compra a dinheiro		
QUALIDADE	Apenas os mantimentos mais puros possíveis devem ser fornecidos			
	Peso e medida completos devem ser dados			
ABERTURA		Associação aberta	Associação aberta e voluntária	Associação voluntária e aberta
INTERESSE		Interesse limitado do capital	Interesse limitado sobre o capital compartilhado	
NEUTRALIDADE		Neutralidade política e religiosa		
ENTRE			Cooperação entre (duas) cooperativas	Cooperação entre (várias) cooperativas
AUTONOMIA				Autonomia e independência
COMUNIDADE				Compromisso com a comunidade

Fonte: Desenhado por Timothy Waring e Taylor Lange a partir de Fairbairn (1994) e Birchall (1997). Tradução do autor.

Até que houvesse a consolidação dos sete princípios houve uma adaptação e diversos ajustes desde 1860. A primeira coluna do Quadro 1 descreve os tipos de regras. Essa qualificação não foi estabelecida pelos Pioneiros de Rochdale, foi criada pelos autores a fim de agrupar os princípios originais. Na sequência são apresentados os textos dos princípios rochdaleanos desde 1860 e as posteriores adaptações, supressões ou mesclas realizadas nos congressos da ACI.

Percebe-se que há uma variação dos princípios através dos tempos. Porém, segundo Boyd (2016), não se trata de erros ou mudanças casuais. Inovação e mudança intencional não são contrárias à evolução adaptativa, mas geram variação. Essas mudanças com intenção surgem da experiência de muitas cooperativas sobre como os princípios estão se saindo no ambiente atual bem como são frutos da mudança de interpretação e aplicação (OCZKOWSKI; KRIVOKAPIC-SKOKO; PLUMMER, 2013).

Mais recentemente os Princípios ganharam reconhecimento em todo o mundo. Passaram a ser citados em documentos de políticas públicas, textos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e estão anexados ou integram a legislação nacional em muitos países (ACI, 2015). Os princípios internacionais do cooperativismo foram reestruturados ao longo da história e adaptados à realidade social e econômica do mundo atual, consolidando-se em sete, conforme divulgado pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI:

- 1° - Adesão voluntária e livre;
- 2° - Gestão democrática;
- 3° - Participação econômica dos membros;
- 4° - Autonomia e independência;
- 5° - Educação, formação e informação;
- 6° - Intercooperação;
- 7° - Compromisso com a comunidade.

Os seis primeiros princípios são essencialmente os princípios originais de Rochdale. O sétimo torna clara e estende a responsabilidade da cooperativa à comunidade (WILLIAMS, 2007).

2 RELEVÂNCIA DO TEMA

Na sequência serão tratadas a importância acadêmica, bem como a importância prática do trabalho sob a ótica do Cooperativismo.

2.1 Importância Acadêmica

Os valores do cooperativismo são valores humanos que se baseiam na ajuda mútua/mútuo apoio, e valorizam o ser humano acima do capital. Segundo esta teoria, todos podem ganhar sem necessariamente alguém perder, ou seja, trata-se de uma lógica do tipo Ganha/Ganha. Portanto, o cooperativismo não é um jogo de soma zero. O ponto central aqui são os valores e princípios que norteiam a ética cooperativa e as ações concretas de cada cooperado em relação ao tema em cena. São fundamentais, então, os valores da solidariedade, autorresponsabilidade, igualdade, equidade, autoajuda e democracia. Segundo Morin (2000), a comunidade mundial, a partir do século XX, impõe de modo vital a solidariedade.

De acordo com a ACI, as cooperativas promovem a educação, a formação e a informação para seus membros e, segundo Zeuli e Cropp (1980), as cooperativas devem informar e educar os novos diretores das cooperativas sobre o modelo de negócio e peculiaridades da gestão desse tipo de organização. Da mesma forma, representantes eleitos, administradores e empregados devem ser informados e educados para que contribuam de forma efetiva para o desenvolvimento das suas cooperativas. Os representantes, por sua vez, informam ao público em geral, particularmente aos jovens e líderes de opinião, acerca da natureza e benefícios da cooperação.

Segundo Watkins (1989), uma vez que os cooperadores, diferentemente dos poetas, não nascem, se fazem, entende-se que as pessoas necessitam de um processo educativo com a finalidade de compreender os pressupostos que baseiam as organizações cooperativas, seus valores e princípios.

Assim, é importante ter em mente a questão da educação cooperativa nas cooperativas, considerando, especialmente, a questão da aplicação dos princípios do cooperativismo. Parte-se do pressuposto que, na medida em que as cooperativas de forma proativa tratem em profundidade dos princípios, da educação, formação, capacitação e treinamento de seus associados, representantes eleitos,

administradores e empregados, seja possível que ocorra um desenvolvimento muito mais eficaz das organizações em si e de seus associados. Porém, mesmo que cooperativas apresentem ações que promovam a aplicação dos princípios, é importante que os associados percebam essas iniciativas na prática.

Os conceitos e a teoria que alimentam o cooperativismo são profundos e muito diferentes de outras doutrinas, dado que tratam de um objetivo particular e específico no contexto das sociedades modernas. Portanto, a questão é pertinente e necessita de atenção e aprofundamento com fundamentação em autores que apresentam domínio do tema proposto.

Realizando uma busca, sem restrição de datas, na plataforma CAPES pelos termos “o que é cooperativismo”, o retorno é de nenhum resultado encontrado e, que apenas cita o nome de um livro nas referências de um artigo. Quando a busca é feita apenas pela palavra “cooperativismo”, os resultados apontam 2.061 registros de periódicos revisados por pares. Quando os termos buscados se referem a “educação cooperativa”, o retorno é de 7 resultados. Ao buscar pelos termos “princípios cooperativos” foram reportados 66 resultados. Ao realizar a busca pelos termos “what is cooperativism”, não há resultados. Ao buscar o termo “cooperativism”, são reportadas 884 ocorrências. Ao buscar por “cooperative education”, relacionado a “cooperativism”, são reportados 15 resultados. Já ao buscar por “cooperative principles”, relacionado a “cooperativism”, foram reportados 40 resultados.

Já na plataforma Google Scholar, numa busca limitada entre os anos 2000-2020, houve 267 resultados para a expressão “o que é cooperativismo”. Porém, após consulta dos primeiros resultados de acordo com a relevância, constatou-se que, de fato, nenhum dos artigos respondia à pergunta “o que é cooperativismo”. Ao buscar pelo termo “cooperativismo”, são reportados 23.800 resultados. Quando a busca é realizada para os termos “educação cooperativa”, o retorno é de 385 resultados. Em alguns casos os termos se confundem com perspectivas educacionais no que se refere às metodologias de cooperação na aprendizagem. Ao realizar a busca pelos termos “princípios cooperativos”, relacionados ao “cooperativismo”, foram reportados 7.410 resultados. Ao buscar o termo “what is cooperativism”, o retorno é de 3 resultados. Já o termo “cooperativism” reporta 7.970 resultados. O termo “cooperative education”, relacionado com o termo “cooperativism”, reportou 1.870 resultados.

Finalmente, ao realizar a busca pelos termos “cooperative principles”, são reportados 5.180 resultados.

Na plataforma EBSCOhost, limitando a busca para textos completos a partir do ano 2000 até 2020, a expressão “o que é cooperativismo” não reportou resultados. O termo “cooperativismo” reportou 301 resultados após selecionar a “busca smart”. Ao buscar por “educação cooperativa”, não houve resultados senão aqueles relacionados a processos educacionais vinculados à aprendizagem escolar. Ao realizar a busca por “princípios cooperativos”, a pesquisa reportou 35 resultados. Já ao realizar buscas pela expressão “what is cooperativism”, foram reportados 66 resultados. Ao buscar pelo termo “cooperativism”, foram reportados 2.070 resultados. Ao efetivar a busca pela expressão “cooperative education” relacionado a “cooperativism”, foram reportados 153 resultados. Ao realizar a busca por “cooperative principles”, o retorno foi de 131 resultados. Nem todos, porém, tem conexão com o tema do cooperativismo.

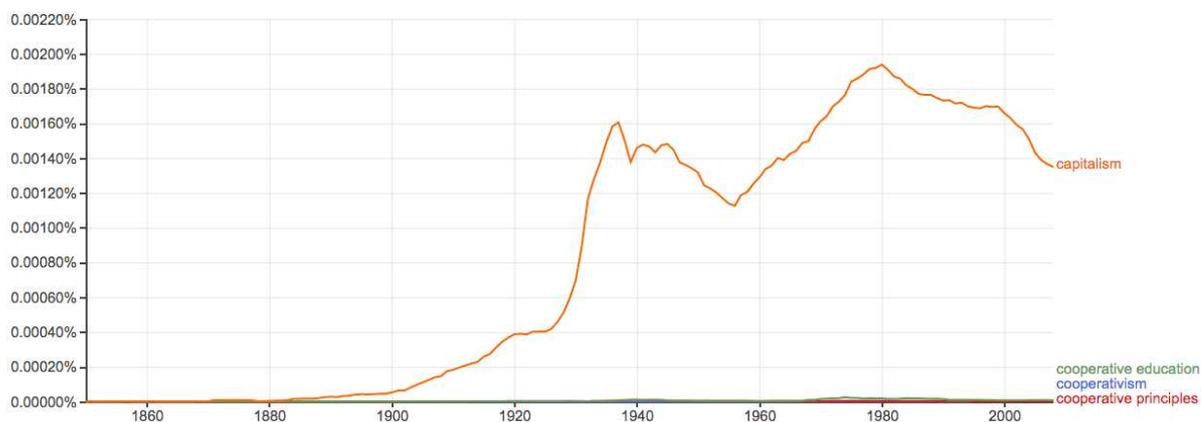
Nestas buscas constata-se que há um número maior de resultados quando a pesquisa se dá pelos termos “cooperativismo” e “cooperativism”, com 35.286 resultados reportados. Em seguida, os termos que mais aparecem estão relacionados aos “princípios cooperativos” e “cooperative principles” com 12.862 resultados. Posteriormente os resultados com menor impacto na pesquisa são “educação cooperativa” e “cooperative education” com 2.430 resultados e as expressões “o que é cooperativismo” e “what is cooperativism”, com 336 resultados reportados.

Como medida de comparação, foram pesquisados dois termos no EBSCOhost. Sendo que o termo “cooperativism” reportou 2.070 resultados, enquanto o termo “capitalismo” reportou 756.168 resultados.

Outras buscas foram realizadas utilizando a ferramenta Google Ngram Viewer. Esta ferramenta possibilita visualizar, através de gráficos, qual a frequência com a qual os termos buscados são citados anualmente em livros do acervo Google Books.

Na Figura 1 podemos observar como se comportaram as citações dos termos “cooperative principles”, “cooperativism”, “cooperative education” e “capitalism” entre os anos de 1850 e 2008, no idioma inglês.

Figura 1 - Comparação do número de citações de acordo com Nviewer-2020



Fonte: Google Nviewer-2020

Fica evidente como o termo “capitalism” possui uma relevância, no número de citações nos livros da plataforma Google, muito superior em relação aos demais termos pesquisados, aos quais foi comparado.

Na Figura 2 foi feita uma comparação entre o número de citações dos termos “cooperative principles”, “cooperativism”, “cooperative education”, entre os anos 1850 e 2008, no idioma inglês. Percebe-se que os termos “cooperative principles” e “cooperativism” tiveram maior concentração de citações ao final dos anos 1930 e início da década de 40. Já o termo “cooperative education” obteve maior número de citações durante as décadas de 1970 e 1980.

Figura 2 - Comparação do número de citações de acordo com Nviewer-2020

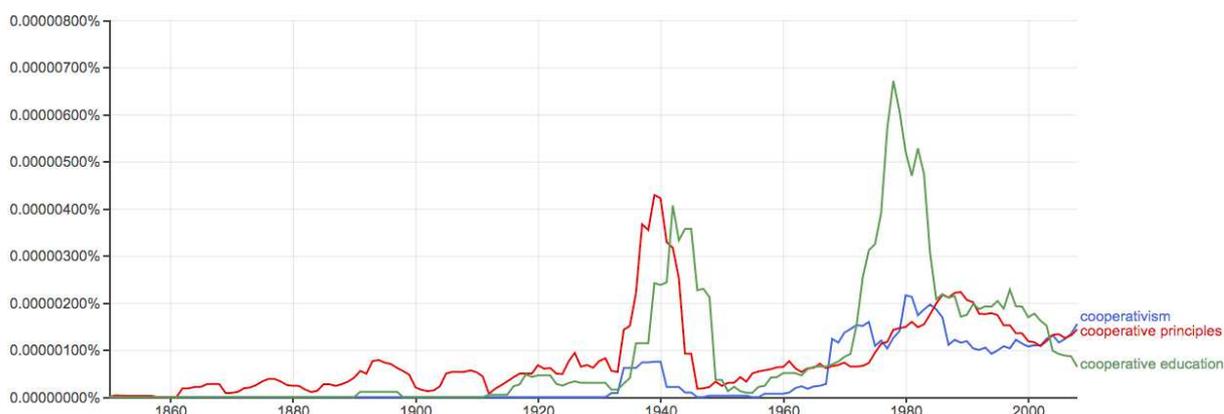


Fonte: Google Nviewer-2020

Verifica-se que o termo “cooperativism” teve um crescimento no número de citações a partir dos anos 1920 e se manteve relativamente estável a partir dos anos 1970. Já os termos “cooperative principles” e “cooperative education” tiveram um pico significativo por volta dos anos 1940. Já entre os anos de 1970 e 1990, os termos “cooperative education” tiveram um destaque significativo. Porém, nesse aspecto é necessário atenção quanto ao sentido que lhes é atribuído. Sendo que os termos podem se referir tanto à educação cooperativa como à uma forma de aprendizagem cooperativa.

Ao realizar esta mesma busca optando pelo “British English (2012)”, os resultados são invertidos entre as posições relativas aos termos “cooperative education” e “cooperativism”, como pode ser verificado na Figura 3.

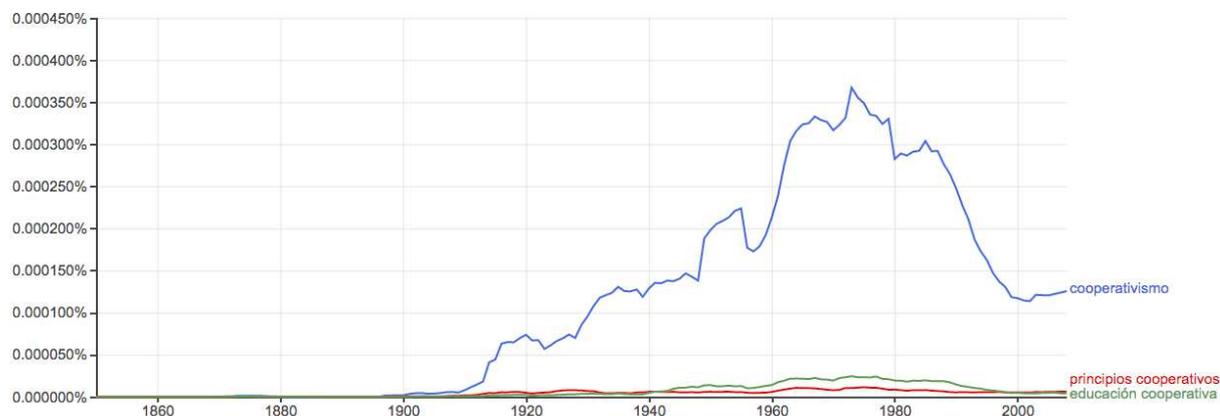
Figura 3 - Comparação do número de citações de acordo com Nviewer-2020 - Idioma British English



Fonte: Google Nviewer-2020

Ao realizar a busca no idioma espanhol, considerando os termos “cooperativismo”, “principios cooperativos” e “educación cooperativa” percebe-se, na Figura 4, a baixa relevância conferida aos aspectos educacionais e dos princípios cooperativos em relação ao termo “cooperativismo”.

Figura 4 - Comparação do número de citações de acordo com Nviewer-2020 – Idioma Spanish



Fonte: Google Nviewer-2020

Ainda foram realizadas pesquisas no portal *Dialnet* que, ao buscar pelo termo “cooperativismo”, reportou 8.226 documentos encontrados. O portal de pesquisa *Redalyc* reportou 7.819 artigos para o termo “cooperativismo”.

A literatura histórica e econômica a respeito do cooperativismo já havia fornecido não apenas uma descrição geral do movimento cooperativo na maioria dos países, mas também promovido algumas interpretações interessantes sobre sua origem e desenvolvimento. Já desde a década de 1950, a principal preocupação dos estudos cooperativos não é testemunhar a fundação das cooperativas, mas sim investigar sua capacidade de sobreviver em diferentes ambientes econômicos (SCHRÖTER; BATTILANI, 2012).

Porém, o estado da arte sobre o tema do cooperativismo mostra claramente essa tensão educacional entre prática e filosofia como uma âncora sólida e necessária para enfrentar os problemas de nosso tempo. Esse movimento pendular entre prática e teoria faz transparecer a importância de apreender conceitos para orientar melhor a ação cooperativa e, a partir de uma práxis refletida e renovada, questionar novamente a força e relevância dos próprios conceitos (MLADENATZ, 2003).

A existência de fragilidades estruturais tem sido um dos aspectos estudados tanto através do viés econômico como histórico. De acordo com Schröter e Battilani (2012), os estudos seminais de Ward e Vanek em 1958 e 1977 sustentavam que as cooperativas (que eles chamaram de empresas gerenciadas por trabalho) têm

incentivos fracos ao crescimento e tendem a manter seus investimentos baixos devido às regras democráticas (um membro, um voto).

Ainda segundo Schröter e Battilani (2012), enquanto os economistas exploravam a sustentabilidade de longo prazo da forma cooperativa, os historiadores se envolveram na discussão de suas dimensões sociais e políticas.

Em geral as análises eram restritas às cooperativas de consumo europeias e às agropecuárias nos Estados Unidos, sendo que geralmente nessa pesquisa as organizações cooperativas eram consideradas uma expressão de crenças políticas, com seu sucesso e fracasso estritamente ligados ao ciclo de vida das ideologias do século XX (SCHRÖTER, HARM G.; BATTILANI, 2012).

Na última década do século XX, duas abordagens renovaram profundamente a pesquisa sobre cooperativas. A primeira, de Henry Hansmann, introduziu a ideia de que a propriedade e, conseqüentemente a forma da organização (por exemplo, cooperativa *versus* orientada para o investidor) devem ser atribuídas para que os custos totais de transação para todos os clientes (partes interessadas) sejam minimizados (HANSMANN, 1996). Diferentemente da literatura anterior, a cooperativa não era considerada mais fraca ou menos eficiente que a empresa orientada a investidores, mas tão somente uma forma de organização que surge quando a fiscalização antitruste é menos rigorosa e a convergência de ideias e de interesse entre os clientes são altas (SCHRÖTER, HARM G.; BATTILANI, 2012).

A segunda abordagem está ligada à pesquisa dos historiadores sobre consumismo, quando Peter Gurney (1996) situou a análise das cooperativas de consumo britânicas dentro da estrutura de estudos do consumidor. Dessa maneira, o foco se manteve na capacidade das cooperativas de construir uma política de consumo alternativa à empresa orientada a investidores.

A operação das organizações cooperativas permaneceu mais negligenciada apesar da produção científica multifacetada das últimas décadas. Schröter e Battilani (2012) colocam a questão cooperativa na agenda dos historiadores de negócios, na esperança de mais estudos neste campo no qual negócios e política se fundem.

Martin (2009, p. 11) é muito enfático ao declarar que:

Se o cooperativismo é, por definição, uma forma concreta de intersubjetividade humanista e democrática que reconcilia o econômico, o social e o ambiental, os conceitos, nas circunstâncias atuais, merecem ser examinados novamente. Inegavelmente, a necessidade atual de

conhecimento é muito grande no campo, não apenas para contribuir com o avanço da pesquisa, mas também para permitir que os cooperadores inventem ferramentas de gerenciamento de acordo com a própria filosofia cooperativa, o que, obviamente, não é o caso hoje.

As experiências educacionais atuais mostram que a educação cooperativa não desenvolveu o potencial humano que é teoricamente capaz de realizar (MARTIN, 2009), ou seja, é necessário que as pessoas saibam o que é cooperação, da sua importância e do potencial dessa fórmula.

Portanto, há espaço para conduzir estudos científicos aprofundados sobre o tema do cooperativismo, em especial seu aspecto educacional e sua relação com o desenvolvimento do cooperativismo.

2.2 Importância da educação para as cooperativas e o cooperativismo

Segundo Ferreira e Amodeo (2008), a educação cooperativa é tratada como um dos pilares essenciais na base do cooperativismo, não se limitando à formação técnica, sem excluí-la, avançando no sentido de congregar as pessoas em torno do movimento cooperativo. Schneider (2003) complementa afirmando que a educação cooperativa representa o esteio de coesão e de difusão doutrinária da cooperação. Já para Ferreira e Sousa (2018), a educação cooperativa é um dos princípios mantidos desde a origem destes, mesmo com algumas modificações.

A importância da educação cooperativa está no fato de que, através dela, se espera que os membros aprendam a cooperar, participar e a gerir a cooperativa da qual são proprietários, compreendendo o seu papel na organização. Isso fará grande diferença na vida da organização cooperativa (SOUSA; PINHO; AMODEO e MILAGRES, 2013).

Segundo Ferreira (2018), as cooperativas brasileiras, dos mais diversos ramos, sentiram a necessidade da existência um programa educacional de cunho cooperativista. Nesse contexto é que foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, sob administração da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e cuja missão, é promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras. O SESCOOP obtém receitas a partir da contribuição compulsória de 2,5% sobre o valor da folha de pagamento das cooperativas (OCB, 2020).

Apesar de haver outros serviços de fomento à promoção do cooperativismo e apoio às cooperativas, a amplitude ainda é insuficiente dadas as demandas por capacitação das organizações cooperativas no Brasil.

Schneider (2013) considera a educação cooperativa o mais importante processo para a formação do homem cooperativo. Desde os precursores e pensadores do cooperativismo vinha sendo formatada uma proposta de organização do trabalho e da produção completamente diversa da realidade da época. Portanto, desde antes da fundação da primeira cooperativa no século XIX, esta nova teoria previa um aspecto educacional consistente (GARZON, 1978). Quando houve a fundação da primeira cooperativa moderna no Reino Unido, a valorização do aspecto educacional do cooperado se tornou concreto através da inserção do princípio da educação. Segundo Schneider (2003), a educação é a regra de ouro do cooperativismo, a cláusula pétrea desde 1844, sendo que, é a partir dela que se compreende melhor todos os demais princípios e valores. Portanto, é um tema que tem espaço para ser discutido e aprofundado visando o aperfeiçoamento dos membros. Segundo Pinho (2003, p. 136):

Diz-se, em direito, que as cláusulas pétreas do direito constitucional não podem ser mudadas porque representam os pilares básicos de sustentação das garantias individuais e da própria estabilidade de uma nação. Por isso, são convertidas em pedras e sua imutabilidade é garantida nas Constituições dos Estados modernos. Metaforicamente, pode-se afirmar que a educação dos associados, ou educação cooperativa, é importante cláusula pétrea do sistema cooperativo internacional.

Conforme Watkins (1989), um sistema educacional deveria proporcionar experiências reais que possibilitem aos envolvidos desempenhar suas habilidades e a sua personalidade. Portanto, o tema apresenta relevância prática considerando que a educação cooperativa permite que associados membros das cooperativas possam ter acesso à educação e, através dela, compreender todos os valores e princípios do cooperativismo. Este membro, segundo a ACI (2015), compreendendo o sentido do cooperativismo, poderá agregar muito valor a sua cooperativa local, bem como a todo o sistema, especialmente neste novo mundo que está tomando forma.

A consequência é de que a cooperativa que não investe na educação, tende a perder paulatinamente a sua alma e a sua razão de ser como uma organização peculiar (SCHNEIDER, 2003). O autor continua imputando que, em muitos casos, a

relação percebida entre associado e cooperativa tende a ser pensada como uma simples relação do tipo cliente e consumidor. Suplantar esta visão é uma das tarefas centrais da Educação Cooperativa, no sentido de mostrar com clareza a todos os associados que é o entendimento e a aplicação prática cotidiana dos seus valores e princípios que a diferenciam de outras empresas.

Há diversos autores que tratam do tema da educação cooperativa (SCHRÖTER, HARM G.; BATTILANI, 2012), (SCHNEIDER, 2003), (SOUSA; FERREIRA, 2019), (HOLYOAKE, 2008), (MARTIN, 2009), (GUILLOTTE, 2010) e a própria ACI. Em geral, os autores que tratam da temática veem no processo educativo das sociedades cooperativas o caminho para o conhecimento dos valores e princípios que fundamentam a teoria e as ações do cooperativismo.

Porém, um tema a refletir é a necessidade de propor soluções práticas e a indicação de ferramentas que auxiliem no equacionamento, mesmo que parcial, do problema da educação cooperativa. Na maioria dos casos os textos se restringem à reflexão sobre o tema. Portanto, é um tema que precisa ser definitivamente assumido pelas organizações nas esferas internacionais, nacionais, estaduais e locais, levando sempre em conta a sua essência de ser que são os seus associados.

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI), no seu Plano de Ação para uma Década Cooperativa (2013), revela uma informação preocupante segundo a qual, muitas vezes, observa-se uma incapacidade de compreensão de como funcionam e das vantagens que fornecem as soluções proporcionada pelas cooperativas. E este fato parece estar associado com uma quase generalizada ausência dos elementos aprofundados de educação e formação nos valores e princípios do Cooperativismo para aquelas pessoas que adentram no mundo das Cooperativas.

A educação é imprescindível para o desenvolvimento de uma nação. Da mesma forma, é essencial para que os associados de cooperativas compreendam o seu papel, entendam a sua organização e possam, efetivamente, contribuir para o desenvolvimento da sua cooperativa. Apesar dos princípios cooperativos serem considerados hierarquicamente iguais, o princípio de educação tende a ter um destaque em comparação aos demais. Conforme Schneider e Hendges (2006, p. 37):

É através da educação que se torna possível entender o conteúdo de tais princípios, elaborar estatutos, entender a lei das cooperativas, bem como os direitos e deveres dos sócios, e entender a sistemática do processo de funcionamento das cooperativas como instituição e empresa. O compromisso

das cooperativas com a educação é muito antigo, pois, durante a trajetória da formação e vigência dos princípios, a educação sempre esteve presente no elenco dos princípios, e obteve mais ou menos prioridade. Na atualidade a declaração da ACI deixa bem clara a sua importância para o movimento cooperativo. A ideia de educação acompanhada por informação e capacitação aos sócios é estendida aos empregados, jovens e líderes de opinião.

Por isso esta dissertação busca valorizar e explicitar a importância da educação cooperativa nas organizações, acreditando tratar-se de um dos pilares do desenvolvimento das cooperativas, independentemente do ramo ao qual pertençam. Porém, é preciso medir o quanto o associado percebe a aplicação dos princípios na sua cooperativa.

Sem o lugar adequado, permanente e competente da educação nas cooperativas, estas Organizações tendem a perder a sua peculiaridade e especificidade no mercado. A decorrência é uma tendência ao enfraquecimento das ações das cooperativas que, não tendo valores e princípios claros alastrados por toda a organização tendem a se igualar a qualquer outra empresa, orientando-se por uma motivação que privilegia o lucro capitalista. Em contraposição a isto, colocar em prática os valores e princípios tende a fortalecer, entre outros aspectos, a democracia e a gestão das cooperativas.

Portanto, é possível afirmar que a questão da educação cooperativa apresenta relevância prática, conforme é defendido por diversos autores e pela própria ACI. A conexão a ser feita é que existe a necessidade de aprofundar o conhecimento dos valores e princípios cooperativistas entre os associados das cooperativas o que tende a permitir uma maior agregação aos diferentes tipos de cooperativas locais, ao sistema cooperativo como um todo. O movimento cooperativo deve se posicionar, tanto nacional como internacionalmente, e se manifestar publicamente sobre seus valores diante do contexto econômico que se apresenta, sendo esta, talvez, a nova e necessária tarefa da educação cooperativa (MARTIN; MOLINA; LAFLEUR, 2008).

3 QUESTÃO DA PESQUISA

Esse estudo busca valorizar e demonstrar a importância da educação cooperativa como pilar do desenvolvimento das cooperativas e, para tanto, é fundamental medir o quanto o membro da cooperativa percebe os princípios sendo aplicados no cotidiano.

Visando uma maior adesão à valorização da educação é necessário conscientizar as lideranças das cooperativas para que, de fato, segundo Schneider (2003), estudem e difundam os princípios doutrinários, e invistam de forma adequada e permanente na educação do seu associado promovendo os princípios cooperativos e mantendo viva a chama acesa pelos precursores e pioneiros do cooperativismo. Princípios estes que foram reafirmados mundialmente pela Aliança Cooperativa Internacional dada a sua importância para as organizações. Colocar em prática os princípios cooperativos fortalecerá, entre outros aspectos, a democracia e a gestão das cooperativas.

Algumas dificuldades enfrentadas na área da educação cooperativa ainda são a falta de valorização por parte dos gestores das cooperativas e associados. Também é comum o argumento de que a formação do associado implica custos, além do tempo de deslocamento destes para participar de reuniões de estudo.

Nesse contexto torna-se imperativo, na visão de autores como Schneider e outros, que as cooperativas valorizem a educação cooperativa do associado bem como busquem soluções que facilitem o acesso ao conhecimento específico. Atualmente a educação à distância obteve níveis de confiança, alcance e agilidade que facilitam o compartilhamento do conhecimento a todos que desejam se desenvolver. Recursos estes que podem promover e facilitar o acesso do associado à educação cooperativa através de soluções tecnológicas. As condições impostas pela pandemia de COVID-19, em 2020, provaram que muitas atividades, reuniões e assembleias podem ser realizadas através do uso de ferramentas digitais.

Considerando os aspectos abordados anteriormente, pretende-se criar um artefato que possa servir de instrumento de coleta de dados e que será baseado nos sete princípios universais do cooperativismo. Através desse artefato, as cooperativas poderão obter uma noção da percepção dos seus associados quanto a aplicação dos princípios na cooperativa.

3.1 Problema de pesquisa

Esta pesquisa se propõe a responder à seguinte questão: Como medir a percepção dos associados de cooperativas quanto a aplicação dos sete princípios universais do cooperativismo na sua cooperativa?

3.2 Objetivos

São os seguintes o objetivo geral e os objetivos específicos do trabalho.

3.2.1 Objetivo Geral

O objetivo da dissertação consiste em criar um artefato que possa servir de instrumento de verificação através do qual é possível medir a percepção dos associados quanto a aplicação dos sete princípios do cooperativismo na sua cooperativa.

3.2.2 Objetivos Específicos

São os seguintes os objetivos específicos do trabalho:

- a) Estruturar e construir, com base no referencial teórico, um instrumento de medição (questionário) da percepção de associados de cooperativas quanto ao nível de aplicação dos princípios do cooperativismo;
- b) Aplicar o questionário junto a associados dos seguintes ramos do cooperativismo: Crédito, Saúde, Transporte, Trabalho, Produção de Bens e Serviços e Agropecuário visando validar o questionário;
- c) Realizar uma avaliação de cada princípio de acordo com os resultados obtidos;
- d) Realizar uma comparação geral entre os 7 princípios e os ramos pesquisados.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, organizado em dois conjuntos principais, é apresentado o arcabouço teórico que dá sustentação à pesquisa. O primeiro conjunto traz conceitos que balizam a temática desta pesquisa explorando temas como: cooperativismo, seus aspectos de alinhamento político e ideológico, cooperação e sua finalidade, o movimento cooperativista na prática, o conceito de cooperativa e sua identidade. No segundo conjunto são abordados os sete princípios do cooperativismo. Cada um dos princípios será discutido com base em diversos autores cooperativistas, com ênfase nos aspectos do conhecimento e da educação cooperativa. Esta discussão é relevante, uma vez que a vida e a essência da cooperativa estão fundamentadas nestes princípios mundialmente reconhecidos.

4.1 O que é cooperativismo?

Ao buscar os termos “o que é cooperativismo?”, apenas 336 resultados são exibidos, somando-se as plataformas CAPES, Google Scholar e EBSCOhost. O que se percebe é que, com maior facilidade, se responde “o que é cooperativa” e não a pergunta em questão. Porém, segundo definições mais recentes, o Cooperativismo é um movimento econômico e social que se materializa na forma de uma organização chamada Cooperativa (FARDINI, 2017). Segundo Mladenatz (2003), o movimento cooperativo moderno, é uma manifestação social relativamente nova que somente se desenvolveu na época do capitalismo moderno. O cooperativismo é a expressão de diversas iniciativas que agrupam pessoas.

Segundo Cattani *et al.* (2009), o cooperativismo se define como a manifestação de correntes filosóficas, ou cosmovisões comunitaristas e associacionistas que tem um correlato em uma doutrina. Trata-se de um sistema que tem como propósito a transformação dos atores envolvidos através do processo econômico. É nesse movimento cooperativo que são expressas as orientações próprias das iniciativas.

Este movimento foi gerado em um programa de contestação da ordem estabelecida e partiu dos socialistas utópicos, considerados os precursores do cooperativismo, durante o século XIX, ao postularem um plano alternativo de sociedade e de organização social. As principais críticas se dirigiram a organização, a autoridade e ao sistema político-econômico, ao comércio e a civilização repressiva,

ao método de estabelecimento dos salários, à propriedade e ao Estado de *laissez faire*.

O movimento cooperativo, fundamentado na teoria do cooperativismo, preconiza que sem a ajuda de muitos não seria possível prover as necessidades, nem mesmo de uma pessoa de classe mais baixa de um país civilizado (O'ROURKE, 2008). Além de se preocupar com as pessoas, o cooperativismo, desde suas origens, aspira a uma transformação total do mundo. Essas são preocupações morais que impulsionaram os fundadores em 1844. Todos eles veem na cooperação muito mais do que a solução de um problema temporário e parcial. Eles veem nela uma fórmula capaz de renovar todo o sistema econômico e social e de elevar os homens a comportamentos morais compostos de nobreza e desinteresse (LAMBERT, 1964).

O cooperativismo é uma teoria. É esta a resposta que precisa ser trazida diante da pergunta “o que é o cooperativismo?”. E esta teoria precisa ser aprofundada constantemente nos debates seja em universidades, nas escolas, nos órgãos de representação e nas cooperativas. Para que esse debate seja frutífero, é fundamental que haja pessoas preparadas para participar com profundidade de conhecimento e capacidade da abordagem da teoria a seus desdobramentos práticos.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) dispõe em seu portal:

O cooperativismo é uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo. Tudo começa quando pessoas se juntam em torno de um mesmo objetivo, em uma organização onde todos são donos do próprio negócio. E continua com um ciclo que traz ganhos para as pessoas, para o País e para o planeta (OCB, 2020).

Adicionalmente, Forgiarini *et al.* (2018), afirmam que o cooperativismo é um movimento associativo constituindo-se como doutrina social e modelo econômico. Soler (2006), confirma que duas vertentes do pensamento cooperativo foram evidenciadas através dos tempos: o doutrinário e o econômico. Portanto, a cooperativa local pode ser abordada a partir de pontos de vista diversos, apontando para vários elementos teóricos e práticos. Em resumo, o cooperativismo pode ser entendido como movimento que, enquanto ação prática, não pode prescindir da ideia de teoria e de doutrina (MLADENATZ, 2003). Um movimento, segundo Verri (2011), dotado de princípios de elevada nobreza e de valores humanos.

De acordo com Gide (1974), ao debater o cooperativismo, o conceito “cooperativa” não seria uma teoria de gabinete. Mas, que teria surgido da prática da vida e das necessidades dos operários. Não teria surgido do pensamento de algum sábio. Mas, teria nascido, portanto, do povo. Segundo Desroche (1976), uma contextualização precisa a respeito das principais referências históricas possibilita localizar as tradições mais importantes do movimento na primeira metade do século XIX, na Europa, especialmente na França, Inglaterra e na Alemanha, países em que nasce o projeto cooperativo e, de forma mais ampla, o socialismo científico e a ciência social, todos inspirados na mesma matriz utópica.

Na visão de Bialoskorski Neto (2006), no cooperativismo existe uma arquitetura de relações contratuais em que o ambiente institucional poderá ser uma restrição à otimização de resultados econômicos e lucros. Por outro lado, poderá apresentar resultados sociais relevantes. Há, portanto, segundo Mladenatz (2003), a necessidade de que os dois aspectos sejam atendidos uma vez que a cooperativa é um instrumento de transformação social, muito além de uma simples forma de organização.

4.1.1 Etimologia

Para responder à pergunta “o que é cooperativismo?”, inicialmente é necessário entender o significado do sufixo “ismo”. Na língua grega, de onde se origina, o sufixo contribuiu para a formação de substantivos adverbiais de ação. Posteriormente, passou pelo latim “ismos”, de onde passou para a língua portuguesa “ismo”.

Segundo o dicionário Michaelis, “ismo” significa um conjunto de ideias, teoria, doutrina, princípios ou correntes (MICHAELIS, 2020). O dicionário Aulete acrescenta conceitos como: formador de nomes de doutrinas, sistemas filosóficos, religiosos, artísticos, científicos, econômicos e políticos (AULETE, 1980).

Portanto, o “ismo” do cooperativismo pode ser entendido como teoria, um conjunto de ideias ou uma doutrina com um detalhe importante, “que está em ação, em movimento”. Ou seja, cooperativismo significa que há uma forma de cooperação estruturada de acordo com uma teoria. Trata-se de uma forma de ver o mundo a partir de valores e princípios próprios, cuja fonte está no pensamento de autores únicos, considerados os precursores do cooperativismo.

4.1.2 O que não é o cooperativismo

Dentre os equívocos a respeito do conceito do cooperativismo aparecem definições como: é formado por cooperativas, é o lugar onde as pessoas trabalham de forma cooperativa, etc. Há, portanto, uma confusão entre o conceito do cooperativismo e as formas de organização das pessoas que se unem em cooperativas. O cooperativismo não é o conjunto de cooperativas, não é um lugar onde pessoas cooperam, não é a Aliança Cooperativa Internacional, não é o surgimento das cooperativas modernas. Porém, com facilidade esses termos referenciados são trazidos como respostas à pergunta “o que é cooperativismo”. O ponto central é perceber que todos estes elementos são, apenas, manifestações concretas da teoria.

4.2 O cooperativismo e o alinhamento ideológico político

É útil examinar a atitude da teoria e da ação cooperativa em relação ao sistema econômico capitalista e suas relações com outras doutrinas do movimento social moderno (MLADENATZ, 2003). Nesse contexto há duas concepções antagônicas. Na visão da maioria dos precursores do pensamento cooperativo moderno, o sistema cooperativo estaria alicerçado na socialização, portanto apresenta uma percepção de cunho socialista. Por outro lado, parte dos precursores utiliza a expressão “verdadeiros fundadores” do movimento cooperativo moderno que, especialmente na Alemanha, era formada por adeptos do pensamento econômico liberal (MLADENATZ, 2003). Esta visão de que o cooperativismo tem princípios liberais foi confirmada por dirigentes do movimento socialista que chegaram a ignorar, senão, combater o cooperativismo. Já o socialismo moderno, com outra concepção, viu na cooperativa uma classe social, o proletariado (MLADENATZ, 2003).

Dentre os temas que permearam o início do cooperativismo moderno no século XIX, houve intenso debate em torno da neutralidade política da cooperativa, tanto que o tema foi motivo de abordagem no congresso da Aliança Cooperativa Internacional em 1910. Havia teses que promoviam a ideia de que as cooperativas deveriam defender e se posicionar ao lado da causa operária. Por outro lado, houve posições que reforçavam a importância da neutralidade política das organizações cooperativas. A teoria, ao final, manteve-se centrada na convicção de que o cooperativismo não faz

acepção de pessoas por qualquer critério, pelo contrário, valoriza cada ser humano (ACI, 2015). Segundo Gide (1974), este aspecto não distancia as cooperativas do debate político, sendo que as cooperativas nunca devem se abster de tomar atitudes nas discussões sobre os grandes problemas econômicos e sociais que interessam à cooperação.

Há diversos precursores do cooperativismo e de diferentes países que alimentaram a teoria e a prática cooperativa. Portanto, cada país pode ter recebido influências de pensadores com interpretações e conceitos diversos, inclusive quando se trata da visão política da cooperativa, uma vez que, os principais precursores tiveram sua influência consideravelmente ampliada. Para os ingleses havia uma referência muito clara quando o assunto era o cooperativismo: Robert Owen (MLADENATZ, 2003). Ao princípio da livre concorrência ele opunha a ideia da cooperativa. Dentre outras concepções, defendia a abolição do lucro que, segundo Owen, seria um dos males da humanidade.

Conforme Lambert (1975), Charles Gide e diversos outros socialistas associacionistas acreditavam que a cooperativa livre seria a solução para todos os problemas sociais. Buscavam afastar a concorrência, o grande perigo social, através das associações. Segundo os socialistas associacionistas, o cooperativismo seria racionalista e voluntarista. Segundo Forgiarini *et al* (2018), Charles Gide, apesar de não ser considerado um socialista utópico, é considerado o precursor do cooperativismo moderno. Adicionalmente, Lambert (1975, p. 357) postula que:

Se ha destacado que "la cooperación es socialista por naturaleza" en el sentido que su esencia se confunde con la del socialismo tal como la definieron varios socialistas franceses antes de 1848: "la preferencia por el hombre. . . la preferencia del hombre y no del capital como fuente y medida del poder y como fuente y medida del reparto; y al mismo tiempo, la promoción del hombre, no por la lucha individual contra otros hombres, sino por la ayuda mutua en una asociación, en una organización colectiva".

O princípio da neutralidade política foi mantido em todas as revisões e reformulações dos princípios cooperativos, sendo que o engajamento político das cooperativas não interfere com a neutralidade política. Neutralidade não é sinônimo de indiferença. No campo do interesse dos seus membros, as cooperativas precisam se comportar como “cidadãos” engajando-se com outras organizações da sociedade

civil, mantendo relacionamentos com instituições políticas a fim de que as leis e os regimes tributários não lhes imponham restrições injustas (ACI, 2015).

4.3 O Movimento Cooperativista na prática

Segundo Lewin (1952), não há nada mais prático que uma boa teoria. Mas, na prática do mercado econômico, seria o cooperativismo bem-vindo em um ambiente em que a economia atendesse às demandas da população? Muitos autores defendem a ideia de que o cooperativismo é originário somente do contexto de crise econômica. A fundação de uma organização onde as pessoas trabalhassem em conjunto buscando resultados comuns, portanto, não seria necessária quando a situação econômica está resolvida. Nesse caso o indivíduo poderia resolver a sua situação específica por si só. Este conceito está presente, inclusive, na concepção de Schulze-Delitsch, um dos precursores do cooperativismo (MLADENATZ, 2003).

Porém, não há uma regra única confirmando a hipótese de que, quando há uma crise econômica, as pessoas formam cooperativas. Mesmo que, para Pinho (2004) e Fleury (1983), as crises do capitalismo sejam momentos frutíferos para o desenvolvimento do cooperativismo. Durante os períodos de crises há uma tendência de que o ser humano siga pelo menos duas etapas. Quando as coisas não vão bem, primeiramente há espera de que melhorem. Segundo, as pessoas esperam que o governo resolva o problema. Se nada disso acontecer, tendem a se unir para trabalhar em conjunto (MLADENATZ, 2003).

Na Inglaterra, quem materializou a teoria do cooperativismo foi Robert Owen, que desenvolveu uma experiência industrial e pedagógica em New Lanark que lhe rendeu notoriedade internacional e o título de pai do cooperativismo inglês (CATTANI, A. DAVID (ORG); CORAGGIO, JOSÉ LUIS; LAVILLE, 2009; MLADENATZ, 2003). De acordo com a ACI, na prática, a teoria se mostra aberta, valorizando a todo instante a liberdade, sem discriminação, permitindo escolha, responsabilidade e associação, preservando o aspecto individual.

O paradigma do cooperativismo pode ser considerado o elo intrínseco entre um ideal antropológico e ético definido e sua perspectiva empírica. De acordo com Martin (2008), a história recente do cooperativismo mostra muito claramente que esse paradigma nasceu e se desenvolveu em um movimento equilibrado, entre um ideal a

ser perseguido e sua aplicação prática, um nutrindo permanentemente o outro. Continua sendo essencial, para a própria organização cooperativa, restaurar e manter esse equilíbrio na prática, revivendo sua filosofia para melhor informar e justificar sua ação. A força do cooperativismo permanece equilibrada nessa medida entre sua filosofia e sua práxis. Essa medida pode, por si só, traçar um projeto educacional autêntico para a cooperativa (MARTIN; MOLINA; LAFLEUR, 2008).

Portanto, na visão desses autores é importante fortalecer o conhecimento fundamental do cooperativismo através da reflexão aberta, libertadora e crítica sobre o homem, seus valores e propósitos. Para tanto, torna-se necessário solidificar a educação cooperativa formal e informal nas organizações.

Na prática, o cooperativismo, através das cooperativas, desenvolve um modelo de negócios que não está à mercê do mercado porque depende dos fundos de seus membros para estabelecer seu verdadeiro valor. Em geral, esse tipo de negócio não está sujeito à manipulação e ganância porque os negócios são controlados por pessoas da base para pessoas da base. É um tipo de negócio em que os excedentes não são distribuídos aos acionistas, mas retornados àqueles que negociam com a cooperativa, mantendo assim a riqueza criada pelas empresas locais em suas comunidades para o benefício de ambientes e famílias (ACI, 2008).

4.4 Conceito de cooperativa

Segundo a ACI (2015), cooperativa é uma organização autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender aos seus desejos e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade conjunta e controlada democraticamente. Nesse conceito a ACI faz referência ao aspecto da gestão democrática da cooperativa.

Cooperativa é uma organização constituída pela associação de pessoas que buscam melhores condições econômicas, sociais e culturais de vida e que, para alcançar estes objetivos precisam do instrumento chamado organização, que necessita ser administrado com eficiência e competitividade (SCHNEIDER, 2010). Já para Pinho (1966), cooperativa é uma sociedade de pessoas organizadas com fundamentos democráticos, que visa, não apenas suprir seus membros de bens e serviços, como realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se,

portanto, de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse de lucro e com fins econômicos e sociais que posiciona o ser humano no centro do projeto econômico, apresentando, em primeiro lugar, a primazia da pessoa e sua cultura social sobre o capital, o que é uma das características fundamentais que diferencia a cooperativa da empresa privada (MARTIN, 2009). Segundo Bogardus (1964), há o componente do idealismo que deve ser lembrado, uma vez que, a cooperativa sem o ideal, seria tão somente mais um negócio, não tendo motivo especial para existir. É o idealismo que a torna estimulante para os membros.

A cooperativa, apesar de buscar seus resultados econômicos, perseguindo seu objetivo através da atividade econômica por meio da organização (GUILLOTTE, 2010), mantém sua especificidade conforme Schneider (2013, p. 253):

O diferencial cooperativo é que tal organização está a serviço de uma “associação de pessoas”, que como entidade social coletiva opta por privilegiar a cooperação, a solidariedade e a ajuda mútua entre eles; dirige, controla a organização e dela demanda não a busca incondicional do lucro, mas, sim, a busca da eficiência e eficácia que redundem em crescente satisfação das necessidades e do bem-estar de seus associados/coproprietários.

Aqui, a natureza mutualista das sociedades cooperativas é evidente. De acordo com Hita (2020), embora uma sociedade capitalista possa ser usada para satisfazer as necessidades de seus parceiros, a atividade econômica que realiza é um mero meio para alcançar o objetivo da empresa, sendo irrelevante que essa atividade seja realizada pelos próprios sócios. As cooperativas, segundo Bialoskorski Neto (2004), devem lembrar que a sua identidade preconiza princípios doutrinários cooperativos que têm influência direta no sucesso da associação, e que por seus fundamentos, valores, princípios e ações, buscam algo além da simples maximização dos ativos de seus membros. Obviamente, elas se movem em um ambiente competitivo com recursos escassos e a influência do paradigma econômico dominante às vezes as obriga a disfarçar seu propósito de jogar a carta da competição e não a distinção (GUILLOTTE, 2010).

Dois elementos da cooperativa a diferenciam das organizações privadas tradicionais. O primeiro elemento: o capital não decide. Essa peculiaridade encontra seus fundamentos na ideia original de uma união de pessoas economicamente necessitadas que se uniram para acabar com a supremacia do capital sobre o trabalho e evitar ganhos não merecidos (FAUQUET, 1942). O segundo elemento é o corolário

do anterior: o elo de uso é o que une o membro e a cooperativa, ou seja, o membro deve utilizar os bens e serviços da cooperativa, assumindo responsabilidades, participar da gestão e da distribuição do superávit, dessa maneira a cooperação de todos cria a cooperativa (GUILLOTTE, 2010). Ainda a respeito de cooperação Kropotkin (2009), afirma que até entre os animais, quando a luta é substituída pela cooperação, o resultado é o desenvolvimento de faculdades intelectuais e morais que asseguram melhores condições de vida daquele grupo. Daí a importância da cooperação genuína também entre os seres humanos. Ou seja, a cooperação para o bem comum qualifica a vida, não apenas de grupos de animais, mas a própria convivência e condições de grupos de pessoas. Segundo Eschenburg (1983), o indivíduo tende a cooperar de forma mais efetiva quando percebe que esta opção poderá lhe possibilitar maior satisfação das necessidades em relação à outras alternativas.

Além dos aspectos iniciais é necessário entender que a cooperativa não é apenas uma organização econômica. Pode ser percebida, também, como uma escola humanista e humanizadora que deve contribuir para a elevação do cooperado (MARTIN; MOLINA; LAFLEUR, 2008).

Para que se possa traçar um paralelo entre duas teorias e suas práticas, é relevante observar que o objetivo fundamental e a principal missão de uma organização capitalista tradicional é criar o máximo de valores econômicos para os acionistas. Se essa riqueza é construída por e para aqueles que detêm o capital financeiro e controle acionário. A cooperativa, por sua vez, defende a ideia de que a riqueza econômica, social, cultural e ambiental é desenvolvida, sobretudo, através do trabalho, consumo, produção e ideias dos próprios membros (MICHAEL, 1999).

4.5 Cooperativismo e identidade

Historicamente o cooperativismo se abastece de diversas fontes, dentre as quais pode-se citar: socialismo, anarquismo, cristianismo, democracia, capitalismo, educação, solidariedade, cooperação. Extraí de todas elas aspectos importantes para a construção da sua própria identidade. Todo esse conjunto se resume em valores que, posteriormente, são convertidos em princípios. O cooperativismo se enraizou na oposição à revolução industrial do início do século XIX. De acordo com Fauquet

(1942), a cooperativa tem vínculo muito forte com o contexto de necessidade. E, segundo Guillotte (2010), provou ser uma reação espontânea ao assumir o comando e defender as classes trabalhadoras na Europa.

Segundo Schneider (2010), porém, há uma ameaça de que a identidade cooperativa venha a se diluir cada vez mais no meio das inúmeras, complexas e rápidas mudanças socioculturais e econômicas em curso no processo de globalização, com a perda de paradigmas, inclusive a do próprio cooperativismo. Nesse contexto, a educação cooperativa passa a assumir uma relevância significativa.

Preservar e difundir a teoria parece fundamental no contexto em que vivemos. Sem dúvida, numa economia que se orienta, de forma geral, por outros princípios, que não os cooperativos, aquela acaba causando transformações no próprio sistema cooperativo. O cooperativismo está num contexto em que não é dominante, porém nos últimos anos as sociedades cooperativas veem apresentando números de crescimento que superam o PIB de muitos países emergentes (OCB, 2019). Mesmo assim, poderá fazer a diferença para milhões de pessoas, mas para que essa possibilidade se torne real, é necessário ser preservada a essência do cooperativismo numa constante revisita aos seus princípios. Como afirma Charles Gide (apud DESROCHE, 1976, p. 9), “a verdadeira marca de vitalidade não é durar, senão renascer”.

Na visão de Drimer (1973), podemos perceber que o cooperativismo opera com objetivos basicamente humanistas desde o seu início. Embora o humanismo seja uma vantagem oculta e intangível, é obvio que ela pode ser aprendida e liberada através da educação cooperativa. A organização da cooperação cooperativa está diretamente alinhada com o pensamento de Jean-Jacques Rousseau e Emmanuel Kant, na tentativa de alcançar o projeto social do ser humano (MARTIN; MOLINA; LAFLEUR, 2008). Conforme Desroche (1976), o movimento cooperativo, no nível das comunidades humanas reais, constitui o modo de organização que permite preservar os valores antigos da comunidade e promover o desenvolvimento moderno capaz de ocupar um lugar sólido nas correntes de evolução do mundo atual.

Nesse contexto de crise internacional o movimento cooperativo, segundo Martin (2008), deve inevitavelmente abalar o modelo dominante, que acaba falando alto e impondo seu próprio paradigma. O cooperativismo apresenta-se, sem modéstia, neste espaço vital, com sua herança para compartilhar e de suas possibilidades de

atualização, resgatando o humanismo que precisa ser redescoberto. E, considerando a amplitude que o cooperativismo alcançou e os sete princípios do cooperativismo, a educação cooperativa continua sendo uma pedra angular básica (MARTIN; MOLINA; LAFLEUR, 2008).

4.6 Os sete princípios do cooperativismo

Segundo Gadea Soler (2009), torna-se inevitável referir-se aos princípios cooperativos quando se trata de delimitar o conceito de sociedade cooperativa e, ao mesmo tempo, estabelecer as qualidades essenciais que diferenciam as sociedades cooperativas de outros tipos de empresas. Segundo a fundação Idelcoop², em um documento de referência acerca da declaração da ACI, muitas pessoas entendem que os princípios são mandamentos de ferro que devem ser seguidos literalmente. Em outro sentido deveriam restringir, inclusive proibir, algumas ações ao mesmo tempo em que promovem outras. Sem dúvida os princípios são mais que mandamentos. São pautas para julgar comportamentos e tomar decisões. Não basta perguntar se uma cooperativa adere à letra dos princípios, é importante saber se segue o seu espírito, se a visão que cada princípio fornece, individual e coletivamente, é incorporada às atividades diárias da cooperativa. Desse ponto de vista, os princípios não são uma lista desatualizada que deve ser revisada periodicamente e ritualmente, são estruturas dentro de cujos limites se pode agir.

Apesar da variação de tempo e geografia, as cooperativas compartilharam valores básicos em todo o mundo, em parte, graças aos esforços da ACI no desenvolvimento de uma espécie de constituição, “os princípios cooperativos”. Esses princípios, e a ideologia relacionada, foram negociados e renegociados dentro do movimento a cada trinta anos. A finalidade foi sempre coordenar a dinâmica do cenário político, social e econômico em mudança e, acima de tudo, incorporar os valores das novas gerações de membros (SCHRÖTER, HARM G.; BATTILANI, 2012).

No entanto, é comum ver que, muitas vezes, membros da governança das cooperativas não conhecem com profundidade os princípios cooperativos. O

² Idelcoop é uma associação argentina sem fins lucrativos, cujo objetivo é promover a doutrina e a prática cooperativa. O documento completo sobre os princípios cooperativos na Revista da Idelcoop - ano 1996 – V. 23, nº 97, disponível em <https://www.idelcoop.org.ar/sites/www.idelcoop.org.ar/files/revista/articulos/pdf/96021704.pdf>.

argumento financeiro prevalece sobre os outros critérios de tomada de decisão e o bem comum é relegado a um segundo plano. Embora o elemento financeiro represente uma restrição necessária em um mercado, não deveria ser o único elemento na análise. Portanto, para as cooperativas, há incerteza na administração. Por que fazemos o que fazemos? Para que estamos trabalhando? E para quem estamos trabalhando (GUILLOTTE, 2010)?

Um aspecto importante a considerar, segundo Hita (2020), diz respeito a distância que separa a cooperativa da sociedade capitalista, originalmente formas antagônicas de negócios, que seria cada vez menor, especialmente na Espanha. Isso se deve a uma tendência crescente de uma interpretação muito flexível dos princípios e valores das cooperativas tradicionais. As diferentes regras das cooperativas expressam sua adesão aos referidos princípios e valores, mas ao desenvolver os diferentes aspectos dos regulamentos das cooperativas, em maior ou menor grau, eles se contradizem, uma vez que se afastam deles. Segundo Santos Domínguez (2015), seria um processo normal, argumentando que a sacralização dos princípios seria um empecilho para o desenvolvimento das cooperativas. Macías (2017), adicionalmente adverte que a dogmatização dos princípios cooperativos internacionais é um risco para a caracterização desse tipo de sociedade, para a qual, segundo Hita (2020), devem ser estabelecidos limites para evitar distorções. A viabilidade comercial das cooperativas é um dos argumentos que o legislador usa para se afastar dos princípios cooperativos. Mas este não é um fim que justifique qualquer meio. Porque não é a organização que está em perigo, mas a forma social escolhida. Nada impede que, se uma organização não for economicamente sustentável na forma de uma sociedade cooperativa, ela se torne uma sociedade capitalista, por exemplo, uma empresa de responsabilidade limitada.

O documento da ACI, Plano de Ação para uma Década Cooperativa (2013), destaca o núcleo irreduzível da cooperativa. Nesse sentido o plano mostra a sua preocupação pelos diferentes graus de aplicação dos princípios cooperativos em função das diferentes regiões e regulamentações, o que pode levar a existência de cooperativas não autênticas que buscam apenas as vantagens que a forma social oferece. No mesmo sentido, alerta para o risco por parte das cooperativas de cair em um comportamento isomórfico com respeito às sociedades capitalistas que lhes faça perder sua singularidade.

Antes de declarar os princípios, é preciso compreender o sistema de valores. Seu objetivo é buscar um equilíbrio entre a individualidade e o coletivo através da autorresponsabilidade, da autoajuda, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Tomados em conjunto, os valores visam a dignidade humana e o estabelecimento de uma sociedade democrática e justa. Esses valores, portanto, deram origem, ao longo do tempo, ao estabelecimento de sete princípios que governam a ação cooperativa (ou pelo menos deveriam) no intuito de atender às aspirações e necessidades dos membros. Juntamente com os valores, os princípios constituem a estrutura do edifício cooperativo (GUILLOTTE, 2010).

Princípio 1 – Adesão Voluntária e Livre

As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas capazes de usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades dos membros, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa (ACI, 2015). Segundo Martin (2008), a adesão livre dos membros é a expressão do respeito à liberdade individual, um dos valores fundamentais das organizações cooperativas contemporâneas.

Este princípio, considerado como essencial (ACI, 2015), reforça a convicção de que as pessoas escolhem, de forma voluntária, participar de uma cooperativa. A partir desta decisão, o cooperado passa a se comprometer com a organização. Trata-se, portanto, de um ato voluntário: juntar-se a pessoas a fim de buscar suprir necessidades econômicas, sociais e culturais de forma compartilhada. Este princípio é uma expressão do direito a liberdade de associação. O direito de unir-se, ou não, a outras pessoas com a finalidade de buscar objetivos comuns, é um dos direitos fundamentais da Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas e do Pacto Internacional das Nações Unidas sobre Direitos Civis e Políticos.

Os Pioneiros de Rochdale foram pensadores à frente da sua época. Sendo assim, desde o início do cooperativismo moderno admitiam mulheres, que naquele momento eram marginalizadas do contexto social, e pessoas de todas as classes sociais sem distinção por motivos políticos ou crenças religiosas.

Como organizações voluntárias, as cooperativas têm seus direitos e deveres legais. A ideia “aberta a todas as pessoas” afirma um compromisso geral de

reconhecer a dignidade fundamental de cada pessoa e seu direito ao envolvimento em uma cooperativa, que tem sido um compromisso básico de todas as cooperativas desde seu surgimento no século XIX (ACI, 2015).

Destaca-se que, para integrar uma cooperativa, a pessoa precisa estar capacitada para usar seus serviços. A noção “capaz para usar seus serviços” reconhece que as cooperativas são organizadas para fins específicos. Antes de se tornar efetivamente um membro da cooperativa, deve-se lembrar que, embora a adesão seja aberta, é necessário estar disposto a aceitar os deveres que são gerados.

Um membro, em geral, será uma pessoa (natural) individual numa cooperativa primária. Também, poderá ser uma pessoa jurídica em uma organização que presta serviços a outras empresas. Pessoas jurídicas podem ser membros de cooperativas primárias nas quais várias partes interessadas são membros. Outras cooperativas serão, normalmente, membros de cooperativas secundárias e terciárias.

Segundo a ACI (2015), uma vez que as cooperativas são organizações livres, as pessoas não podem ser forçadas a serem associadas, nem por governos e nem por outras pessoas. Onde pressões econômicas ou regulamentações governamentais incentivam pessoas a se tornarem membros, as cooperativas têm a responsabilidade especial de garantir que todos os membros estejam totalmente envolvidos e sejam educados sobre a natureza voluntária e aberta da sua cooperativa. Adicionalmente, a associação livre e voluntária significa que as pessoas têm o direito de deixar de ser membros, se assim o desejarem, respeitando as diretrizes internas de cada cooperativa.

Princípio 2 – Controle Democrático pelos Membros

As cooperativas são organizações democráticas controladas por seus membros que participam ativamente na definição de suas políticas e na tomada de decisões. Nas cooperativas primárias, os membros têm direitos iguais de voto (um membro, um voto) e as cooperativas em outros níveis também são organizadas de maneira democrática (ACI, 2015).

A conquista do cooperativismo é parte de um projeto de uma sociedade de direitos e liberdades na qual os membros gerenciam o futuro de sua cooperativa. O membro pode exigir, ao mesmo tempo, reconhecimento da igualdade de todos e o

conhecimento da sua cooperativa suficiente para participar de debates e decisões (MARTIN; MOLINA; LAFLEUR, 2008). Neste princípio fica evidente a dualidade do indivíduo e do coletivo, nisto reside a verdadeira força do cooperativismo (LACROIX, 2002).

Um cooperado é, no sentido nobre do termo, um democrata. A democracia faz parte do corpo do paradigma cooperativo. É o resultado equilibrado de um contrato social que está sendo constantemente construído. Equilíbrio em movimento. Aqui se reconhece a contribuição fundamental da filosofia de Rousseau³ (MARTIN; MOLINA; LAFLEUR, 2008).

Democracia é um conceito simples: a governança ou o controle de uma organização através dos seus membros por meio da tomada de decisão majoritária. Por outro lado, a governança democrática de qualquer instituição humana é uma tarefa complexa. Segundo a ACI (2015), a governança democrática sólida das cooperativas não é exceção. Por isso, antes de eleger alguém para um cargo de confiança, todas as cooperativas devem considerar se é apropriado promover a qualificação adequada para os membros antes de se candidatarem ao cargo eleito. Esta atitude previne possíveis problemas na gestão. Já é constatado que, em todos os níveis, da menor cooperativa à maior, o sucesso ou o fracasso repousa em grande parte nas decisões tomadas pelos representantes eleitos (ACI, 2015).

Nas cooperativas, segundo a ACI (2015), a democracia inclui direitos e responsabilidades que, por sua vez, atendem a esses direitos. Ainda, significa promover o espírito de democracia nas cooperativas, uma tarefa infinitamente difícil, mas valiosa e essencial. Um dos benefícios das cooperativas é que elas auxiliam a plantar raízes democráticas profundas no solo fértil da sociedade civil onde estão inseridas.

Um aspecto fundamental a ser lembrado é de que o processo democrático, por si só, não é garantia de competência. É necessário que sejam criadas leis democráticas, códigos de governança, processos sólidos e gestão que garantam a sustentabilidade da democracia na cooperativa. É preciso separar os poderes democráticos e executivos, com normas e equilíbrio controlados pelos membros.

³ A vontade da maioria não é outra que não a minha, mesmo que o indivíduo tome e defenda pessoalmente diferentes opções (Rousseau, 2004).

Desde o início do movimento cooperativo, o segundo princípio tem sido uma característica fundamental das cooperativas, é o coração e a alma da governança cooperativa. É na ancoragem permitida pela solidariedade e equidade que se constrói o ideal democrático da cooperativa. E, segundo Martin *et al.* (2008), é a partir desses dois valores que começa a originalidade do cooperativismo.

Porém, segundo Hita (2020), embora a Aliança Cooperativa Internacional não estabeleça nenhuma ordem que expresse a preponderância de alguns sobre os outros, a doutrina frequentemente destaca a maior importância de algum princípio sobre os demais quando se trata de pregar o caráter autenticamente cooperativo de uma sociedade. Nesta tarefa, nem sempre encontramos unanimidade entre os autores, é verdade que existe um princípio geralmente considerado inescapável: gestão democrática.

Nos sistemas democráticos, há um espectro de engajamento democrático: da democracia representativa, passando pela eleição de representantes a cada poucos anos e pela democracia deliberativa em questões importantes, até a democracia participativa com envolvimento contínuo dos membros na tomada de decisões cotidiana (ACI, 2015).

Um dos maiores desafios que as cooperativas enfrentam na implementação do Princípio do Controle Democrático dos Membros é criar uma cultura que acolha e promova o debate. Este princípio consolida o fato de que numa organização democrática os membros são a autoridade última, ou seja, os membros controlam sua cooperativa, cabendo a cada cooperativa decidir quais temas delega aos seus executivos e quais questões estratégicas decidirá com os associados. Porém, um detalhe importante é que muitas vezes os membros não têm a noção do que isso significa. Referindo-se às cooperativas do Québec, Martin (2008) afirma que a grande maioria dos membros de nossas cooperativas geralmente é membro por padrão ou por hábito histórico, sem saber o que significa ser associado de uma cooperativa ou o que é fundamentalmente uma cooperativa.

As cooperativas são de propriedade conjunta de seus membros e todos os colaboradores eleitos são responsáveis por suas ações perante os membros, no momento das eleições e durante todo o seu mandato (ACI, 2015).

Historicamente a regra para igualdade de direitos de voto, um cooperado, um voto, era autoevidente nas cooperativas primárias onde o grupo de membros

geralmente era homogêneo. Nas cooperativas primárias com múltiplas partes interessadas ou híbridas, diferentes sistemas de votação podem, por boas razões, se fazerem necessários. No contexto de participação dos associados, é fundamental que as cooperativas tirem proveito das tecnologias que permitem a participação e envolvimento dos membros nos processos democráticos, embora a interação dos membros entre si seja uma parte vital do processo democrático. Este engajamento não é apenas um processo qualitativo e nem apenas quantitativo (ACI, 2015). E, tornar a associação significativa e incentivar a participação dos membros é uma tarefa que todas as cooperativas enfrentam, independentemente do tamanho ou estágio de desenvolvimento.

O cooperativismo não é apenas compartilhamento de propriedade. É antes de tudo, governança compartilhada (SCHOLZ; SCHNEIDER, 2016). E para que haja uma boa governança, todos os envolvidos devem estar alinhados com a doutrina e valores cooperativos. O sistema capitalista funciona bem para muitas coisas, mas nenhum sistema é perfeito em cobrir tudo, daí surge a ideia de trabalhar juntos para atender, tanto às necessidades de consumidores como de trabalhadores através de uma organização cooperativa. Esta é a característica das cooperativas desde sempre. Elas permitem controle do seu destino e para obter este controle, é necessário que a organização seja democrática (HEALY, 2013).

A teoria do cooperativismo estabelece como um dos seus princípios a gestão democrática. Mais uma vez fica evidente que o processo educacional das cooperativas é fundamental para que a doutrina mantenha o sentido e que as cooperativas não percam a sua essência democrática. Um associado precisa conhecer, entender e praticar os princípios da teoria cooperativa e, este processo de conhecimento e aprendizado acontece através da educação.

O princípio democrático da cooperativa nunca está concluído, por isso ela está em constante busca pela democracia, que garante o exercício do poder por todos em sua humanidade e não em sua propriedade do capital (GUILLOTTE, 2010). Adicionalmente a PECOL⁴ considera que os regulamentos da cooperativa devem garantir que os membros a controlem democraticamente e, para isso, partem do princípio de um membro, um voto, embora o voto plural seja admitido, mas devem

⁴PECOL significa Principles of European Cooperative Law.

garantir que, em nenhum caso, investidores ou uma minoria de membros da cooperativa controlem a cooperativa.

Como este trabalho tem seu enfoque no aspecto educacional nas cooperativas, convém ressaltar a importância da educação cooperativa para a democracia. Segundo Martin (2008), a educação no paradigma cooperativo deve permitir o desenvolvimento pessoal e coletivo das virtudes consideradas essenciais para o advento de uma democracia saudável, ou seja, o conhecimento suficiente e necessário para limitar a ignorância, a autonomia desejada para reduzir a dependência, a confiança para superar o medo e a abertura necessária para quebrar a indiferença. Nesse sentido, a essência da educação cooperativa é, portanto, a essência da democracia cooperativa. O conhecimento, portanto, é fundamental para a democracia e para a gestão. Segundo Desroche (1976), a perspectiva de cooperação na gestão democrática pressupõe que as soluções para os problemas enfrentados não provêm apenas dos especialistas, mas das próprias pessoas.

Princípio 3 – Participação econômica dos Membros

Os membros contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Pelo menos parte desse capital é geralmente propriedade comum da cooperativa. Os membros normalmente recebem remuneração limitada, se houver, sobre o capital subscrito como condição de associação. Segundo a ACI (2015), os membros alocam excedentes para qualquer um ou todos os seguintes fins: desenvolver sua cooperativa, possivelmente criando reservas, parte das quais seriam indivisíveis; beneficiar os membros proporcionalmente às suas transações com a cooperativa e, apoiar outras atividades aprovadas pelos membros.

Quando uma cooperativa é formada, ela se dispõe a contribuir para a solução de problemas comuns aos seus membros, não para ser um ambiente especulativo onde se investe com finalidade de buscar retorno sobre o capital. O terceiro princípio trata da questão de como os membros investem nas suas cooperativas, crescem ou geram capital e alocam as sobras. Segundo Hita (2020), todos os benefícios obtidos pela cooperativa são reinvestidos no negócio ou devolvidos aos membros de acordo com a atividade que realizam anualmente com a cooperativa. Esta é uma das

diferenças entre cooperativas e empresas capitalistas. Nas empresas capitalistas, o benefício concedido aos acionistas é baseado unicamente em sua parte do capital social e elas normalmente não são obrigadas a distribuir dividendos.

Alguns questionamentos, nesse contexto, são levantados por Laidlaw (1981), como por exemplo: os membros das cooperativas devem acreditar que a sua organização e o sistema como um todo, faz a diferença no mercado? Caso contrário, qual seria a finalidade da cooperação? Se não fizerem mais do que concorrer com outros tipos de empresa, no estrito plano da rentabilidade comercial, será que isso seria suficiente para que seus associados se sentissem motivados a apoiá-las e lhes serem fiéis? São perguntas que fazem refletir a respeito do papel dos cooperados e que poderiam ser exploradas em debates sobre o tema.

Nem sempre esse princípio contava com a redação em uso. A Aliança Cooperativa Internacional afirma que o texto atual do terceiro princípio foi aprovado desta forma quando os princípios e valores do cooperativismo foram reformulados na assembleia geral em Manchester, na Inglaterra, em 1995. Nessa assembleia foi efetivada a combinação da natureza de dois princípios separados. Esses dois princípios eram: i) o capital social deve receber apenas uma taxa de juros estritamente limitada, se houver; ii) o excedente deve ser distribuído de maneira equitativa por: a) apropriação para reserva; b) prestação de serviços comuns e c) distribuição proporcional à utilização que os membros fazem dos serviços da cooperativa.

O terceiro princípio trata da participação econômica dos membros, enfatizando a vital importância do controle por estes no que se refere ao capital da organização, indicando que eles devem receber compensação limitada às subscrições como condição de tornar-se associado. Segundo a ACI (2015), deve-se tomar todo o cuidado necessário ao permitir o investimento de capital externo, essa possibilidade deve levar em conta que a cooperativa é autônoma e não pode perder este princípio.

Numa cooperativa, o capital é o servo e não o mestre da organização (ACI, 2015). Como está relacionado ao dinheiro, é o princípio mais sensível e a parte mais desafiadora dos princípios cooperativos, embora, não necessariamente, o mais importante. É o princípio que traduz o aspecto financeiro da definição da identidade cooperativa e das implicações financeiras do segundo princípio do controle democrático dos membros (ACI, 2015).

Dada a grande escala e diversidade da organização cooperativa, a Aliança Cooperativa Internacional afirma que esse princípio econômico é, necessariamente, um que tem muitas ressalvas em sua aplicação prática; ressalvas mostradas por “pelo menos” e “geralmente” na redação do Princípio. Essas advertências práticas foram constantemente incorporadas a este terceiro princípio, a fim de abranger a gama significativa de práticas diferentes das cooperativas.

Segundo a ACI (2015), o desafio é equilibrar o controle dos membros das cooperativas com a necessidade e possibilidade de que as organizações venham a captar recursos externos. Portanto, a essência desse princípio é de que o capital deve ser aumentado de forma compatível com a definição da cooperativa na declaração sobre a identidade e a natureza democrática de uma organização cooperativa.

Ainda, segundo preconizam as diretrizes da Aliança Cooperativa Internacional, o capital pago pelos membros não é dinheiro investido para gerar retorno sobre o investimento, mas é um capital agregado investido para fornecer bens, serviços ou empregos aos membros a um preço justo. Já os superávits são destinados pelos membros para fins de desenvolvimento da sua cooperativa, criando reservas, parte das quais seriam indivisíveis e, para beneficiar membros na proporção das suas operações, ou ainda, apoiar atividades aprovadas pelos membros.

As reservas indivisíveis, segundo a ACI (2015), são de propriedade coletiva da cooperativa. Em cooperativas fundadas há muito tempo, essas reservas indivisíveis significam o trabalho realizado por muitas gerações de membros e, podem ser alvos daqueles que procuram acessar e dividir os valores acumulados. Portanto, esses ativos são propriedade comum para sempre e não podem ser compartilhados em caso de dissolução ou liquidação. Nesse caso, após o pagamento de todas as dívidas residuais, os ativos restantes devem permanecer indivisíveis e ser usados a fim de desenvolver as capacidades do movimento cooperativo. Esta é o significado de “reservas indivisíveis” (ACI, 2015).

É fundamental destacar que o terceiro princípio pode levar à interpretação de que a cooperativa é apenas uma organização econômica. É muito mais do que isso. Segundo Rodrigues (2008), trata-se de apenas uma faceta da identidade cooperativa. Embora seja mencionado primeiro o aspecto econômico, este vem seguido de “aspirações e necessidades sociais e culturais”, que são listadas em pé de igualdade. Isto reflete a agenda dos fundadores do cooperativismo moderno que buscavam

transformar a sociedade muito além do viés econômico. Além disso, estas necessidades estão ao lado da dimensão econômica. As cooperativas transferem não somente produtos, serviços e recursos financeiros, transferem cultura. De acordo com a ACI (2015), são um empreendimento humano de e para as pessoas que são membros dela.

As ações de associação têm uma natureza dupla: oferecem aos membros o direito de voto e são reforço para o capital de giro que uma cooperativa necessita para viabilizar seus negócios. Devido a essa dupla natureza, a participação dos membros e a contribuição mínima de capital exigida devem ser financeiramente acessíveis para aqueles que precisam dos serviços de uma cooperativa. Não devendo ser um impedimento para a associação (ACI, 2015).

Nesse caso estaria violando o primeiro princípio, da livre associação (ACI, 2015). As cooperativas necessitam de recursos financeiros para alavancar seus negócios, porém o retorno sobre as ações de capital dos membros que concedem direito a voto deve ser limitado. Em alguns locais é permitido criar cooperativas sem capital social sendo os direitos de associação estabelecidos pelos membros que utilizam os serviços da cooperativa. Um dos princípios básicos nesse contexto é de que todos os membros tenham direito a voto (ACI, 2015).

Todas as organizações de capital necessitam de recursos financeiros para desenvolver seus negócios, é o que acontece, também, com as cooperativas. Porém, nestas últimas, o retorno sobre o capital que concede direito a voto deve ser limitado sob pena de comprometer a sua continuidade.

Outras fontes de capital, mesmo que não tenha direito a voto, podem ser criadas. A maneira preferida de obter capital adicional é autorizando membros que tenham condições e vontade possam subscrever um número maior de ações. Essas ações, sem direito a voto, podem ser remuneradas a uma taxa de mercado justa visando oferecer um retorno razoável ao investimento. Esta ação também incentiva os membros a investirem mais do que o mínimo exigido pela cooperativa. Em alguns locais é possível a associação de pessoas jurídicas, como outras cooperativas, visando o aumento dos fundos. Porém, é necessário que a taxa de retorno seja a mais baixa possível, apenas com a finalidade de obter o capital necessário, caso contrário, poderá atrair o investimento especulativo. Cooperativas que vierem a utilizar recursos externos precisam garantir que a governança esteja protegida de possíveis executivos

seniores que poderão tentar sequestrar o controle para seu interesse pessoal (ACI, 2015).

Outra abordagem importante no contexto deste terceiro princípio, está no fato de que, em alguns países, a responsabilidade pessoal é interpretada como sendo os membros responsáveis, de forma ilimitada, sobre quaisquer perdas causadas por sua cooperativa. Já em outros países, com legislação cooperativa específica, a responsabilidade pode ser limitada. A abrangência da responsabilidade dos associados depende exclusivamente das leis do país onde a cooperativa atua, o que reforça a importância da organização e atuação política das cooperativas (ACI, 2015).

Caso uma cooperativa necessite aumentar o seu capital, deveria sempre seguir esta ordem de prioridade de fontes (ACI, 2015):

- 1 – junto aos próprios membros da cooperativa;
- 2 – com outras cooperativas e instituições financeiras cooperativas;
- 3 – junto a investidores sociais;
- 4 – junto a credores comerciais – nos mercados financeiros.

Uma cooperativa deve ser uma entidade, ou pelo menos deveria se tornar, autossustentável economicamente buscando resultados positivos. No contexto dos negócios das cooperativas, lucro é o resultado positivo anual das negociações comerciais, excedente é a parte do lucro derivada do relacionamento econômico com os associados. Como aplicação geral deste terceiro princípio, os excedentes devem ser alocados às reservas indivisíveis e não distribuído aos membros (HENRÝ, 2012).

O terceiro princípio estabelece três formas de utilização do excedente gerado pela cooperativa. De acordo com a ACI (2015), os membros devem fazer as escolhas para esta utilização: i) Desenvolver a cooperativa. Muito importante para a sobrevivência no longo prazo; ii) reinvestimento na modernização física e infraestrutura e aperfeiçoamento dos recursos humanos através da educação e formação conforme o quinto princípio; iii) desenvolver novas atividades cooperativas para oferecer aos associados conforme os objetivos originais dos pioneiros de Rochdale; iv) pagar o retorno aos membros de acordo com a sua participação. Esta é a forma tradicional de recompensar os membros pelo apoio à cooperativa, o “Dividendo de Rochdale” sendo uma das principais inovações de negócios centradas nas pessoas que conduziram para o sucesso dos Pioneiros e; v) apoiar as atividades sociais e culturais, entre outras, conforme as decisões dos associados em acordo com

o quinto princípio, educação, formação e informação, com o sexto princípio da intercooperação e o sétimo princípio do compromisso com a comunidade.

Uma das atividades mais importantes que uma cooperativa pode e deve apoiar é a promoção de um ambiente econômico favorável ao desenvolvimento futuro do movimento cooperativo, tanto local, como regional, nacional e internacionalmente (ACI, 2015).

Princípio 4 – Autonomia e Independência

As cooperativas são organizações autônomas de autoajuda controladas por seus membros. Se firmam acordos com outras organizações, incluindo governos, ou levantam capital de fontes externas, o fazem em termos que garantem o controle democrático de seus membros e mantêm sua autonomia cooperativa (ACI, 2015).

Segundo a ACI (2015), este princípio não fazia parte dos princípios originais. Passou a integrar o rol de princípios quando estes foram reformulados no ano de 1995. Anteriormente, esta declaração de autonomia era implícita. Sua concentração está na relação com os governos nacionais e organizações governamentais internacionais, embora também tenha implicações na relação entre cooperativas e outras entidades comerciais como credores comerciais que fornecem capital às cooperativas ou fornecedores que estão em posição dominante na cadeia de valor. Anteriormente ao ano de 1995, a autonomia das cooperativas era considerada um valor implícito da identidade cooperativa ao invés de declarado explicitamente.

Segundo a ACI (2015), o sucesso dos primeiros cooperadores foi alcançado sem apoio dos governos. Ainda assim, em todas as partes do mundo, as cooperativas são afetadas por seu relacionamento com o Estado. Portanto, as cooperativas sofrem riscos ao se aproximarem demais dos governos que já interferem através de tributações e leis. A aceleração da globalização desde os anos 1980 teve como consequência a concentração do poder financeiro no controle de um pequeno grupo de indivíduos muito ricos, fundos soberanos e bancos de propriedade de investidores e outras instituições financeiras. Essa força, junto com a de novas empresas globais que também são fornecedoras ou clientes de cooperativas, apresenta novas ameaças à autonomia e independência das cooperativas. Uma empresa cooperativa que depende em grande parte da negociação com uma empresa comercial do setor

privado de propriedade de um investidor cria um risco significativo para sua autonomia e independência. Este foi o motivo pelo qual o quarto princípio foi incluído explicitamente como princípio no Congresso Internacional da ACI em 1995.

A integridade de uma cooperativa como organização autônoma e independente está alicerçado nos valores de autoajuda, democracia e auto responsabilidade que são centrais na identidade cooperativa (ACI, 2015). A autonomia e independência sugerem que, conforme concluíram os primeiros cooperadores, não resolve esperar que governos ou aqueles que possuam recursos financeiros venham trazer alterações significativas, a mudança para um mundo mais justo só pode ser atingido através do trabalho colaborativo aplicando os valores de autoajuda, auto responsabilidade em cooperação (ACI, 2015). A Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2002), afirma que a paz universal e duradoura só pode ser estabelecida se for baseada na justiça social.

De acordo com a ACI (2015), em nenhum dos exemplos: Rochdale na Inglaterra, DeJardins no Quebec, Raiffeisen e Schulze-Delitzsch, Horace Plunket, Antigonish Movement na Nova Escócia e Padre Arizmendarrieta em Mondragon, houve qualquer participação dos governos através de apoio financeiro para o fomento das cooperativas. Por outro lado, em todo o mundo há legislações que regulam as cooperativas. Os governos podem ser úteis ou prejudiciais, por isso é fundamental que as cooperativas estejam vigilantes e, sempre que possível, mantenham relações construtivas com os governos.

Segundo preconiza a ACI (2015), a partir da globalização acelerada desde os anos 1980, a concentração de renda e, por consequência, a desigualdade, aumentaram. Nesse contexto onde há empresas e bancos muito grandes e onde as cooperativas venham a depender de negociações com estas instituições pertencentes a investidores, cresce o desafio de manter a autonomia e a independência. Existem três dimensões para estar atento e preservar a autonomia das cooperativas: acordos com governos, acordos com outras organizações e capital externo.

A ONU e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) enfatizam que as cooperativas possuem natureza específica e são organizações democráticas, autônomas e independentes sendo necessário a criação de condições justas nos regimes nacionais e internacionais em termos de direito,

finanças, impostos e regulamentações. Pois, segundo a ACI (2015), as cooperativas são úteis aos governos que desejam desenvolver suas economias.

As diretrizes da ONU são claras a respeito da necessidade de criação de um ambiente favorável às cooperativas:

The group of experts agreed that in order for cooperatives and governments to effectively collaborate there needs to be an agreed definition of cooperatives. In this context, the ICA (International Cooperative Alliance) Statement of Cooperative Identity should be taken as the base and operationalized in terms of cooperatives position in the context of the marketplace as distinctive from other forms of business enterprise (NATIONS, 2002, p. 5).

Esse é um endosso inequívoco do status das cooperativas como organizações controladas democraticamente, de propriedade conjunta e autônomas (ACI, 2015). Na visão da ONU, a respeito do ambiente favorável às cooperativas, é necessário que o Estado e as cooperativas estabeleçam alianças bem-sucedidas e eficazes. Enquanto controle demais do Estado é ruim, nenhum envolvimento estatal pode igualmente ser inútil e míope (NATIONS, 2002).

No geral os governos não deveriam apoiar cooperativas apenas porque são cooperativas. Mas, sim, pelo bem que elas fazem e quão bem elas fazem isso ao lado de outras empresas com base competitiva. As cooperativas também não devem ser utilizadas como instrumentos do Estado. As políticas devem afastar as cooperativas da dependência estatal. Cooperativas não devem ser instrumentos de políticas governamentais ou programas de assistência técnica, nem como fóruns de doutrinação política. A experiência diz que as cooperativas contribuem melhor para a sociedade quando são fiéis aos seus valores e princípios (NATIONS, 2002).

A OIT (2002) em sua recomendação 193, pede que governantes criem um ambiente favorável para que as cooperativas possam florescer. O principal princípio aqui é de que, o governo dar suporte às cooperativas, não significa controlá-las. Além do que, ainda declara que o cooperativismo possui as virtudes de transformar pessoas e sociedades através de seus princípios e valores, a fim de buscar uma sociedade mais amigável e equilibrada e influenciar filosoficamente e empiricamente os atuais setores público e privado (OIT, 2002).

Segundo a ACI (2015), desde 1995 quando os princípios cooperativos foram reformulados, houve um crescimento exponencial de grandes corporações nas

cadeias de suprimentos globais. Esse tamanho lhes permite exercer influência em toda a cadeia. Acordos que preveem pagamentos para que a cooperativa continue sendo, por exemplo, um fornecedor aprovado, significam grandes desafios, tanto para as cooperativas como para os pequenos produtores. Especialmente cooperativas jovens precisam ter o cuidado de não se deixar atrair por uma oferta grande de contratos e, posteriormente, serem surpreendidas com reduções substanciais de preços. O mesmo risco correm as cooperativas que realizam serviços para instituições públicas por um período fixo e, logo após terem de competir com concorrentes que praticam preços predatórios.

Adicionalmente a ACI (2015) afirma que os conselhos e lideranças das cooperativas têm uma responsabilidade especial na preservação da autonomia e da independência das suas cooperativas, o que é fundamental para a viabilidade a longo prazo. Não há risco maior do que a insolvência causada por má governança e má administração.

Para a Aliança Cooperativa Internacional (2015), a fim de garantir a autonomia e a independência da cooperativa, é necessário que todos os membros dos órgãos de liderança tenham o conjunto de habilidades fundamentais, incluindo um entendimento claro dos valores e princípios. A forma de garantir a autonomia e a independência é através dos estatutos e responsabilidades dos conselhos perante a assembleia geral. É necessário que os conselhos prestem conta de forma transparente através dos balanços e, se necessário, através de auditorias e relatórios independentes. Estas ações ajudam a manter a autonomia e a independência das cooperativas.

Princípio 5 – Educação, formação e informação

As cooperativas fornecem educação e formação para seus membros, representantes eleitos, gerentes e funcionários, para que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de suas cooperativas. Eles informam o público em geral - particularmente jovens, que tem sede de valores como liberdade, igualdade, solidariedade, equidade, democracia (NADEAU, 2004), e líderes de opinião - sobre a natureza e os benefícios da cooperação. As cooperativas de sucesso garantem que todos os membros do conselho, e aos que desejam ser membros,

acesso às oportunidades de educação e formação necessárias para dirigir a cooperativa (ACI, 2015). Conforme Zeuli e Cropp (1980), os novos sócios precisam conhecer os valores da cooperativa, o motivo da sua criação, o que foi construído desde então e quais seus objetivos.

De acordo com Martin (2014), inicialmente, quando foi fundada a primeira cooperativa moderna, a educação cooperativa não se ocupava apenas dos problemas econômicos de seus membros. Abrangendo aprendizagens básicas e formação sólida, favoreceu em primeiro lugar a educação das pessoas. Para os proponentes iniciais do cooperativismo, o paradigma proposto foi a base de toda ação. Adicionalmente Lambert (1964, p. 41) preconiza:

O movimento cooperativo, desde o início, aspira a uma total transformação do mundo e do homem. As preocupações morais são o que move esses iniciadores: eles veem na cooperação muito mais do que a solução para um problema parcial e passageiro; eles veem uma fórmula capaz de revisar todo o sistema econômico e social e elevar o homem a um comportamento moral que compreende nobreza e desinteresse.

Segundo Schneider (2003), a educação e capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, mas nas cooperativas elas são questão de sobrevivência. Por isso, o movimento cooperativo tem um compromisso, desde a sua fundação, com a educação. A educação é um dos seus princípios fundadores desde quando foram formulados. Segundo Martin (2014), falar em educação cooperativa é se referir diretamente a este quinto princípio. As regras originais de conduta dos pioneiros de Rochdale, desde logo já exigiam que uma porcentagem definida dos excedentes deveria ser alocada na educação. A Aliança Cooperativa Internacional (2015) afirma que é importante destacar que, no século XIX, a educação era privilégio de poucos. Já na época os cooperadores entendiam que a educação era fundamental para transformar vidas, a chave para a iluminação e o progresso social.

O processo educativo dos cooperados é necessário para o entendimento e para a continuidade do cooperativismo, uma vez que a educação cooperativa está voltada a aprofundar e consolidar a identidade cooperativa, seu projeto de sociedade e de economia a construir, sua visão sobre a dignidade humana, valores e princípios. Já a capacitação cooperativa tem seu foco voltado a profissionalização do universo cooperativo, visando à formação de bons produtores, poupadores, bons e eficientes prestadores de serviços das organizações (SCHNEIDER, 2010). Segundo Kropotkin

(2009), em teorias que exercem qualquer influência sobre as relações humanas há uma tendência de que os seguidores estreitem a compreensão em vez de ampliá-la. Um indicativo de que a educação cooperativa possa estar falhando é o fato de que o cooperativismo não teve um papel transformador nos últimos dois séculos de capitalismo (SCHNEIDER, NATHAN; SCHOLZ, 2016).

Segundo Schneider e Hendges (2006, p. 46):

A capacitação pressupõe inicialmente noções essenciais de economia, de formação especializada e profissionalizante e de conhecimentos sobre as dinâmicas e exigências do mercado, mas todas conformadas, enquadradas dentro da perspectiva de que participam de uma organização cooperativa.

Segundo a Aliança Cooperativa Internacional (2015), educar para o comprometimento com o bem comum, ajuda mútua e responsabilidade social nas comunidades em que estão inseridas é uma das tarefas essenciais e básicas das cooperativas. Daí a importância de que os líderes das cooperativas deem o devido valor à educação dentro das suas organizações. A educação cooperativa deve ser ofertada permanentemente aos associados e para as comunidades. Oferecer aos membros novos e mais jovens oportunidades de educação e formação é essencial para aumentar o número desses cooperadores dispostos a se envolver nos processos sucessórios.

De acordo com a ACI (2015), no campo dos negócios costuma-se comentar sobre o que é percebido como a falta de sofisticação da governança quando uma organização cooperativa falha ou se depara com dificuldades. Isso geralmente é atribuído à falta de conhecimento comercial dos conselhos eleitos. Embora isso possa ser um fator causal, não é necessariamente assim e não deve ser usado como razão para minar o controle democrático dos membros. Para evitar a acusação de falta de sofisticação, as cooperativas devem garantir que a formação apropriada seja disponibilizada a todos os membros dos conselhos.

O desenvolvimento do modelo de cooperação e as práticas operacionais, posteriormente definidas como os princípios de Rochdale, são o resultado direto da educação e aprendizagem. Esse modelo de cooperação foi aperfeiçoado por mais de um ano utilizando e aprendendo com as experiências de Robert Owen e contando com a colaboração de importantes estudiosos como Jacob Holyoake. Os princípios de Rochdale têm clara vinculação com os princípios desenvolvidos em 1832 no

congresso cooperativo presidido por Owen, deixando claro que os pioneiros desenvolveram ideias em vez de criá-las (ACI, 2015). Owen, por sua vez, emerge de um contexto intelectual efervescente, originado no iluminismo, cuja crença é de que a natureza humana pode ser moldada e aperfeiçoada, abrindo caminho para mudanças sociais e educacionais (MARTIN; MOLINA; LAFLEUR, 2008). Owen foi influenciado pelas ideias de Jean-Jacques Rousseau com suas teses sobre contrato social, democracia, liberdade cívica e educação (ROUSSEAU, 2004).

Alguns dos pioneiros de Rochdale assistiram palestras de Owen em uma escola cooperativa owenita que operava em Salford, próximo a Manchester, na década de 1830. O ingrediente que transformou a experiência de meio século em um modelo de sucesso e, que posteriormente foi replicado em todo o mundo, foi a disposição de compartilhar experiências e aprender com erros e acertos anteriores. Sem esse compartilhamento é improvável que o movimento cooperativo diversificado tivesse surgido. Educação foi e continua sendo a força vital de todas as cooperativas e é a impulsionadora do desenvolvimento cooperativo (ACI, 2015). Schneider (2003) aponta que a educação sobre os valores e princípios do cooperativismo cria a afinidade mental e afetiva entre os agentes da cooperação e os motiva a continuar cooperando.

Logo que os pioneiros receberam o controle do prédio onde instalaram seu primeiro armazém, transformaram o andar térreo em sala de leitura, tamanho era seu apreço pela formação e educação conforme a ACI (2015, p. 56).

The earliest co-operators were quick to embrace the technologies emerging at the time from magic lantern slide shows to pioneering the use of film as an educational and informational tool. Following the example of the Rochdale Pioneers, co-operatives established lending libraries and reading rooms, pioneered distance learning and forged partnerships with universities and others to extend the reach of their programmes.

Martin (2009) afirma que a educação está no cerne do movimento cooperativo desde a sua fundação, é o que mostra a experiência dos pioneiros de Rochdale.

A educação cooperativa deve ser ousada da mesma forma, inovadora e imaginativa ainda hoje, abraçar oportunidades oferecidas pelas tecnologias, criar e fortalecer laços com as universidades visando incentivar a pesquisa e utilizando a educação para disseminar os resultados aos formuladores de políticas públicas e público em geral. A educação cooperativa precisa ser adaptável e manter o foco que

é desenvolver uma compreensão mais profunda da natureza dos benefícios do trabalho em forma de cooperação (ACI, 2015). Apesar de haver um reconhecimento da importância do cooperativismo pelas Nações Unidas (ONU) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ainda se faz necessário que o cooperativismo seja mais estudado nas escolas de economia e direito. Raramente as cooperativas são mencionadas e pouco aparecem nos livros didáticos (ACI, 2015).

Já Henry (2012), acredita que a educação cooperativa tem um espaço importante e que é necessário considerá-lo. Um exemplo desse espaço pode ser a elaboração do estatuto social, no momento da fundação de uma cooperativa, que oferece uma oportunidade única de educação e aprendizado.

Os cooperadores precisam entender os princípios que são a base criativa das cooperativas e aprender a aplicá-los no mundo em contínua mudança. Não importa o tipo de aprendizagem, se formal ou informal, é necessário que ela aconteça na perspectiva de construção do mundo dos negócios onde as cooperativas estão inseridas. Porém, segundo Schneider (2003), educar para a cooperação é uma tarefa difícil, uma vez que as pessoas, normalmente, são treinadas para a competição e concorrência. Esse processo não se altera de uma hora para a outra, visto que culturas levam décadas para serem atingidas por processos educacionais. Segundo preconiza a ACI (2015, p. 58):

Effective co-operative education programmes can support the renaissance and renewal of an established co-operative movement and help unlock the vision and energies of a new generation, revealing how the co-operative model can be applied to today's and tomorrow's challenge of building a better world.

As diretrizes da ACI (2015) indicam que as cooperativas muitas vezes ignoram a responsabilidade de fornecer educação e formação aos seus membros, seus representantes eleitos, gerentes e colaboradores, por sua conta e risco. Essa é uma atividade essencial, no sentido mais amplo, porque é fundamental para o sucesso e a sustentabilidade de qualquer cooperativa.

Além de se ocupar com os cuidados internos quanto aos aspectos educacionais, o quinto princípio requer que as cooperativas extrapolem a realidade interna e informem ao público em geral, especialmente jovens e líderes formadores de opinião, na busca de educação das gerações seguintes e todos aqueles que

influenciam a opinião pública, incluindo políticos, funcionários públicos, representantes da mídia e educadores. Toda organização democrática controlada por membros é tão boa quanto a próxima geração de seus membros (ACI, 2015).

É importante notar que há três aspectos neste quinto princípio: educação, formação e informação (ACI, 2015):

- i) educação diz respeito ao fato de compreender os princípios e valores da cooperativa e entender como aplicá-los nas operações diárias. Preocupa-se com a educação mais ampla oferecida aos membros. Pretende envolver as mentes de todos os envolvidos para que compreendam de forma integral a riqueza do pensamento e ações cooperativas e seu impacto social. A educação é a visão ampliada de formação, que faz referência aos gregos, exposta na compreensão da cidade educativa, própria das virtudes da *pólis*, que depende da formação do cidadão, uma vez que a sua formação está vinculada às virtudes da *pólis*. Ou seja, inclui-se a cultura, os valores, as ideias, crenças e representações coletivas, as normas, os papéis atribuídos aos homens, mulheres, jovens e crianças (SCHNEIDER, 2010).
- ii) formação tem a ver com as habilidades práticas que os cooperados e colaboradores necessitam para gerenciar a cooperativa de acordo com as práticas comerciais éticas e eficientes e controlar democraticamente seus negócios cooperativos. Em todas as cooperativas é necessária a formação, além dos associados, de colaboradores e diretores eleitos (ACI, 2015). Já para Schneider (2010), a formação, e mais especificamente a capacitação cooperativa, pode ser entendida como o conjunto de técnicas e dos ensinamentos destinados às pessoas com a intenção de que estas possam desempenhar as suas funções com maior eficiência. Para Lambert (1964), não há dúvida de que a educação cooperativa vai muito além de um simples treinamento técnico gerencial que permite que uma organização se adapte bem, em continuidade histórica e cultural, de acordo com regimes econômicos e sociais onde é implantada.
- iii) informação é o dever de garantir que o público em geral, especialmente jovens e formadores de opinião conheça a organização cooperativa. Não se trata de propaganda dos serviços ou produtos da cooperativa. É um dever informar o público em geral sobre os valores e natureza baseado em

princípios da organização cooperativa e os benefícios mais amplos para a sociedade.

Sem educação, formação e informação as pessoas não irão apreciar ou apoiar o que não entendem. Segundo Verri (2011), a alienação do trabalhador, no cooperativismo, pode ser contornada pelo processo educacional e do treinamento.

Martin (2009) alerta que há uma distinção a ser feita. O termo latino *Educare* significa alimentar, encher, assimilar, assumir a forma, ser treinado. Um conceito que ilustra um movimento de fora para dentro. Modernamente o termo poderia ser traduzido por treinamento. Porém, esse autor questiona o fato de que o cooperativismo permanece na ambiguidade educacional que valoriza a educação de fora para dentro, com a *Educare Cooperativa*, mas que deveria se ocupar também da *Educere Cooperativa*, um conceito que trata da educação que eleva o ser humano para além de si, de dentro para fora, no sentido da libertação. Este conceito nos leva a conclusão de que a informação e o ensino dos conhecimentos necessários não são o suficiente para se alcançar o ser aprendente que o movimento cooperativo necessita (LASSERRE, 2008).

Infelizmente, segundo Martin (2009), essa dimensão educacional da cooperação, *Educare-Educere* é a mais negligenciada porque sua importância é insuficientemente compreendida. As formações técnicas e profissionais acabam prevalecendo deixando a educação continuada dos membros das cooperativas em segundo plano. Na maioria das cooperativas essas atividades dos membros são, frequentemente, resumidas a uma reunião anual na qual são feitas as demonstrações financeiras, incompreensíveis para muitos.

Ainda segundo Martin (2009), parece que o cooperativismo contemporâneo favorece treinamentos que promovem a tecnicidade e é focado nas atividades de gestão, o que parece se constituir em um elemento limitador. É necessário contemplar inteligência, razão, coração e vontade humana ajudando a desenvolver uma cultura de pensamento e ação. Houle (1940) segue na mesma direção afirmando ainda que é necessário conscientizar antes a pessoa e, somente depois, treinar um técnico ou gerente de cooperativa. Educar para a cooperação, seria, portanto, transformar a pessoa antes de treiná-la e definir o cooperador antes de fundar cooperativas. Nesse sentido a cooperativa é uma associação de pessoas motivadas pela cooperação, pessoas educadas em cooperação, sendo que qualquer nascimento de uma

cooperativa deve ocorrer em um processo altamente educacional (MARTIN, 2009). Ainda segundo esse autor, a oferta de treinamento ou formação cooperativa não leva, necessariamente, à educação cooperativa. Por isso, é fundamental considerar a educação cooperativa na sua integralidade e amplitude. É nesse sentido que este trabalho caminha quando traz ao debate a questão educacional. Afinal, a educação cooperativa deve elevar os olhos e o coração para uma transformação mais profunda do que um simples jogo de adaptação ao modelo vigente. Holyoake (1891) diz que a cooperação cria uma nova pessoa. Lafleur *et al.* (2008) acrescentam que através do desafio da educação, a cooperativa deve garantir estrategicamente que os membros e seus *stakeholders* estejam cientes das diferenças cooperativas, seus papéis, responsabilidades e outros comprometimentos no intuito de desenvolver e manter a coesão em seu desenvolvimento. Uma cooperativa, sem educação cooperativa, não é uma cooperativa no sentido mais profundo.

A educação precisa ser um foco importante para as cooperativas e significa mais do que simplesmente informar os membros das cooperativas sobre os negócios e incentivar a lealdade comercial, embora deva fazer essas coisas. Também, deve oferecer caminhos para todos os membros aprenderem a respeito da identidade e valores cooperativos e a família global da qual a cooperativa faz parte (ACI, 2015). Compreender o propósito do cooperativismo, das cooperativas e de seus valores e princípios ultrapassa a capacidade de pensá-los mecanicamente sem entender todo o seu conteúdo, conexões e riqueza filosófica. A educação cooperativa deve oferecer seu paradigma, que contém princípios, valores e objetos existenciais especificamente humanos (MARTIN, 2009).

Portanto, a educação deve auxiliar os membros de uma cooperativa a compreender os seus direitos e responsabilidades, inclusive o dever de exercer seus direitos democráticos. Segundo Schneider (2010), a educação cooperativa diz respeito a um conjunto de ensinamentos que, não só proporcionam maior aporte cultural aos envolvidos, mas desenvolvem valores, princípios e normas. Nesse sentido, busca o desenvolvimento pleno e consciente do cidadão tanto para a atuação dentro da cooperativa como na sociedade. Os programas educacionais devem levar a colaboradores mais comprometidos e cidadãos mais ativos, desenvolvendo habilidades transferíveis consideradas essenciais para a sociedade dentro de um

espaço reservado para a busca desapassionada e imparcial do conhecimento, livre de condicionamentos infligidos por objetivos práticos (WATKINS, 1989).

Atualmente a tecnologia permite que a educação cooperativa possa, potencialmente, ser entregue a um grande número de membros a baixo custo. Todas as cooperativas, especialmente aquelas que contam com uma distribuição geográfica ampla dos seus membros, podem aproveitar as tecnologias disponíveis para criar programas eficazes de educação dos membros, sem perder a interação, pois a confiança é a moeda da cooperação humana, o que veio a se comprovar e verificar nos tempos de pandemia em que vivemos.

A educação cooperativa é, portanto, um princípio indispensável à existência da cooperativa, pois oferece uma compreensão filosófica, técnica (ferramentas de gestão e pedagógica) e prática de todos os princípios restantes (WATKINS, 1986). Dubhashi (1970) acrescenta que a educação é o princípio de todos os princípios porque ensina outros princípios e transcende a própria cooperativa.

Nos últimos anos, programas de nível superior como graduações, especializações e mestrados em gestão de cooperativas criaram oportunidades para líderes cooperativistas, oferecendo possibilidade para trocas de experiências, reflexão e estudo da teoria e da prática do cooperativismo. Essa ação pode fortalecer o cooperativismo evitando que aconteça o que foi notado no último meio século: a invisibilidade das cooperativas, especialmente o desaparecimento das cooperativas dos livros econômicos (ACI, 2015). Visando o fortalecimento do cooperativismo, a OIT (2002), através da recomendação 193, sugere que as cooperativas sejam incluídas nos currículos em todos os níveis dos sistemas educacionais nacionais.

Sempre houve, na história, uma relação muito próxima entre a educação cooperativa e o desenvolvimento cooperativo, geralmente partindo da conscientização. Em partes da África, assim como na América Latina, foram criadas escolas cooperativas que estão preparando os jovens nos valores do cooperativismo. Além disso, desenvolvem as habilidades necessárias para a criação de empregos e geração de renda através das novas cooperativas. Da mesma forma, as cooperativas universitárias no Japão também se revelam como campo de formação para uma geração nova de líderes cooperativos (ACI, 2015). O endosso da ONU e da OIT às cooperativas reconhece que estas são construtoras do futuro e que ajudarão a criar uma economia mundial mais justa (OIT, 2002).

Segundo Schneider (2003), o ensino do cooperativismo nas instituições de ensino regular pode ter dois objetivos: i) proporcionar uma informação geral e, ii) contribuir para a formação de dirigentes e educadores cooperativistas. Percebe-se aqui uma preocupação de que o processo da educação cooperativa se inicie desde cedo, envolvendo dessa forma as crianças.

Foi dito que o cooperativismo é um movimento econômico que emprega a educação cooperativa. Watkins (1989), afirma que poder-se-ia muito bem alterar essa frase e dizer que o cooperativismo é um movimento educativo que utiliza a ação econômica. É através da educação que pressupõe consciência, discernimento, capacidade de escutar e dialogar que é gerada a riqueza das vantagens cooperativas. Porém, os resultados tendem a demorar para surgir. Ainda assim, o movimento cooperativo tem de ter o cuidado para não se sentir modesto demais subestimando suas potencialidades humanas e econômicas (LAFLAMME, 1982).

É por meio da educação cooperativa, considerando que os membros venham a compreender a essência do seu empreendimento, que estes passarão a entender de forma muito mais profunda o significado dos demais princípios. Por exemplo, a importância de praticar o sexto princípio.

As cooperativas precisam escolher pessoas altamente qualificadas para o exercício da função de educador. São profissionais que precisam se preparar ou ser preparados para ocupar os cargos de forma competente, utilizando técnicas e metodologias educacionais testadas e que tenham capacidade de avaliar os resultados dos programas e conteúdos abordados (SCHNEIDER, 2003). Segundo Zeuli e Cropp (1980), haveria um ditado que estaria presente nas cooperativas europeias afirmando que uma cooperativa sem um programa educacional irá durar apenas uma geração e meia.

Nesse contexto da educação e divulgação é preciso deixar claro para a sociedade que as cooperativas são empreendimentos mais justos, mais honestos, que não estão nos paraísos fiscais, que entregam benefícios reais para as comunidades. Uma das principais barreiras enfrentadas pelas cooperativas nas Américas é a ampliação da conscientização sobre seu impacto social e econômico (ACI, 2015).

A educação cooperativa se dá, tanto interna quanto externamente à organização, difundindo a identidade, os valores e princípios do cooperativismo. No Plano de Ação para uma Década Cooperativa, a ACI (2013, p. 21) destacou:

O objetivo é construir a mensagem cooperativa e proteger a identidade cooperativa, garantir a autoridade econômica moral e uma situação de 'melhores negócios' para as cooperativas. É importante distinguir entre 'identidade' e 'mensagem'. Em termos gerais, 'identidade' designa o que as cooperativas representam para o próprio setor e para os seus membros, como se reconhece a si próprio quando se olha ao espelho; 'mensagem' é a maneira pela qual a identidade é apresentada e difundida no mundo exterior, pela educação, fornecimento de informação, marketing, logotipos e outras formas de comunicação com não membros.

Preconiza ainda que o ensino das ideias e tradições cooperativas deve ser incluído nos currículos de todos os níveis de ensino, pois a educação cooperativa é a melhor forma de construir uma compreensão da identidade e mensagens cooperativas. Segundo Schneider (2010), a educação para a cooperação deveria estar acessível para todas as pessoas, pois no contexto internacional, poucas pessoas conhecem da natureza das cooperativas. Já para Martin (2014), a educação cooperativa deve desenvolver um nível mais alto de experiência humana diante dos requisitos e necessidades das pessoas e comunidades. Sem as atividades de educação e capacitação, as cooperativas são desvirtuadas ou até absorvidas pelo sistema socioeconômico e pelo processo social dominante que é a concorrência e o conflito (SCHNEIDER, 2005). Por isso, segundo Martin (2009), se torna urgente que o movimento cooperativo questione essa falta de dimensão educacional e tome medidas diante do homem moderno e da situação que o envolve em um horizonte restrito.

O princípio da educação é um compromisso para tornar a cooperativa efetiva e, portanto, é uma pré-condição para o controle democrático, enquanto a intercooperação é realmente uma estratégia de negócios sem a qual as cooperativas permanecem economicamente vulneráveis (BIRCHALL; KETILSON, 2009).

Segundo Martin (2008), muitos pensadores, filósofos, sociólogos e antropólogos veem o domínio da cultura capitalista no mundo em que vivemos. Eles reconhecem os efeitos nocivos, perversos e desenfreados do consumo. Denunciam cada vez mais a influência desse modelo em nossas vidas, em nossos modos de fazer as coisas e até em nossos modos de conceber o mundo e o homem. Se assumirmos que o atual paradigma social é sobretudo financeiro, utilitário e industrial, que oferece uma concepção materialista, individualista e narcísica do ser humano, que determina os valores de hoje e que condiciona nosso pensamento, não é urgente que o cooperativismo reflita sobre seus próprios fundamentos filosóficos para se apresentar

claramente como uma alternativa viável e necessária ao mundo atual, abalado por crises novas e significativas? Uma reflexão sobre os valores e princípios do cooperativismo seria bem-vinda nesse contexto. A renovação de sua identidade profunda levaria a cooperativa a recuperar o espaço público que merece para oferecer a nossas culturas outro projeto social? Responder a essas perguntas é entrar no coração da educação cooperativa (MARTIN; MOLINA; LAFLEUR, 2008).

Para Martin (2014), a educação existe apenas na medida em que mulheres e homens, como educadores, realizam ações que facilitam, para nós e para os outros, uma forma de aprendizado que nos liberta da ignorância e da cegueira, permitindo entender melhor, fazer melhor e simplesmente ser melhor. Ademais, não pode ser qualquer pessoa a cuidar da educação dos cooperados. Segundo o autor, o educador deve ser mais do que um treinador ou um informante. Deve ser alguém que facilite a conscientização e desenvolva o pensamento crítico. O indivíduo deve ser colocado como o centro do projeto educativo.

Princípio 6 – Intercooperação

As cooperativas servem seus membros com mais eficiência e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais (ACI, 2015). É um princípio que diferencia as cooperativas de empresas comerciais. Intercooperação de acordo com o sexto princípio é a chave para o sucesso da promoção e defesa das cooperativas. Constata-se que o comprometimento com a cooperação entre as cooperativas é a marca registrada da organização cooperativa porque é o desejo mais evidente de que se quer criar um futuro econômico melhor, mais sustentável e justo para a humanidade (ACI, 2015).

Esse princípio apresenta duas dimensões fundamentais. A primeira é de que as cooperativas são organizações econômicas que ofertam bens e serviços. A segunda, é de que são entidades sociais de associados que se relacionam de forma positiva com outras cooperativas. Ou seja, ao ingressar numa cooperativa o associado precisa ter a noção de que está ajudando a construir a sua própria cooperativa, mas também o movimento cooperativo de forma ampla. Nesse sentido, a intercooperação gera riqueza para muitos, para muito além da realidade local. Os membros se beneficiam do contexto maior e usufruem do impacto positivo de seu engajamento

com outras cooperativas (ACI, 2015). As cooperativas são melhores juntas, pois há ganho de experiência, de escala e compartilhamento de custos. Precisam estar inseridas no mercado com as características do profissionalismo, competitividade, eficiência com líderes ágeis em busca de alianças estratégicas, mas olhando, também, para a felicidade individual e para o bem-estar coletivo (RODRIGUES, 2008).

Segundo a ACI, no Plano de Ação para uma Década Cooperativa (2013), o setor cooperativo deveria identificar e remover barreiras à intercooperação. Isto necessita incluir, sempre que possível, a integração de sistemas, como a contratualização, usando o princípio da subsidiariedade.

Há mais de quatro décadas já se concluiu que, quando as cooperativas se articulam com outras cooperativas, são a força mais eficaz no combate ao monopólio dos grandes conglomerados que sufocam as pequenas e médias empresas (LONDOÑO, 1976). O sexto princípio foi expresso durante a apresentação dos princípios no congresso a ACI em Viena em 1966. Nessa oportunidade foi declarado o seguinte: "... pensamos que era importante adicionar um princípio de crescimento por cooperação mútua entre cooperativas". A diretriz é clara, todas as cooperativas devem cooperar ativamente com outras cooperativas desde os níveis locais até internacionais. Portanto, além de ser uma ideia no setor cooperativo, é necessário que apresente a realidade material correspondente. Uma cooperativa sozinha tem poucas chances de atingir seu potencial (ACI, 2015).

Nesse contexto de intercooperação e ganhos em escala, os fatores da autonomia e da independência precisam ser mantidos. Além de manter a sua independência em relação aos governos e instituições capitalistas, é um desafio perene para as cooperativas manterem sua autonomia em relação a outras cooperativas.

O sexto princípio trata de trabalhar junto de forma contínua, com visão de longo prazo, não apenas ocasionalmente quando convém. A intercooperação exigirá, algumas vezes, esforço para alcançar metas compartilhadas. Alcançar resultados coletivamente requer tempo, habilidades e recursos. Implica abrir mão de objetivos particulares no curto prazo para alavancar ganhos no longo prazo.

Segundo a Aliança Cooperativa Internacional (2015), as principais características de prática efetiva na intercooperação incluem: i) abertura: cooperativas que fazem parte das estruturas locais, nacionais e internacionais respeitam e praticam

abertura e transparência nas relações; ii) responsabilidade: é uma boa prática a cooperativa incluir no seu relatório anual a intercooperação e como a cooperativa aplicou o sexto princípio; iii) representação: a tomada de decisões dentro de um empreendimento de várias cooperativas é equitativa; iv) flexibilidade: a flexibilidade permite que os colaboradores se comprometam, inovem e proporcionem resultados efetivos. Trabalhar em conjunto requer flexibilidade e entendimento de que nenhuma pessoa ou grupo pode ter permissão para dominar o processo; v) reciprocidade: a cooperação eficaz implica resultados e benefícios mútuos. Fator importante no longo prazo e; vi) aderência à identidade cooperativa: significa defender e atuar em consonância com os valores e princípios cooperativos.

Deve-se ressaltar a importância de que as federações respeitem a identidade cooperativa e dos seus membros. Esta é a chave desse princípio e as cooperativas que entendem seu papel de cooperadoras entre si, têm potencial de gerar melhores resultados, tanto individual como coletivamente (ACI, 2015).

Visando fortalecer a intercooperação, é desejável que as cooperativas primárias façam um esforço para se associarem e constituírem as cooperativas secundárias para maior alcance e acesso ao mercado. A criação de cooperativas secundárias é uma forma útil de desenvolvimento de organizações sólidas, uma vez que atuam em defesa e em nome das cooperativas em suas relações com o governo e fornecem apoio coletiva e individualmente às cooperativas. De acordo com a OCB (2020), as cooperativas variam de acordo com a dimensão e dos objetivos, classificando-se em cooperativa:

- singular ou de 1º grau: Uma cooperativa para pessoas. Tem o objetivo de prestar serviços diretos aos associados. É formada por, no mínimo, 20 cooperados, na regra geral, sendo permitida a admissão de pessoa jurídicas, desde que não operem no mesmo campo econômico da cooperativa;

- central e federação ou de 2º grau: Uma cooperativa para cooperativas. Seu objetivo é organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas, facilitando a utilização dos mesmos. É constituída por, no mínimo, três cooperativas singulares;

- confederação ou de 3º grau: Uma cooperativa para federações. Assim como as cooperativas de 2º grau, têm o objetivo de organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas. A diferença é que as confederações são formadas por, no mínimo, três cooperativas centrais ou federações de qualquer ramo.

A ONU, através da FAO, é clara a respeito das vantagens a respeito da atuação das cooperativas primárias através das organizações cooperativas secundárias⁵. A fundação da ACI em Londres, Inglaterra, em 1895, como associação representativa de todas as cooperativas, é um exemplo mundial do sexto princípio na prática. Como organização representativa, ela pode interceder em nome dos movimentos cooperativos em países onde estes podem ser ameaçados por governos que não compreendem os princípios que fundamentam a cooperativa (ACI, 2015).

O desafio deste princípio é que as cooperativas entendam a importância da intercooperação e consigam se unir para se auto fortalecer e contribuir de forma mais eficiente com o movimento. Uma das estratégias para melhorar as relações entre as cooperativas, é melhorar a relação interna entre os membros.

Segundo a ACI (2015), a identidade cooperativa precisa ser compartilhada entre as cooperativas e na adoção de estratégias de *marketing* através da utilização da marca cooperativa internacional e da utilização do domínio Pontocoop. Utilizar esses recursos deixa claro os valores da cooperativa e passa a ser interpretado como um convite a negociar.

Além dessas ações, as cooperativas ainda podem criar formas de operações financeiras entre elas. Em alguns países, as cooperativas criaram, e com sucesso, fundos de solidariedade com a finalidade de reunir recursos financeiros entre as cooperativas. Através da aplicação do sexto princípio, cooperativas novas e menores recebem apoio financeiro e técnico enquanto as maiores recebem retorno social sobre o investimento (ACI, 2015). As cooperativas até podem operar sozinhas, mas prosperarão e fortalecerão a comunidade cooperativa quando trabalharem juntas. Esta é a aspiração inerente ao sexto princípio.

Lafleur *et al.* (2008), agruparam técnicas, atividades e metodologias em seis práticas principais: i) de marketing cooperativo; ii) de apoio ao desenvolvimento; iii) de compartilhamento e troca de recursos; iv) comerciais; v) de troca de informações e;

⁵ Por meio da federação, as cooperativas são capazes de organizar operações comerciais de larga escala em nível nacional - ou mesmo internacional - sem prejudicar o controle democrático das cooperativas primárias por seus próprios membros. A cooperativa secundária pode, devido ao seu maior volume de negócios ou à sua base representacional mais ampla, assumir funções, fornecer serviços e fazer representações que estariam além da capacidade de todas, exceto as maiores cooperativas primárias. As cooperativas secundárias são uma forma de integração vertical que oferece oportunidades para economias de escala, espaço para desenvolvimento e administração aprimorada (FAO, 1997).

vi) de treinamento. Essas seriam ações passíveis de serem planejadas e executadas em conjunto pelas cooperativas.

Princípio 7 – Compromisso com a Comunidade

O sétimo princípio foi declarado como um princípio cooperativo único e separado na reformulação dos princípios da ACI na Assembleia Geral em Manchester em 1995. Segundo a ACI (2015), anteriormente a Compromisso com a Comunidade fazia parte do sexto princípio, Intercooperação. Esse sexto princípio, no esclarecimento dos princípios de 1966, afirmava: “As cooperativas, para melhor servir seus membros e comunidades, devem cooperar entre si, tanto em nível nacional como internacionalmente”.

Este princípio combina dois elementos dos valores cooperativos: “autoajuda e autorresponsabilidade” além de “valores éticos de honestidade, abertura, responsabilidade social e cuidar dos outros”. Estas combinações surgem porque as cooperativas são originárias das suas comunidades, às quais se comprometem a auxiliar. Elas têm a responsabilidade de se esforçar para serem éticas e socialmente responsáveis em todas as suas atividades (ACI, 2015). Porém, segundo Hita (2020), a crescente relevância da responsabilidade social corporativa nas empresas capitalistas, especialmente nas grandes corporações, significa que parte de seus lucros vem sendo destinados a causas mais altruístas, uma vez que, diferentemente desse fundo tipicamente cooperativo, não se destina a propósitos diretamente vinculados às sociedades cooperativas, mas pode ter um campo de ação mais distante dos interesses da própria sociedade capitalista. Ou seja, parece que as cooperativas são desafiadas a enfatizar o que preconiza esse princípio para que fique em evidência e cumpra seu papel na sociedade, uma vez que as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros (ACI, 2015).

A ênfase deste princípio é desenvolvimento sustentável das comunidades onde as cooperativas estão. Desafia a todas as cooperativas a mostrar que é possível ser uma organização bem-sucedida e sustentável que traz benefícios tanto aos membros como às comunidades. A lógica tripla de desenvolvimento sustentável, econômica, social e ambiental tende a se reforçar pois o compromisso com a sustentabilidade

social e ambiental faz sentido para os negócios e auxilia no sustento do sucesso econômico de uma cooperativa. Existe consenso de que o conceito tem três aspectos: equilíbrio ecológico, justiça social e segurança econômica. Estes conceitos são mutuamente interdependentes (ACI, 2015).

A redação deste sétimo princípio foi acordada em 1995 durante o debate nas Nações Unidas sobre o estabelecimento de metas de desenvolvimento sustentável, conceito que emergiu do relatório de 1987 da Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Explicando em detalhes o que se entende por desenvolvimento sustentável: trata-se do desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades. Contém dois conceitos principais: i) o conceito de 'necessidades', em particular as necessidades essenciais dos pobres do mundo, às quais deve ser dada prioridade e; ii) a ideia de limitações impostas pelo estado da tecnologia e organização social à capacidade do ambiente de atender às necessidades presentes e futuras (NATIONS, 1987).

A redação deste princípio inclui a preocupação do movimento cooperativo e o compromisso de trabalhar para o desenvolvimento econômico, ambiental e social sustentável que leve benefício às comunidades e aos membros das próprias cooperativas (ACI, 2015).

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Essa frase é tanto uma observação como uma declaração de fato. Em geral, elas desempenham um papel vital para servir as comunidades, além de ser capaz de dar respostas positivas a desastres naturais. Importante destacar que a noção de comunidade, embora seja principalmente local, não é exclusivamente isso, a comunidade hoje é, também, global (ACI, 2015).

Na cúpula Rio + 20 em 2012, o relatório final reconheceu o papel real e potencial das cooperativas em ajudar a alcançar o desenvolvimento sustentável e contribuir para a redução da pobreza e a criação de emprego (NATIONS, 2012).

Ao analisar a resiliência da forma cooperativa de organização em tempos de crise econômica, os acadêmicos Johnston Birchall e Lou Hammond Ketilson (2009) observaram que: as vantagens gerais derivam da associação. As cooperativas são de propriedade exclusiva dos membros, controladas por membros e existem para fornecer benefícios aos membros, no lugar de lucro, e isso tem um impacto nas

decisões de negócios. Quando os objetivos de um negócio estão alinhados com os dos membros investidores e consumidores da cooperativa, os resultados são: lealdade, comprometimento, conhecimento compartilhado, participação dos membros, sustentados por fortes incentivos econômicos.

Muitas cooperativas se orgulham dos serviços que prestam às comunidades e divulgam essas ações. Elas têm razão em divulgar suas atividades de apoio à comunidade, uma vez que suas iniciativas ajudam a promover o cooperativismo incentivando o surgimento de novas cooperativas, incentivam as pessoas a escolherem ser membras de cooperativas, fazendo o processo de renovação e expansão. Isso é frequentemente descrito como o círculo virtuoso da organização cooperativa. O compromisso com a comunidade reconhece que, diferentemente dos investidores, os membros da cooperativa tendem a ser membros de uma comunidade específica. Frequentemente, um dos objetivos de negócios da cooperativa é atender às necessidades dessa comunidade mais ampla (BIRCHALL; KETILSON, 2009).

O sucesso econômico e a sustentabilidade de uma cooperativa criam os recursos para aplicar este sétimo princípio ao trabalho pela sustentabilidade econômica, ambiental e social das comunidades nas quais as cooperativas operam. Os benefícios desse compromisso responsável com a sustentabilidade remontam a novos membros, maior rotatividade e mais excedentes que reforçam o sucesso econômico de uma cooperativa (ACI, 2015).

Segundo Schneider (2010), as cooperativas devem investir na sua função social, dando importância à educação se não quiserem perder a sua identidade. E, de acordo com a ACI (2015), boas práticas requerem que as cooperativas informem como impactam a sustentabilidade econômica, ambiental e social e como aplicam os princípios cooperativos ao desenvolvimento sustentável das comunidades em que operam.

4.7 Síntese dos 7 princípios

Após abordar os principais aspectos de cada um dos sete princípios, segue, no Quadro 2, uma síntese que enumera os princípios, traz as dimensões conceitual e gerencial com as suas respectivas referências bibliográficas.

Quadro 2 - Síntese dos 7 princípios do cooperativismo

Princípio	Dimensão conceitual	Dimensão Gerencial	Referência
1.	Adesão voluntária e livre	Nenhuma pessoa pode ser obrigada, pelo governo ou por outras pessoas, a se associar a uma cooperativa.	ACI (2015)
		A liberdade individual é um dos valores fundamentais de organizações cooperativas.	Martin (2008)
		As pessoas escolhem, de forma voluntária, participar de cooperativas.	ACI (2015)
		O associado pode deixar de ser membro da cooperativa assim que desejar.	ACI (2015)
		Desde o início do cooperativismo moderno as cooperativas admitiam mulheres e não praticavam discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.	ACI (2015)
2.	Gestão democrática	Os membros da cooperativa deveriam ser incentivados a participar da gestão (conselhos, assembleias, reuniões).	ACI (2015)
		Os membros da governança e líderes das cooperativas (Conselhos) deveriam conhecer com profundidade os princípios cooperativos.	(GUILLOTTE, 2010)
		Nas cooperativas primárias, os membros têm direitos iguais de voto.	ACI (2015)
		Um membro é um indivíduo da cooperativa, ao mesmo tempo, pertence a uma coletividade.	LACROIX (2002)
		OS candidatos a cargos de liderança nas cooperativas deveriam estar preparados tecnicamente e conhecer os princípios que regem a natureza cooperativa de organização.	ACI (2015)
		As cooperativas têm papel importante na disseminação de raízes democráticas na sociedade.	ACI (2015)
		Se houvesse um princípio que não pudesse, de forma alguma, estar ausente em uma cooperativa, este seria o da gestão democrática.	Hita (2020)
		O princípio democrático da cooperativa nunca está concluído.	Guillotte (2010)
Para que uma cooperativa tenha controle sobre seu destino, esta deve ser transparente e democrática.	Helay (2013)		
3.	Participação econômica	Os membros contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas.	ACI (2015)
		Os membros recebem remuneração sobre o capital subscrito.	ACI (2015)
		Uma cooperativa que não for economicamente sustentável pode se tornar uma sociedade capitalista, por exemplo, uma empresa de responsabilidade limitada.	Hita (2020)

		O princípio mais sensível e desafiador na gestão da cooperativa diz respeito à participação econômica do associado.	ACI (2015)
4.	Autonomia e Independência	A cooperativa deve manter autonomia e independência em relação aos bancos, empresas de capital e governos.	ACI (2015)
		As cooperativas devem manter relações saudáveis com os governos.	ACI (2015)
		Cooperativas e governos podem estabelecer alianças.	ONU (2002)
5.	Educação, formação e informação	A natureza humana pode ser moldada e aperfeiçoada.	Martin <i>et al.</i> (2008)
		A educação cooperativa contribui para a democracia na cooperativa.	Martin (2008)
		A educação e capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, mas nas cooperativas elas são questão de sobrevivência.	Schneider (2003)
		A elaboração do estatuto social pode ser um momento de educação cooperativa.	Henry (2012)
		Educar para a cooperação é uma tarefa difícil.	Schneider (2003)
		As cooperativas deveriam conscientizar antes a pessoa e, somente depois, treinar um técnico, o que ainda não é uma realidade das cooperativas.	Houle (1940)
		A educação cooperativa deveria ser ensinada nas escolas e universidades.	ACI (2013)
6.	Intercooperação	Além de manter sua autonomia e independência em relação a governos e empresas capitalistas, as cooperativas precisam preservar sua independência em relação às próprias cooperativas.	ACI (2015)
		As cooperativas deveriam trabalhar juntas para se apoiar, se fortalecer com as experiências e dar suporte às menores e mais frágeis.	ACI (2015)
		É desejável que cooperativas façam um esforço para se associarem a outras cooperativas.	ACI (2015)
		Muitas ações seriam passíveis de serem planejadas e executadas em conjunto pelas cooperativas.	Lafleur <i>et al.</i> (2008)
7.	Compromisso com a comunidade	Existe diferença entre a responsabilidade social praticada pelas empresas de capital e cooperativas.	Hita (2020)
		A ênfase deste princípio é desenvolvimento sustentável da comunidade.	ACI (2015)
		É importante a divulgação das ações das cooperativas junto às suas comunidades.	Birchall; Ketilson (2009)
Outros aspectos relevantes quanto aos princípios.		Princípios são mais que mandamentos. São pautas para julgar comportamentos e tomar decisões.	IDELCOOP (1996)

	Os princípios deveriam ser atualizados periodicamente.	Gadea Soler (2009)
	Os princípios cooperativos são aceitos no mundo todo.	ACI (2015)
	Há cooperativas não autênticas.	ACI (2013)

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir do Quadro síntese acima, foram criados os construtos conforme pode ser verificado no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Síntese dos construtos de acordo com os princípios

Construto	Princípio (P)
Adesão voluntária e Livre	P1
Gestão democrática	P2
Participação econômica	P3
Autonomia e Independência	P4
Educação, formação e informação	P5
Intercooperação	P6
Compromisso com a comunidade	P7

Fonte: Elaborado pelo autor

4.8 Delimitação do trabalho

O objetivo dessa pesquisa é a construção de um artefato que possa servir de medição da percepção dos associados de cooperativas quanto a aplicação dos 7 Princípios do Cooperativismo na sua cooperativa. Para tanto, será criado um questionário (artefato) de verificação para ser aplicado junto aos associados.

Neste trabalho não serão tratadas as dimensões técnicas, legais, econômicas ou de poder associadas aos princípios do Cooperativismo.

5 MÉTODO

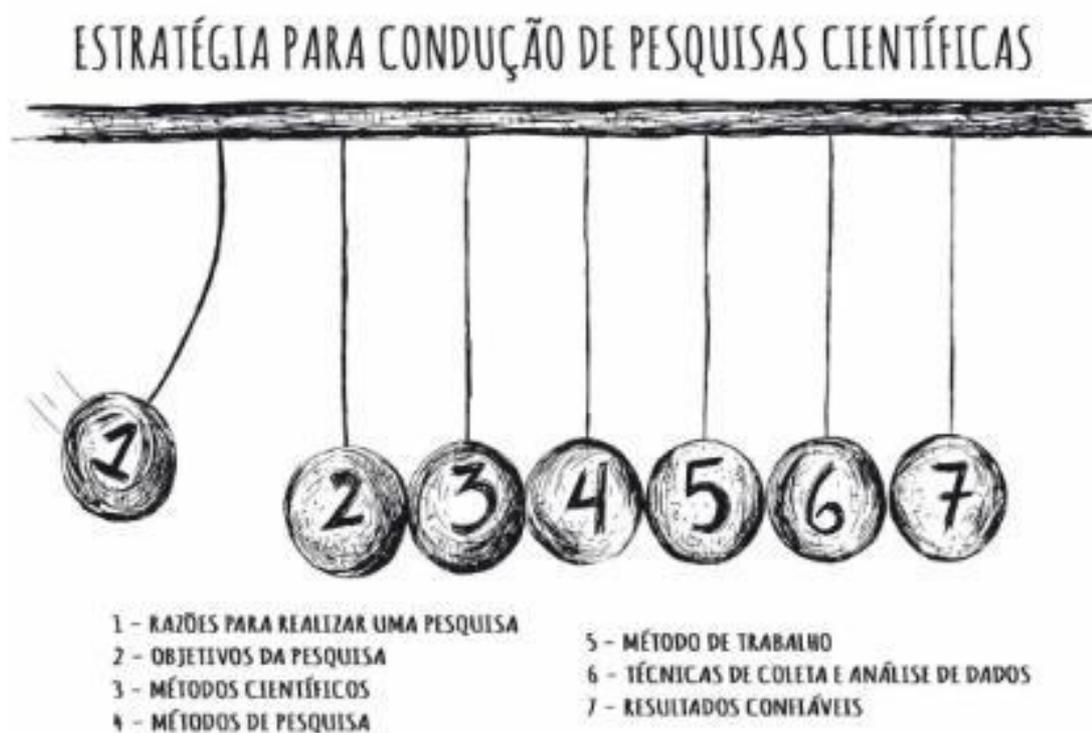
Neste capítulo são apresentadas três seções: i) primeiramente é apresentado o delineamento da pesquisa; ii) a segunda seção aborda o método de pesquisa *Design Science Research* (DSR) e; iii) na terceira seção é apresentado o método de trabalho utilizado.

5.1 Delineamento da Pesquisa

A pesquisa tem como objetivo buscar respostas a questões que ainda não foram plenamente elucidadas por informação inadequada, podendo ser definida como investigação sistemática cuja centralidade de objetivo normalmente é o desenvolvimento ou refinamento de teorias e, em alguns casos, a resolução de problemas. A pesquisa é muitas vezes necessária diante da falta de informação adequada e sistematizada para responder a um determinado problema (DRESCH *et al.*, 2015; SILVA; MENEZES, 2001). De acordo com Silva e Menezes (2001), uma pesquisa pode ser básica ou aplicada e contar com motivações de ordem prática ou teórica. Ainda de acordo com Dresch *et al.* (2015), a pesquisa com caráter mais teórico em geral é designada como pesquisa básica, ou pesquisa pura, cujo principal objetivo é promover o avanço científico. É a pesquisa realizada na academia. Já a pesquisa de ordem prática é chamada de pesquisa aplicada. Seus objetivos visam auxiliar na solução de problemas cotidianos. Embora sejam diferentes, as pesquisas aplicadas e básicas não são excludentes.

Segundo Dresch *et al.* (2015), para o desenvolvimento de uma pesquisa científica é fundamental seguir procedimentos que possam garantir a confiabilidade dos resultados. A representação do pêndulo de Newton, metáfora utilizada para ilustrar as relações de dependência e a necessidade de alinhamento entre cada uma das etapas, apresentada na Figura 5, demonstra a estrutura normalmente utilizada com a finalidade de produção de conhecimento científico, fundamentado nas ciências sociais e naturais.

Figura 5 - Pêndulo representativo da condução de pesquisas científicas



Fonte: Dresch *et al.* (2015, p. 16).

Conforme Booth, Colomb e William (2008), para a realização de uma pesquisa científica, o ponto inicial é a definição de uma razão, para dar início à investigação. Esta investigação pode estar alicerçada em três pontos centrais: i) a vontade do investigador de estar compartilhando uma informação nova e interessante; ii) para uma questão importante, buscar uma resposta; iii) a compreensão profunda de um fenômeno. Considerando a presente pesquisa, trata-se da busca por respostas para a questão formulada no Capítulo 3, seção 3.1: Como medir a percepção dos associados de cooperativas quanto a aplicação dos sete princípios universais do cooperativismo na sua cooperativa?

A etapa seguinte aborda a definição dos objetivos da pesquisa. É necessário definir quais objetivos o pesquisador pretende atingir com a investigação, se deseja prever, explicar, descrever ou explorar algum comportamento do fenômeno em estudo. Segundo Dresch *et al.* (2015), a ciência pode ser classificada em ciência factual e ciência formal. A ciência factual é validada ao apresentar alguma evidência

empírica, já a ciência formal não depende disso. As ciências formais englobam áreas como lógica e matemática. Além disso, as ciências factuais são classificadas em ciências naturais, incluindo disciplinas como física, química e biologia, e sociais, nas quais estão agrupadas áreas como sociologia, política, economia, antropologia e história (HEGENBERG, 1969, apud DRESCH *et al.*, 2015, p.14). O objetivo das ciências naturais é compreender fenômenos complexos descobrindo como eles ocorrem (DRESCH *et al.*, 2015). Percebe-se que os objetivos das ciências naturais e sociais podem ser: prever, explicar, explorar ou descrever fenômenos. Ou seja, estas ciências não se propõem a buscar respostas para problemas, anseio de profissionais da gestão e outros. Segundo Dresch *et al.* (2013), as pesquisas que pretendem prescrever e projetar são as que seguem o paradigma da *Design Science Research*. A DSR se propõe a projetar e produzir sistemas que ainda não existem e modificar situações já existentes para alcançar melhores resultados. Seu foco está na solução (PROENÇA *et al.*, 2015).

A definição das motivações da *Design Science Research* alinha-se aos objetivos desta dissertação, como ilustrado no Quadro 4.

Quadro 4 - Adequação do propósito da *Design Science Research* aos Objetivos da Pesquisa

Propósito da DSR de acordo com Dresch, Lacerda e Antunes Jr (2015)	Problematização e Objetivo desta Pesquisa
Projetar e produzir sistemas que ainda não existem...	Criar um artefato que possa servir de instrumento de medição da percepção de associados quanto a aplicação dos 7 princípios na cooperativa...
... e modificar situações existentes...	... pouco conhecimento dos princípios...
... para alcançar melhores resultados...	... associados engajados... qualificar os membros das cooperativas...
... com foco na solução de problemas.	... qualificar a gestão das cooperativas.

Fonte: Elaborada pelo autor

Segundo Popper (2006, p. 61), “as teorias são redes, lançadas para capturar aquilo que denominamos mundo: para racionalizá-lo, explicá-lo, dominá-lo.” Na base da construção das teorias, estão os métodos científicos de pesquisa (LACERDA *et al.*, 2013). A partir da definição do objetivo da pesquisa, é necessário escolher o método

científico que orienta o estudo. Antes, porém, de acordo com Saunders *et al.* (2009), é fundamental que o pesquisador esteja ciente da filosofia que dá sustentação ao estudo. De acordo com os autores, a filosofia de pesquisa escolhida contém as premissas de como o pesquisador vê o mundo. Seus pressupostos apoiam a seleção da estratégia e dos métodos que serão seguidos. Saunders *et al.* (2009) trazem a ontologia e a epistemologia como as principais formas de discussão da filosofia da pesquisa. A ontologia aborda a natureza da realidade, já o objetivismo pretende sustentar que a realidade independe dos atores envolvidos. O subjetivismo defende que os fenômenos sociais são elaborados a partir das percepções e posteriores ações dos envolvidos com a existência dos fenômenos (SAUNDERS; LEWIS; THORNHILL, 2009). Por outro lado, a epistemologia aborda o que é tratado como conhecimento válido em um determinado campo de estudo.

Adicionalmente, os autores discutem a axiologia, ou seja, a relevância que o pesquisador atribui ao papel dos valores na discussão da filosofia de pesquisa. A partir dessa abordagem, Saunders *et al.* (2009) apresentam um resumo que está reproduzido em parte no Quadro 5, no qual são comparadas as quatro filosofias de pesquisa sugeridas: o positivismo, o realismo, o interpretativismo e o pragmatismo. O realismo é dividido em realismo direto e realismo crítico na ontologia e na epistemologia.

Quadro 5 - Comparação das Filosofias de Pesquisa

	Positivismo	Realismo Direto	Realismo Crítico	Interpretativismo	Pragmatismo
Ontologia	Externo, objetivo e independent e dos atores sociais.	Objetivo. Existe independente de pensamentos humanos e crenças ou conhecimento da existência dos fenômenos.	Concorda como realismo, mas admite que são interpretados a partir do condicionamento social.	Socialmente construído, subjetivo, mutável, múltiplo.	Externo, múltiplo. Visão é escolhida de acordo com a melhor forma de responder à questão de pesquisa.
Epistemologia	Apenas fenômenos observáveis podem gerar dados confiáveis.	Fenômenos observáveis fornecem dados confiáveis. Insuficiência de dados resulta de inacuracidade dos sentidos.	Fenômenos observáveis fornecem dados confiáveis. Mas criam sensações que são abertas à má interpretação.	Significados subjetivos motivam ações. Fenômenos sociais.	Tanto fenômenos observáveis quanto significados subjetivos podem gerar conhecimento aceitável.

Axiologia	Pesquisa é realizada em um ambiente “livre” de valores. Pesquisador é independent e dos dados.	A pesquisa é sujeita a valores. O pesquisador é conduzido pela sua visão de mundo, suas experiências culturais e educacionais. Esses elementos impactam na pesquisa.	A pesquisa é carregada de valores. O pesquisador é parte do que está sendo pesquisado, não pode ser separado e, portanto, a pesquisa é transpassada pela subjetividade.	Valores têm papel relevante na interpretação dos resultados. O pesquisador adota tanto o ponto de vista objetivo como o subjetivo.
-----------	--	--	---	--

Fonte: Adaptado de Saunders *et al.* (2009, p.119)

De acordo com Saunders *et al.* (2009), a filosofia do pragmatismo é utilizada por pesquisadores que acreditam que o fundamental é responder à questão de pesquisa, não sendo necessário que seja adotada uma posição única, conforme é observável no Quadro 5.

Este trabalho assume o pragmatismo como filosofia de pesquisa. Ainda assim, elementos do realismo crítico e do interpretativismo podem ser considerados uma vez que a pesquisa envolve valores por exemplo. Para responder à questão de pesquisa poderão ser aceitos significados subjetivos. De maneira ampla, entende-se que há uma realidade que poderá ser estudada a partir de fenômenos observáveis.

Já do ponto de vista dos métodos científicos, Dresch (2013) afirma que, enquanto nas ciências tradicionais, naturais e sociais, os métodos científicos na maioria das vezes, são o indutivo, o hipotético-dedutivo e o dedutivo, nas pesquisas com base na *Design Science Research* é utilizado o método abdução. Segundo Dresch (2013, p.91), a abdução “é um processo de criar hipóteses explicativas para determinado fenômeno/situação”. Portanto, é recomendada quando se procura compreender uma situação, apresentar teorias para explicá-la e propor soluções ao problema em tela. Porém, Dresch (2013) acrescenta que outros métodos científicos eventualmente podem ser utilizados, conforme a etapa da pesquisa. Segundo Andrey *et al.*, (2004), os métodos de pesquisa consistem em um conjunto de regras e procedimentos, aceitos pela comunidade acadêmica, para a construção do conhecimento científico.

Após os métodos científicos estarem estabelecidos, há de se definir o método de pesquisa recomendado à condução da investigação. Segundo Dresch *et al.*, (2015), o método de pesquisa subsidia a construção do método de trabalho e é essencial para a execução da pesquisa. Porém, não há uma convergência quanto a

classificação única para os métodos de pesquisa existentes. Segundo Nakano (2012), após pesquisa a uma série de estudos publicados nos principais periódicos nacionais e internacionais, conclui que o estudo de caso e o levantamento tipo *survey* são encontrados na maioria dos estudos apresentados. Segundo Dresch *et al.* (2015, p. 71), o método da *Design Science Research* é considerado o mais indicado às pesquisas cujo objetivo é “projetar e construir artefatos, prescrever soluções, estudar, pesquisar e investigar o artificial e seu comportamento”. Baseado nesses argumentos, a *Design Science Research* é considerado o método de pesquisa mais adequado de acordo com os objetivos desta pesquisa, o que será aprofundado na seção seguinte.

5.2 Método de Pesquisa - *Design Science Research*

Para melhor compreender a *Design Science Research*, serão expostas algumas definições importantes. *Design* significa inventar, construir de acordo com um plano, executar (OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2020). É a arte de conceber antes de existir, é a organização dos recursos de um artefato desenvolvido a partir de um plano ou desenho (MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY, 2020). Segundo Dresch *et al.* (2015, p. 123), “a *design science* é uma abordagem que pode orientar pesquisas que se destinam a projetar ou desenvolver algo novo... criando artefatos e gerando soluções para problemas existentes”.

A DSR objetiva pesquisar, explorar, e analisar o artificial e seu comportamento e, neste estudo apoiará o desenvolvimento de um artefato, respondendo ao problema de pesquisa. O método tem evoluído, chegando a um nível de maturidade principalmente em áreas que envolvem o uso de tecnologia. Mas há também trabalhos no campo da gestão (DRESCH *et al.*, 2015).

A DSR é considerada o método de pesquisa que gera a base de sustentação dos estudos feitos no paradigma da *Design Science* (DRESCH *et al.*, 2015). De acordo com os autores, diversos métodos têm sido propostos ao longo do tempo a fim de sistematizar as etapas a serem seguidas nos estudos fundamentados na *Design Science*. Segundo Dresch *et al.* (2015), os métodos propostos para condução das pesquisas em *Design Science* surgem das mais diferentes áreas, sendo a maioria proveniente dos sistemas de informação. As nomenclaturas variam de *Design Science Research* a *Design Science Research Methodology Design Cycle*, *Design Research*,

entre outras. Segundo Dresch *et al.* (2015), entre os principais autores que buscam formalizar um método para operacionalizar a *Design Science* encontram-se Bunge (1980), Takeda *et al.* (1990), Eekels e Rosenberg, Nunamaker, Chen e Purdin (1991), Van Aken (2004), Manson (2006), Alturki, Gable e Bandara (2011). Bunge (1980), Takeda *et al.* (1990) e Eekels *et al.* (apud Dresch *et al.*, 2015) sugerem métodos diversos, porém, que mantêm semelhanças entre si. Conforme a comparação realizada por Dresch *et al.* (2015), há consenso entre os autores quanto a três fases: i) a definição do problema; ii) as sugestões de possíveis soluções; iii) o desenvolvimento das soluções propostas. Os demais passos aparecem de formas diversas.

Hevner *et al.* (2004) propõem sete diretrizes que devem ser seguidas na condução de uma *Design Science Research*. Estas diretrizes, que estão ilustradas no Quadro 6 se fundamentam no fato de que a DSR é um processo de resolução de problemas, através do qual o conhecimento, a compreensão e a solução de um problema de projeto são adquiridos na construção e aplicação de um artefato (HEVNER *et al.*, 2004). Estas diretrizes, conforme os autores, devem ser seguidas para que a *Design Science Research* possa estar completa.

Quadro 6 - Diretrizes para a condução de DSR

Diretriz	Descrição
D. 1 – <i>Design</i> como um artefato	A pesquisa em ciência do <i>design</i> deve produzir um artefato viável na forma de construto, modelo, método ou instanciação.
D. 2 – Relevância do Problema	O objetivo da pesquisa em ciência do <i>design</i> é desenvolver soluções baseadas em tecnologia para problemas de negócios importantes e relevantes.
D. 3 – Avaliação do <i>Design</i>	A utilidade, qualidade e eficácia de um artefato de <i>design</i> devem ser rigorosamente demonstradas por métodos de avaliação bem executados.
D. 4 – Contribuição da pesquisa	A pesquisa eficaz em ciência do <i>design</i> deve fornecer contribuições claras e verificáveis nas áreas do artefato do <i>design</i> , fundações do projeto e/ou metodologias de <i>design</i> .
D. 5 – Rigor da pesquisa	A pesquisa em ciência do <i>design</i> baseia-se na aplicação de métodos rigorosos na construção e avaliação do artefato.
D. 6 – <i>Design</i> como processo de pesquisa	A busca por um artefato efetivo requer a utilização dos meios disponíveis para atingir os fins desejados enquanto satisfaz as leis no ambiente do problema.
D. 7 – Comunicação da pesquisa	A pesquisa em <i>Design Science Research</i> deve ser apresentada efetivamente tanto para o público orientado para a tecnologia quanto para o orientado para a gerência.

Fonte: (HEVNER *et al.*, 2004)

De acordo com Romme (2003), Van Aken (2004) e Manson (2006), há diferenças entre programas de pesquisa orientados à descrição e orientados à prescrição, as quais são apresentadas no Quadro 7.

Quadro 7 - Pesquisa/prescrição

Principais diferenças entre programas de pesquisa orientados à descrição e orientados à prescrição		
Característica	Programas de Pesquisa Orientados à Descrição	Programas de Pesquisa Orientados à Prescrição
Paradigma dominante	Ciência Explicativa	<i>Design Science</i>
Foco	No problema	Na solução
Perspectiva	Observação	Participativa
Lógica	Retrospectiva	Intervenção para alcançar um resultado
Típica questão de pesquisa	Explicação/Explicação	Soluções alternativas para uma classe de problemas
Típico produto de Pesquisa	Modelo causal; lei quantitativa	Regra tecnológica testada e fundamentada
Natureza do produto de pesquisa	Algoritmo	Heurística
Justificação	Comprovação/prova	Saturação por evidências
Tipo de teoria resultante	Teoria organizacional	Teoria gerencial

Fonte: (Romme, 2003, p. 559), (Van Aken, 2004, p. 236) e (Manson, 2006, p. 168)

A seguir, no Quadro 8, são apresentadas as características da *Design Science Research* de acordo com a pesquisa organizacional, conforme os autores Romme (2003), Van Aken (2004) e Manson (2006).

Quadro 8 - Formas de pesquisa organizacional de acordo com a DSR

Formas de pesquisa organizacional de acordo com a DSR	
Categorias	<i>Design Science Research</i>
Propósito	Produzir sistemas que ainda não existem – isto é, mudar sistemas organizacionais e situações já existentes para alcançar melhores resultados.

Modelo	Design e engenharia (por exemplo, arquitetura, engenharia aeronáutica, ciências da computação)
Visão de conhecimento	Pragmática: conhecimento a serviço da ação; a natureza do pensamento é normativa e sintética. Mais especificamente, o design assume que cada situação é única e se inspira em propostas e soluções ideais, pensamento sistêmico, e informações limitadas. Além disso, enfatiza a participação, o discurso como um meio de intervenção e a experimentação pragmática.
Natureza dos Objetos	Questões organizacionais e sistemas como objetos artificiais com propriedades mal definidas, tanto descritivas como imperativas, exigindo intervenções não rotineiras por parte de agentes com posições internas na organização. Propriedades imperativas também se desdobram de fins e de sistemas idealizados de maneira mais ampla.
Foco no Desenvolvimento da Teoria	Será que um dado conjunto integrado de proposições de projeto funciona em uma certa situação (problema) mal definida? O projeto e desenvolvimento de novos artefatos tendem a se mover para fora das fronteiras da definição inicial da situação.

Fonte: (Romme, 2003, p. 559), (Van Aken, 2004, p. 236) e (Manson, 2006, p. 168)

Depois de apresentadas as diretrizes da *Design Science Research*, é importante aprofundar o conceito de artefato, uma vez que, de acordo com Hevner *et al.* (2004), é na construção e aplicação do artefato que se consolida o conhecimento e que se pode compreender um problema de projeto e sua solução. Conforme Dresch *et al.* (2013, p. 743), “pesquisas que se dedicam à construção de artefatos devem poder se sustentar como válidas cientificamente com uma abordagem metodológica rigorosa e apropriada”. Adicionalmente Dresch *et al.* (2015), afirmam que a construção de um artefato contribui para o fortalecimento da base de conhecimento, sendo que o pesquisador, através da revisão da literatura, pode identificar teorias e artefatos anteriormente construídos e possivelmente encontrar lacunas que justifiquem o desenvolvimento de novos artefatos. De acordo com Hevner *et al.* (2004), os artefatos podem ser desenvolvidos na forma de um construto, um modelo, um método ou uma instanciação.

Os construtos fornecem a linguagem na qual problemas e soluções são definidos e comunicados (Schön, 1983 *apud* Hevner *et al.* 2004). Modelos utilizam construtos pra representar uma situação do mundo real - o problema de *design* e seu

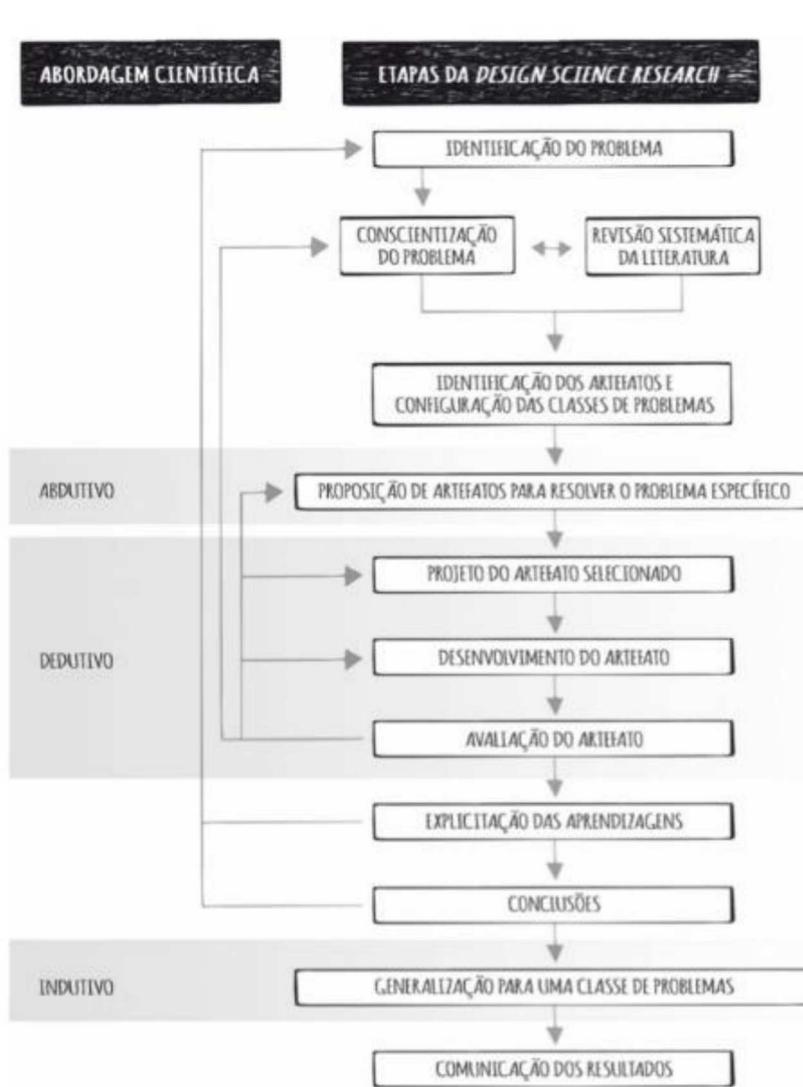
espaço de solução (Simon, 1996 *apud* Hevner *et al.* 2004). Os modelos auxiliam na compreensão de problemas e soluções e frequentemente representam a conexão entre os componentes do problema e da solução, permitindo a exploração dos efeitos das decisões de projeto e mudanças no mundo real. Adicionalmente Hevner (2004), afirma que os métodos definem processos. Eles fornecem orientações sobre como resolver problemas, ou seja, como pesquisar no espaço da solução. Isso pode variar de algoritmos formais e matemáticos que definem explicitamente o processo de busca a descrições informais e textuais das abordagens da "melhor prática" ou de alguma combinação. As instâncias mostram que construções, modelos ou métodos podem ser implementados em um sistema de trabalho. Eles demonstram viabilidade, permitindo a avaliação concreta da adequação de um artefato ao objetivo a que se destina. Eles também permitem que os pesquisadores aprendam sobre o mundo real, como o artefato afeta e como os usuários o apropriam.

Após apresentação dos tipos de artefatos e seus conceitos, torna-se explícito que a presente pesquisa pretende construir o seguinte artefato: criar um artefato que possa servir de instrumento de verificação através do qual é possível medir a percepção dos associados quanto a aplicação dos sete princípios do cooperativismo na sua cooperativa. Esta construção e as demais etapas da pesquisa são descritos na próxima seção.

Previamente, porém, serão apresentados os passos do método de pesquisa que sustentam este trabalho. Nesta pesquisa optou-se por seguir o método sugerido por Dresch *et al.* (2015). Este método considera os métodos anteriormente formulados e as diretrizes de Hevner *et al.* (2004), tratadas como critérios que servem, conforme Dresch *et al.* (2015, p. 124), para “apoiar a condução de uma pesquisa capaz de gerar resultados confiáveis e relevantes”.

O método proposto está ilustrado na Figura 6, sendo composto por 12 passos principais. Segundo Dresch *et al.* (2015), foram considerados diversos autores na proposta de condução da *Design Science Research*.

Figura 6 - Proposta para a condução de pesquisa utilizando a *Design Science Research*



Fonte: Dresch *et al.* (2015, p. 125)

A seguir são detalhados os passos da proposta para a condução de pesquisa utilizando a *Design Science Research*. A primeira etapa trata da identificação do problema a ser estudado. A segunda etapa prevê a conscientização do problema que seria um esforço de compreensão do problema. A terceira etapa trata da revisão sistemática da literatura, quando devem ser consultadas tanto bases das ciências tradicionais quanto aquelas fundamentadas na *Design Science* para que, conforme Dresch *et al.* (2015), o artefato atinja a performance esperada. Na quarta etapa, é realizada a identificação dos artefatos e é neste momento que o pesquisador deve configurar a classe de problemas. A revisão da literatura será um apoio importante nesta fase uma vez que poderá evidenciar, caso existam, artefatos e classes de

problemas relacionados ao que o pesquisador está se propondo a resolver. Inclusive, segundo Dresh *et al.* (2015), é possível que o pesquisador se depare com um artefato pronto e ideal, que venha a atender de forma plena às necessidades para solucionar o problema. Nesse caso, a pesquisa poderá continuar na medida em que o artefato proposto apresente melhores soluções em comparação aos existentes.

O pesquisador deve configurar a classe de problemas, ainda nesta fase, de acordo com a sua situação de estudo, considerando que se espera que a solução sugerida não seja específica daquela situação estudada, mas que possa ser generalizável a uma classe de problemas (DRESCH *et al.*, 2015). As classes de problemas possibilitam que os artefatos e seus resultados não sejam somente uma saída única e pontual, mas uma solução pontual para determinado problema em certo ambiente. É assim que, segundo Van Aken (2004), o conhecimento na DSR é generalizável quando válido para uma determinada classe de problemas. Caso exista uma classe de problemas estruturada, faz-se necessário que o pesquisador busque a compreensão desta bem como os artefatos pertencentes a esse grupo. É nesse momento que o pesquisador começa a compreender e definir as soluções que possivelmente possam ser satisfatórias quanto ao desempenho do artefato.

Após identificados os artefatos, estruturadas as classes de problemas e com as soluções satisfatórias formalizadas, o pesquisador poderá iniciar a quinta etapa da *Design Science Research*. Nesta etapa será proposto o artefato para a solução do problema, considerando essencialmente a realidade do pesquisador, seu contexto de atuação, a sua viabilidade, etc. (DRESCH *et al.*, 2015). Destaca-se, conforme Simon (1996), que o objetivo é encontrar soluções satisfatórias para o problema, ao mesmo tempo em que devem ser soluções robustas. O processo de proposição de artefatos é um processo criativo, por isso, o raciocínio abduutivo mostra-se adequado a esta etapa.

Na sexta etapa, dos artefatos propostos anteriormente, um deverá ser selecionado e projetado a fim de percorrer as etapas seguintes do método (DRESCH *et al.*, 2015). Adicionalmente, Dresh *et al.* (2015), afirma que nesta etapa as características internas e o contexto em que o artefato irá operar devem ser considerados, inclusive seus limites. Também é importante que o pesquisador descreva todos os procedimentos de desenvolvimento e avaliação do artefato. Ainda nesta etapa, deve ser informado o desempenho esperado, “que vai garantir uma

solução satisfatória para o problema. Tais questões são essenciais, inclusive, para a garantia do rigor da pesquisa...” (Dresch *et al.* (2015, p. 131) e, estão em harmonia com a quinta diretriz proposta por Hevner *et al.* (2004).

A sétima etapa é de desenvolvimento do artefato. Segundo Dresch *et al.* (2015), esta é uma sugestão dos autores que propõem um método para a condução da *Design Science Research*. É nesse momento que o pesquisador desenvolve o ambiente interno do artefato, com vistas ao ambiente externo (Simon, 1996). Aqui não se trata exclusivamente do desenvolvimento de produtos. O objetivo é ampliado, ou seja, pode gerar conhecimento que seja aplicável na solução de problemas, melhoras de sistemas existentes e criação de novas soluções e/ou artefatos (Venable, 2006). Esta etapa pode se utilizar de diversas abordagens como maquetes, algoritmos computacionais, representações gráficas, protótipos, etc. (DRESCH *et al.*, 2015).

Na oitava etapa está a avaliação do artefato. É nesse momento que o investigador deve verificar se os requisitos definidos na conscientização foram plenamente atendidos pelo artefato desenvolvido. Aqui os requisitos devem ser revistos e comparados aos resultados apresentados (DRESCH *et al.*, 2015). A avaliação pode ser conduzida em um ambiente experimental ou em um contexto real. Porém, o artefato do tipo instanciação “precisa ser obrigatoriamente aplicado e analisado no ambiente real” (Dresch *et al.* 2015, p. 132). Adicionalmente, Dresch *et al.* (2015), afirmam que, para essa avaliação, elementos de outros métodos de pesquisa poderão ser utilizados. As saídas resultantes dessa etapa são o artefato devidamente avaliado e a formalização das heurísticas contingenciais como os limites do artefato e sua condição de utilização, ou seja, a relação do artefato com o contexto externo.

Considerando que o artefato tenha atingido os resultados esperados, parte-se para as etapas seguintes (nona e décima). A experiência demonstra que a DSR precisa ser compreendida como processo contínuo de erros, acertos e ajustes durante todas as etapas do processo (SILVA FREITAS JUNIOR *et al.*, 2015). Neste momento é necessário que o pesquisador proceda à explicitação das aprendizagens coletadas ao longo do processo de pesquisa relatando pontos de sucesso e de insucesso encontrados (DRESCH *et al.*, 2015). Porém, apesar de se tratar de informações importantes, raramente os investigadores fazem esse registro, de forma que muitas aprendizagens não sejam compartilhadas com outros pesquisadores (LITTELL;

CORCORAN; PILLAI, 2008). Segundo Dresch *et al.* (2015, p. 132), “o objetivo dessa etapa é assegurar que a pesquisa realizada possa servir de referência e como subsídio para a geração de conhecimento, tanto no campo prático como no teórico.

A décima primeira e a décima segunda etapas abordam a generalização para uma classe de problemas e a comunicação dos resultados. A pesquisa tendo sido concluída, é fundamental que o artefato construído, agregado de suas heurísticas de desenvolvimento e contingenciais, possa ser efetivamente generalizado para uma classe de problemas, como configurado na etapa de conscientização (DRESCH *et al.*, 2015). O progresso da aprendizagem em *Design Science* somente acontece quando generalizado a uma classe de problemas (VAN AKEN, 2004). A generalização, segundo Dresch *et al.* (2015), permite que o conhecimento gerado possa ser aplicado posteriormente a outras situações similares. A sugestão dos autores é de que a generalização seja conduzida a partir de um raciocínio indutivo, através do qual o investigador busca generalizar a solução encontrada para determinado problema. Finalmente, é necessário que haja a comunicação dos resultados. Esta comunicação pode se dar através da publicação em *journals*, revistas, seminários, congressos a fim de atingir o máximo de interessados (DRESCH *et al.*, 2015).

Todas as características da *Design Science Research* estão presentes no problema desta pesquisa uma vez que há: i) possibilidade de aprimoramento; ii) possibilidade de capacitação e, iii) o problema é relevante, o que pode ser comprovado por diversas fontes de autores e experts no tema. Também há possibilidade de demonstração da qualidade do artefato através da avaliação, dos meios acessíveis para o desenvolvimento do artefato, assim como a perspectiva de documentação dos resultados e comunicação ao público. A flexibilidade e interatividade são aspectos fundamentais nessa abordagem metodológica e requerem estas habilidades dos participantes envolvidos.

A pesquisa qualitativa, que foi a opção escolhida para este estudo, é abordada por muitos autores como uma viagem de descoberta (FINLAY, L.; EVANS, 2009) e uma aventura (WILLIG, 2001). Por isso, é necessário que o pesquisador mantenha uma abertura em relação aos temas que investiga.

5.3 Método de Trabalho

Na sequência é apresentado o método de trabalho que consiste, essencialmente, na descrição sucinta da sequência de passos lógicos que foram adotados para a realização deste trabalho. Segundo Dresch *et al.* (2015), o método de trabalho estabelece a ordem das etapas que serão seguidas com a finalidade de atingir os objetivos da pesquisa. No intuito de garantir a replicabilidade do trabalho, a estrutura deve estar adequada e suas etapas necessitam ser obedecidas rigorosamente (MENTZER; FLINT, 1997). A ideia é que um método de trabalho deve ser estabelecido de forma a permitir uma “... maior clareza e transparência na condução da pesquisa, o que possibilita que a sua validade seja, de fato, reconhecida por outros pesquisadores” (Dresch *et al.*, 2015).

A seguir, no Quadro 9, são detalhados cada passo utilizado para a elaboração da pesquisa.

Quadro 9 - Passos do Método de Trabalho

Passo 1: Identificação e Conscientização do Problema

O problema identificado está associado com o entendimento de que, é provável, que exista um conhecimento e percepção insuficiente por parte dos cooperados (associados das Cooperativas) em relação aos 7 princípios que sustentam o Cooperativismo no âmbito mundial e que são centrais para a participação consciente dos mesmos em suas respectivas cooperativas visando a melhoria da sociedade nas diferentes dimensões: econômica, social, política e ambiental. Através de conversas com pessoas que ocupam cargos relevantes associadas ao Cooperativismo do Rio Grande do Sul esta percepção foi explicitada e o tema foi considerado por todos como relevante. Além desses aspectos, mesmo cooperativas que procuram aplicar os princípios cooperativos no cotidiano das cooperativas, podem não ter a certeza de que seus associados percebam a presença desses princípios nas atividades, muitas vezes até desconhecendo a sua existência. Portanto, a partir das lacunas supracitadas em relação ao conhecimento e percepção por parte dos cooperativados em relação aos 7 princípios do cooperativismo, teve início a presente pesquisa.

Passo 2: Revisão Sistemática da Literatura (RSL)

Neste passo foi elaborada uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL). A RSL envolveu uma compreensão do surgimento processual dos 7 princípios do Cooperativismo e, principalmente, um aprofundamento conceitual, a partir de uma perspectiva crítica, de cada um destes 7 princípios. Um dos objetivos da RSL consistiu em identificar os principais tópicos, em cada um dos princípios, que devem ser levados em consideração para que os cooperados possam compreender os princípios na profundidade necessária. Ainda, verificar a existência (ou não) na literatura, de artefatos que permitam mensurar a percepção dos membros cooperados em relação aos princípios cooperativos.

Passo 3: Identificação de artefatos e configurações de classes de problemas

– a classe de problemas está associada aos 7 princípios do cooperativismo que tem caráter universal sendo construídos no âmbito da Aliança Cooperativa Internacional. A princípio não foram encontrados, na literatura, artefatos específicos que tratam do tema em cena.

Passo 4: Proposição do Artefato - No Quadro 10, estão explicitadas as etapas utilizadas para a criação do artefato.

Quadro 10 - Passos do processo de elaboração do artefato

Passo	Construção	Objetivo
P 1	Revisão Sistemática da Literatura	Artefato 1
P 2	Apresentação do A1 para validação dos especialistas e aplicação do A1 (Pré-teste).	Artefato 2
P 3	Aplicação do Artefato 2, adaptado após validação.	Artefato 3
P4	Avaliação do Artefato 3 e ajustes finais	Artefato 4

No primeiro passo (P1), a partir da RSL foram identificados os principais requisitos (tópicos e respectivos conteúdos) que devem ser considerados para uma compreensão aprofundada de cada um dos princípios. A partir daí foi construído um questionário (utilizando a escala de Lickert - 1932), o Artefato 1, cujo conteúdo está fundamentado nos 7 princípios.

No segundo passo (P2) este artefato foi apresentado a 5 especialistas no tema do Cooperativismo que, portanto, detêm amplo conhecimento dos 7

princípios. Importante destacar que estes 5 especialistas foram escolhidos de ramos diferentes do Cooperativismo (como por exemplo: Cooperativa de Crédito e Cooperativa de Trabalho, Produção de Bens e Serviços) e professores da Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo – Escoop, que possuem formação na área. O questionário proposto foi enviado para a análise crítica de cada um dos especialistas. A partir dos questionamentos, foram feitas avaliações críticas do Artefato 1, adaptações, retiradas de certos requisitos e a inserção de outros.

No terceiro passo (P3) foi realizada uma aplicação do Artefato 2 junto a um conjunto selecionado de 40 cooperados de 3 ramos distintos e representativos do Cooperativismo no RS e no Brasil (Crédito, Agropecuário e Saúde) para, após a devida análise crítica, propor a versão do Artefato A3.

Passo 5 - Conclusões da aprendizagem - Neste passo, foram apresentadas as principais conclusões acerca do aprendizado obtido no processo de elaboração da pesquisa em cena. Assim, é feita a explicitação das aprendizagens, os processos adotados para a elaboração do Artefato, bem como os resultados produzidos são analisados criticamente pelo autor, declarando as limitações do trabalho. Podem ser consideradas, também, proposições para desenvolvimentos futuros associados ao artefato proposto.

Passo 6 – Comunicação dos resultados à Comunidade Científica e a Sociedade - Finalmente, os resultados da pesquisa foram descritos aos leitores em forma de uma dissertação de mestrado.

Fonte: Elaborada pelo autor

5.4 Coleta de dados

A escolha da questão problema e da estratégia de pesquisa têm implicações diretas na seleção dos métodos da coleta e análise dos dados. Portanto, estes estágios são fundamentais para a pesquisa pois se pretende obter dados fidedignos evitando conclusões equivocadas. Segundo Dresch *et al.* (2015), tanto as técnicas de coleta como as de avaliação dos dados são importantes para a garantia da operacionalização dos métodos de pesquisa e do método de trabalho determinados pelo pesquisador. Segundo Dresch *et al.* (2015), utilizando essas técnicas, o pesquisador pode determinar a forma das questões conforme o alvo da pesquisa.

A coleta de dados seguiu os seguintes passos, respeitando as leis vigentes no país e as normas internas das cooperativas:

- i) Contatos e alinhamentos com os dirigentes das cooperativas escolhidas;
- ii) Autorização da participação na pesquisa;
- iii) Envio do *link* do formulário para o departamento indicado pela cooperativa;
- iv) O departamento responsável envia o *link* aos cooperados;
- v) Associados respondem a pesquisa acessando o *link*;
- vi) Associados enviam o *link* pra a base de dados do pesquisador.

Os dados para este estudo foram coletados através de *Survey*, utilizando a técnica de questionários fechados. Os questionários fechados dispõem alternativas ao respondente e restringem as respostas. Por outro lado, facilita a análise dos dados de forma objetiva. Nesse contexto de perguntas fechadas, há possibilidade de que as respostas sejam de múltipla escolha, incorporando mais detalhes a respeito do objeto investigado.

Nesta pesquisa justifica-se a utilização de questionários fechados, com respostas textuais dicotômicas e múltiplas alternativas uma vez que possibilita maior agilidade e flexibilidade na operação de coleta e torna a análise posterior mais objetiva. Cabe ressaltar ainda que a pesquisa foi aplicada durante um período crítico da pandemia resultante do Covid-19 e que impôs diversas restrições de funcionamento das instituições e de contato próximo entre as pessoas.

5.5 Plano de amostragem

Segundo a OCB, o cooperativismo congrega 1,2 bilhão de associados no mundo, distribuídos em 150 países. No Brasil são mais de 5 mil cooperativas espalhadas em todo o território nacional e que possuem mais de 490 bilhões em ativos. São mais de 15 milhões de cooperados e quase meio milhão de empregados. As cooperativas são classificadas em 7 ramos distintos: Agropecuário; Crédito; Transporte; Trabalho, Produção de Bens e Serviços; Saúde, Consumo e Infraestrutura.

No contexto desta pesquisa, foi importante diversificar os ramos quanto a participação. Portanto, dos 7 ramos existentes, 5 efetivamente participaram da

pesquisa. Buscou-se essa representatividade com a finalidade de tornar o artefato possível de ser aplicado nos mais diversos ramos, independente da atividade desenvolvida pela cooperativa ou a sua localização geográfica.

A primeira coleta de dados aconteceu no mês de outubro/2020 quando foi realizado o pré-teste do questionário. A segunda coleta se deu dos meses de novembro/2020 a março/2021. Diversos atores foram fundamentais nessa etapa: presidentes de cooperativas, pessoas designadas pelos representantes dessas cooperativas, setores de recursos humanos e marketing, além de pessoas que transitam entre as diversas organizações e que auxiliaram através da indicação de cooperativas para a aplicação do questionário.

Foram escolhidos cinco ramos do cooperativismo para a coleta de dados, a saber: Crédito, Saúde, Transporte, Agropecuário e Trabalho, Produção de Bens e Serviços. O questionário foi aplicado através de *link* eletrônico enviado ao associado através de representantes e dos departamentos das cooperativas. Um total de 442 associados responderam à pesquisa.

5.5.1 Dificuldades encontradas

Nessa etapa foram encontradas algumas dificuldades que merecem ser destacadas. Houve dificuldade significativa para encontrar cooperativas dispostas a participar da pesquisa. A dificuldade era exponencialmente maior quando diversas cooperativas se mostraram resistentes à aplicação da pesquisa junto aos associados, especialmente no momento em que lhes era informado o “conteúdo” presente nas questões: os 7 princípios do cooperativismo. Essa dimensão prática chamou atenção e parece poder ser explicada pelo fato de que as pessoas que ocupam cargos relevantes no cooperativismo, professores e a própria experiência do pesquisador tinham aventado como hipótese explicativa: muitas cooperativas não tratam os princípios com o devido cuidado e, portanto, evitem falar do tema tanto interna como externamente. Esse fator pode gerar maior desconhecimento e a falta de percepção do associado quanto a aplicação dos princípios na cooperativa.

5.6 O instrumento de coleta de dados

As questões propostas para a pesquisa são classificadas em variáveis externas, incluindo o índice de satisfação (*Net Promoter Score* - NPS), e abordagem dos 7 princípios. Na questão em que é solicitada a opinião do respondente quanto a probabilidade de “indicar a sua cooperativa para um amigo” (NPS) é utilizada uma escala de 0 a 10. A partir da questão de número 15, que abordam os 7 princípios, foi utilizada uma escala do tipo Lickert com 8 pontos (de 0 – discordo totalmente a 7 – concordo totalmente) para se obter a percepção do associado em relação a aplicação dos 7 princípios na sua cooperativa. Segundo Nunnally e Berstein (1995), esse tipo de escala permite a utilização de multivariadas técnicas de análise estatística.

5.7 Procedimentos estatísticos para análise dos dados coletados

Nessa etapa foram utilizados dois procedimentos essenciais: o tratamento dos dados e análises estatísticas.

5.7.1 Tratamento dos Dados

De acordo com Hair Jr. *Et al.* (2005), é necessário avaliar os dados antes de ser aplicada qualquer técnica multivariada. A análise cuidadosa dos dados leva a previsões melhores e a maior previsão dimensional.

Os dados coletados, previamente a sua análise, foram submetidos aos tratamentos a seguir:

- a) observações atípicas (*outliers*): verificação de padrão de respostas muito diferentes da média (Bagozzi, 1994; Kline, 1998).
- b) Verificação de qualidade de digitação;
- c) Verificação de normalidade univariada dos dados;
- d) Verificação de *missing values*: verificação de dados ausentes;
- e) Verificação da confiabilidade dos construtos: foi utilizada a Análise Fatorial Confirmatória para verificar a formação dos construtos, verificando-se a validade convergente por meio da confiabilidade composta, da variância extraída e do alpha de Cronbach. Posteriormente foi verificada a validade

discriminante dos construtos – ou seja, verificou-se se eles estão medindo aspectos diferentes).

5.7.2 Análises estatísticas

As análises estatísticas foram feitas utilizando-se o software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) para análises descritivas, validade discriminante e verificação de confiabilidade.

Variância extraída: indica uma medida de confiabilidade, representa a quantidade geral da variância nos indicadores explicada pelo construto latente. A variância extraída foi calculada para cada construto de forma independente. Segundo Hair Jr. *et al.*, (2005), sugere-se valores acima de 0,5 para um construto.

A validade convergente dos sete construtos foi verificada considerando as cargas fatoriais resultantes, da confiabilidade (acima de 0,70) e da variância extraída (acima de 0,50) (Hair Jr. *et al.*, 2005).

A validade discriminante entre os construtos foi constatada, conforme indicam Fornell e Larker (1981), sendo que a variância extraída de cada construto necessita ser maior do que a variância compartilhada (correlação ao quadrado) entre os construtos.

A análise de regressão múltipla é uma técnica que permite verificar a relação entre uma variável dependente e variáveis independentes. Através dessa técnica também é possível verificar, por exemplo, o efeito moderador de uma segunda variável independente entre variáveis dependentes e independentes (Hair Jr, *et al.*, 2005).

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesse capítulo são apresentados os resultados da pesquisa. Inicialmente será apresentado o questionário utilizado para a coleta de dados. Esse questionário está baseado no Quadro síntese dos 7 princípios do cooperativismo no Capítulo 4. Na etapa seguinte são apresentadas as análises do questionário e os procedimentos adotados a partir dessas análises.

6.1 O questionário

O questionário (artefato) aplicado durante a coleta de dados é apresentado a seguir na sua íntegra. Foi feita a divisão em duas partes: i) variáveis externas e, ii) as questões que estão relacionadas aos 7 princípios do cooperativismo.

Parte I – Variáveis externas

A primeira etapa (questões 1 a 14) é composta por variáveis externas. Estas variáveis são importantes porque permitem análises através do cruzamento de dados como: idade, ramo da cooperativa, formação acadêmica, nível de satisfação do associado etc. As questões estão descritas em primeira pessoa, reforçando a intenção de que o associado faça uma reflexão sobre o tema, entenda que há princípios por detrás das questões e expresse a sua percepção pessoal.

1. Minha Idade:
2. Minha formação acadêmica:
3. Meu Sexo:
4. Minha cooperativa é do ramo:
5. Sou associado da cooperativa há (em anos):
6. Minha participação na cooperativa se dá como:
7. Na minha cooperativa o número de associados é de (aproximado):
8. Na minha cooperativa já participei de alguma assembleia.
9. Na minha cooperativa participo regularmente das assembleias.

10. Na minha cooperativa já participei de curso de educação cooperativa.
11. Na minha cooperativa das atividades que ela realiza, mantenho o maior volume de transações com a cooperativa.
12. Numa escala de 0 a 10, qual a probabilidade de eu indicar a minha cooperativa para um amigo?
13. Na minha cooperativa eu conheço o estatuto.
14. Eu permanecerei como associado da cooperativa nos próximos 5 anos.

Parte II – Questões relacionadas aos 7 princípios

O Quadro 11 a seguir apresenta as questões relacionadas aos 7 princípios do cooperativismo.

Quadro 11 - Questões relacionadas aos 7 princípios de acordo com o construto

Princípio	Dimensão conceitual	Dimensão operacional	Referência
P1	Adesão voluntária e livre	De acordo com o primeiro princípio do cooperativismo [Adesão voluntária e livre], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_15. as pessoas são livres para se associar ou se desassociar a qualquer momento.	ACI (2015)
		Q_16. no momento de se associar, as pessoas sabem o que é uma cooperativa.	Martin (2008)
		Q_17. no momento de se associar, as pessoas têm noção dos seus direitos e deveres.	ACI (2015)
		Q_18. não é praticado qualquer tipo de discriminação.	ACI (2015)
		Q_19. a liberdade individual é respeitada.	ACI (2015)
P2	Gestão democrática	De acordo com o segundo princípio do cooperativismo [Gestão Democrática], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_20. a prestação de contas é um processo transparente.	ACI (2015)
		Q_21. os associados têm as informações necessárias para exercer o controle democrático.	ACI (2015)
		Q_22. os associados se sentem contributivos e relevantes nas decisões tomadas em assembleias.	(GUILLOTTE, 2010)

		Q_23. as lideranças (Presidente, Conselheiros, Diretores) tomam decisões que atendem os interesses coletivos dos associados.	LACROIX (2002)
		Q_24. os associados são incentivados a participar de conselhos de administração.	ACI (2015)
		Q_25. os associados são incentivados a participar das assembleias.	ACI (2015)
P3	Participação econômica dos membros	De acordo com o terceiro princípio do cooperativismo [Participação Econômica], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_26. os associados recebem remuneração sobre o capital integralizado.	ACI (2015)
		Q_27. as políticas de distribuição dos resultados atendem aos interesses dos associados.	ACI (2015)
		Q_28. há estratégias de desenvolvimento em ação visando a sustentabilidade da cooperativa.	Hita (2020)
		Q_29. os associados estão dispostos a contribuir financeiramente com a cooperativa em caso de necessidade.	ACI (2015)
		Q_30. há um cuidado para que nenhum associado adquira mais influência do que os demais sócios.	ACI (2015)
P4	Autonomia e Independência	De acordo com o quarto princípio do cooperativismo [Autonomia e Independência], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_31. é mantida a autonomia e independência em relação aos bancos, governos e outras cooperativas.	ACI (2015)
		Q_32. é mantido um relacionamento saudável com os governos.	ONU (2002)
		Q_33. há sustentabilidade financeira que permite desenvolver as suas atividades sozinha.	ACI (2015)

		Q_34. cooperativa há uma relação de liberdade e transparência da cooperativa com as suas estruturas integradas – centrais, federações e confederações.	Schneider (2003)
P5	Educação, Formação e Informação.	De acordo com o quinto princípio do cooperativismo [Educação, Formação e Informação], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_35. os colaboradores prestam um bom atendimento aos associados.	Schneider (2003)
		Q_36. são oferecidos meios aos associados para que estes busquem aperfeiçoamento na área da gestão e governança cooperativa.	Schneider (2003)
		Q_37. as lideranças (Presidente, Conselheiros, Diretores) conhecem os princípios cooperativos.	Martin <i>et al.</i> (2008)
		Q_38. há programas de educação cooperativista.	Schneider (2003)
		Q_39. os recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) são aplicados na formação e informação do associado.	Martin (2008)
		Q_40. as assembleias são consideradas um momento de educação cooperativa.	Henry (2012)
P6	Intercooperação	De acordo com o sexto princípio do cooperativismo [Intercooperação], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_41. quando é necessário buscar um serviço de alguma organização externa, há preferência por serviços de cooperativas, mesmo que o custo seja um pouco mais elevado.	ACI (2015)
		Q_42. há abertura para realizar ações juntamente com cooperativas de outros ramos.	ACI (2015)
		Q_43. as cooperativas do mesmo ramo são vistas como parceiras.	ACI (2015)

		Q_44. são praticadas ações conjuntas com outras cooperativas.	Birchall; Ketilson (2009)
P7	Compromisso com a comunidade.	De acordo com o sétimo princípio do cooperativismo [Compromisso com a comunidade], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_45. há investimento em projetos economicamente viáveis, ambientalmente corretos e socialmente justos.	ACI (2015)
		Q_46. há contribuição para o desenvolvimento econômico e social sustentável dos associados e da comunidade local.	ACI (2015)
		Q_47. são desenvolvidas ações de acordo com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.	ACI (2015)
		Q_48. os associados discutem e aprovam as ações que serão desenvolvidas na comunidade.	ACI (2015)
		Q_49. as ações de sustentabilidade são comunicadas com transparência para a sociedade.	ACI (2015)

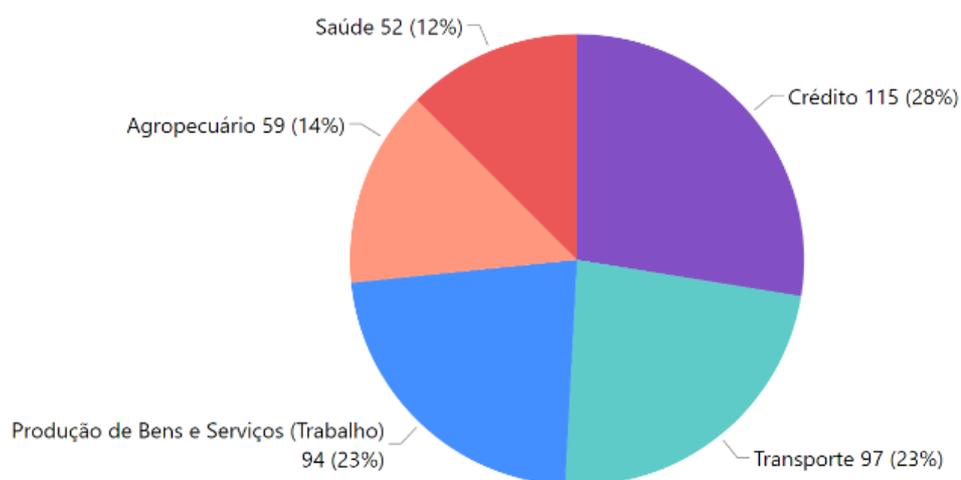
Fonte: Elaborado pelo autor

6.2 Caracterização da amostra

Para fins dessa pesquisa, participaram associados de 5 ramos distintos de cooperativas que se localizam nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

A Figura 7 apresenta os dados dos respondentes de acordo com o ramo da sua cooperativa.

Figura 7 - Distribuição dos respondentes da pesquisa de acordo com o ramo.

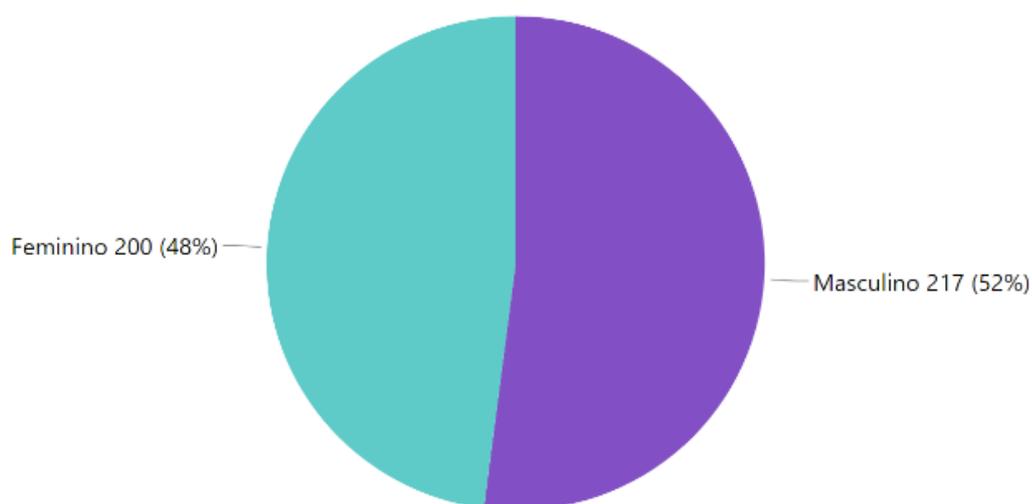


Fonte: Dados da Pesquisa

Percebe-se, a partir da caracterização da amostra, que o ramo crédito participou com 28% dos respondentes. Já os ramos Transporte e Trabalho, Produção de Bens e Serviços contribuíram com 23% das respostas cada um. O ramo Agropecuário participou com 14% e o ramo Saúde com 12% das respostas. Essa amplitude de participação é importante porque mostra que o questionário foi testado nos diversos ramos de cooperativas na intenção de se tornar um artefato generalizável.

A Figura 8 a seguir apresenta a distribuição dos participantes de acordo com o sexo.

Figura 8 - Distribuição dos participantes de acordo com o sexo.

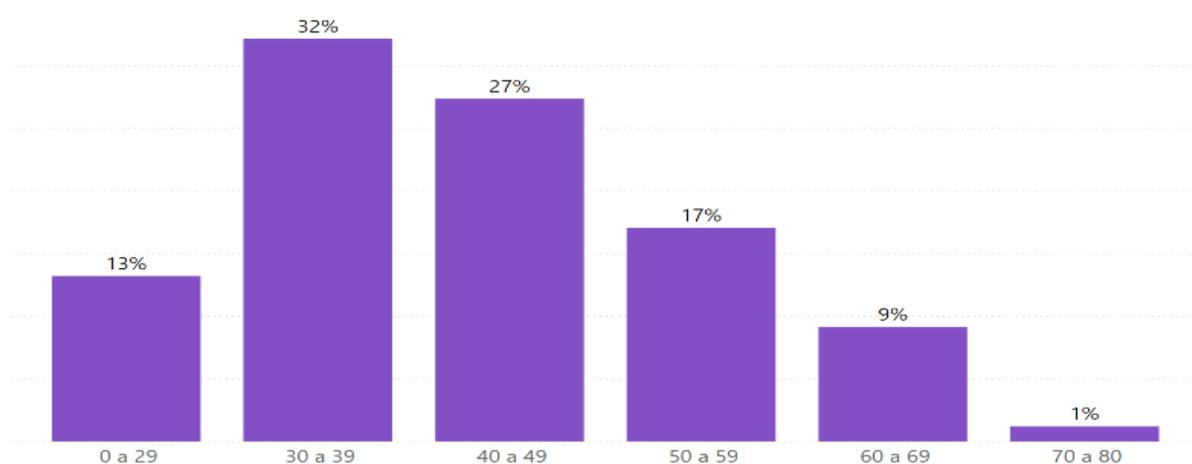


Fonte: Dados da Pesquisa

Percebe-se que há um equilíbrio quanto a distribuição por sexo na participação dos respondentes. Esse é um aspecto importante no contexto do cooperativismo que, historicamente, apresentava uma participação masculina em número superior ao público feminino na gestão e participação enquanto associado da cooperativa.

A Figura 9 apresenta a idade dos respondentes agrupada em faixas etárias.

Figura 9 - Distribuição por faixas etárias.

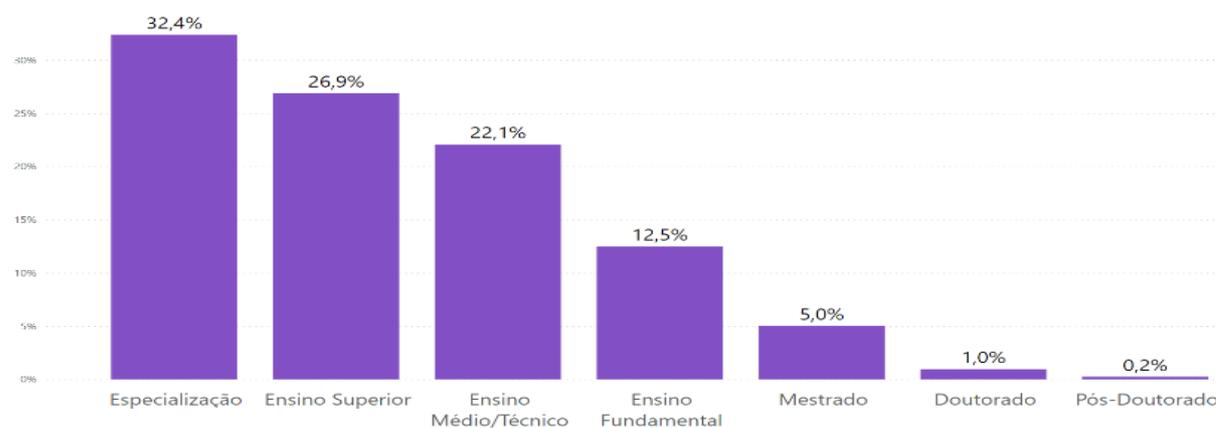


Fonte: Dados da Pesquisa

Percebe-se que a faixa até 29 anos de idade representa uma participação de 13%, o que tende a indicar que as cooperativas poderiam avaliar a possibilidade de um olhar mais direcionado e atento para o público jovem. A faixa etária com maior participação na pesquisa vai dos 30 aos 39 anos de idade, representando 32% dos respondentes. A faixa dos 40 aos 49 anos de idade representa 27%, a faixa dos 50 aos 59 anos 17%, a faixa dos 60 aos 69 anos 9% e a faixa etária dos 70 aos 80 anos representa 1% dos respondentes. A idade mínima verificada foi de 15 anos e a máxima de 80 anos.

A seguir, na Figura 10, é apresentada a caracterização dos respondentes de acordo com a formação acadêmica.

Figura 10 - Distribuição por formação acadêmica.



Fonte: Dados da Pesquisa

Percebe-se que 32% dos respondentes possuem nível de especialização como formação acadêmica, já no nível superior são 27% dos respondentes. No Ensino Médio e/ou Técnico são 22%. O grupo que possui Ensino Fundamental conta com 12,5%. Os que possuem mestrado somam 5%, doutorado 1% e 0,2% possuem pós-doutorado. Essa distribuição da formação acadêmica pode variar significativamente de acordo com o ramo da cooperativa uma vez que, para ser associado de determinada cooperativa, pode ser necessário que o candidato tenha uma formação específica, como por exemplo, ser médico ou dentista.

6.3 Preparação dos dados

6.3.1 Estatísticas descritivas

Para a verificação de observações atípicas (*outliers*), considerou-se o que Hair Jr. *et al.* (2005) sugerem. Ou seja, dados cujo nível de significância inferior a 0,001 são excluídos. Quando solicitada a descrição dos dados, foram constatadas 25 variáveis com comportamentos *outlier* em relação aos demais. Estas variáveis foram excluídas das análises. São elas: (16, 17, 18, 23, 25, 37, 38, 53, 55, 56, 58, 68, 75, 96, 98, 134, 135, 332, 362, 368, 383, 407, 433, 437, 439). Portanto, foram consideradas válidas, 417 respostas.

A normalidade dos dados foi confirmada através da análise dos valores de assimetria e curtose. Segundo afirma Kline (1988), as variáveis cujos valores absolutos de índices de assimetria estão acima de |3| podem estar muito assimétricas e valores de curtose acima de |10| poderiam apresentar problema para a normalidade. Tanto a assimetria como a curtose foram verificadas através da utilização do *software* estatístico SPSS. A seguir, a Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas.

Tabela 1 - Estatísticas Descritivas

	N	Min	Max	Mean	Std. Devia	Skewness		Kurtosis	
	Stat	Stat	Statistic	Stat	Statistic	Statistic	Std. Error	Statistic	Std. Error
Idade	442	15	80	42,64	12,010	,400	,116	-,220	,232
Tempo_ass	442	0	42	8,97	7,918	1,632	,116	3,279	,232

No_assoc	442	13	89000	10025,62	19414,669	1,745	,116	1,359	,232
Indic_12	442	0	10	9,15	1,743	-2,880	,116	9,190	,232
Estat_13	442	0	7	5,18	2,108	-1,165	,116	,416	,232
Perma_14	442	0	7	6,44	1,303	-2,709	,116	7,358	,232
P1_15	442	0	7	5,93	2,059	-1,967	,116	2,633	,232
P1_16	442	0	7	5,29	1,953	-1,086	,116	,390	,232
P1_17	442	0	7	5,21	1,890	-,945	,116	,089	,232
P1_18	442	0	7	6,29	1,508	-2,597	,116	6,567	,232
P1_19	442	0	7	6,28	1,369	-2,535	,116	7,045	,232
P2_20	442	0	7	6,35	1,425	-2,872	,116	8,473	,232
P2_21	442	0	7	6,05	1,671	-2,181	,116	4,401	,232
P2_22	442	0	7	5,84	1,740	-1,803	,116	2,804	,232
P2_23	442	0	7	6,10	1,537	-2,097	,116	4,056	,232
P2_24	442	0	7	5,56	1,972	-1,379	,116	,898	,232
P2_25	442	0	7	6,45	1,265	-2,748	,116	7,776	,232
P3_26	442	0	7	5,47	2,368	-1,381	,116	,435	,232
P3_27	442	0	7	5,79	1,928	-1,771	,116	2,235	,232
P3_28	442	0	7	6,12	1,607	-2,201	,116	4,321	,232
P3_29	442	0	7	4,64	2,198	-,692	,116	-,516	,232
P3_30	442	0	7	5,24	2,089	-1,138	,116	,294	,232
P4_31	442	0	7	5,92	1,622	-1,668	,116	2,335	,232
P4_32	442	0	7	6,31	1,266	-2,392	,116	6,352	,232
P4_33	442	0	7	5,87	1,818	-1,853	,116	2,760	,232
P4_34	442	0	7	6,16	1,414	-2,119	,116	4,724	,232
P5_35	442	0	7	6,31	1,295	-2,325	,116	5,420	,232
P5_36	442	0	7	5,45	2,011	-1,336	,116	,937	,232
P5_37	442	0	7	6,43	1,253	-2,847	,116	8,639	,232
P5_38	442	0	7	5,69	1,953	-1,614	,116	1,694	,232
P5_39	442	0	7	5,28	2,071	-1,178	,116	,418	,232
P5_40	442	0	7	5,63	1,908	-1,464	,116	1,363	,232
P6_41	442	0	7	5,29	1,977	-1,186	,116	,611	,232
P6_42	442	0	7	5,74	1,675	-1,405	,116	1,425	,232
P6_43	442	0	7	5,51	2,067	-1,425	,116	1,043	,232
P6_44	442	0	7	5,62	1,885	-1,520	,116	1,644	,232
P7_45	442	0	7	5,96	1,589	-1,832	,116	3,153	,232
P7_46	442	0	7	5,97	1,606	-1,809	,116	2,917	,232
P7_47	442	0	7	5,55	1,762	-1,289	,116	1,129	,232
P7_48	442	0	7	5,44	1,968	-1,315	,116	,938	,232
P7_49	442	0	7	5,74	1,844	-1,699	,116	2,266	,232
Valid N (listwise)	442								

Fonte: Dados da Pesquisa

Os dados apresentaram valores de curtose (*kurtosis*) e assimetria (*skewness*) dentro dos parâmetros sugeridos por Kline (1998), indicando a normalidade univariada dos dados. Na Tabela 1, observa-se também que o N é de 442 para todos os dados, o que significa que não há *missing values* e que todos os dados dos princípios estão entre 0 e 7, significando que não há erros de digitação.

6.3.2 Verificação da confiabilidade dos construtos

A confiabilidade representa uma medida de consistência interna dos indicadores de um mesmo construto, reportando o grau em que indicam o construto latente. A confiabilidade de cada construto foi calculada de maneira separada e independente. Segundo Hair Jr. *et al.* (2005), um valor aceitável para a confiabilidade é 0,70, mesmo que valores abaixo deste possam ser aceitáveis para pesquisa exploratória. Conforme Streiner (2003), o alfa de Cronbach é a média das correlações entre os itens que fazem parte de um instrumento. E, segundo Rogers *et al.*, (2002), também se pode entender esse coeficiente como a medida pela qual algum construto, conceito ou fator medido está presente em cada item. Geralmente um grupo de itens que explora um fator comum mostra um elevado valor de alfa de Cronbach.

Princípio 1 (P1) - Adesão voluntária e livre (Questões 15 a 19)

A Tabela 2 apresenta os resultados da análise fatorial confirmatória encontrados para cada variável do construto relacionada ao Princípio 1.

Tabela 2 – Princípio 1

P1					
Itens		Construto	lambda	lambda ²	erro (1-lambda ²)
P1_16	<---	P1	,796	0,632986	0,36701381
P1_17	<---	P1	,829	0,687824	0,312175585
P1_18	<---	P1	,742	0,550272	0,449728449
P1_19	<---	P1	,621	0,385803	0,614196779
		Σ	2,98789	2,256885	1,743114623
				Recomendado	
Conf. Composta			0,836643	>0,70	
Variância Extraída			0,564221	>0,50	
Alpha Cronbach			0,736	>0,70	

Fonte: Dados da Pesquisa

Verificou-se a partir da análise individual de cada variável do Princípio 1, que elas apresentam, de forma geral, validade convergente em função das cargas fatoriais resultantes, confiabilidade composta acima de 0,70, variância extraída acima de 0,5 e Alpha de Cronbach acima de 0,70. No Princípio 1 (P1) foi excluída a variável P1_15 por apresentar baixa carga fatorial (abaixo de 0,50) com o construto.

Princípio 2 (P2) - Gestão Democrática (Questões 20 a 25)

A Tabela 3 apresenta os resultados da análise fatorial confirmatória encontrados para cada variável do construto relacionada ao Princípio 2.

Tabela 3 – Princípio 2

P2					
Itens		Construto	lambda	lambda ²	erro (1-lambda ²)
P2_20	<---	P2	,807	0,651563	0,348436865
P2_21	<---	P2	,815	0,664001	0,335998828
P2_22	<---	P2	,822	0,676176	0,323823648
P2_23	<---	P2	,877	0,769844	0,230155933
P2_24	<---	P2	,739	0,545756	0,454243689
P2_25	<---	P2	,727	0,527823	0,47217673
		Σ	4,787032	3,835164	2,164835693
				Recomendado	
		Conf. Composta	0,913685	>0,70	
		Variância Extraída	0,639194	>0,50	
		Alpha Cronbach	0,868	>0,70	

Fonte: Dados da Pesquisa

Verificou-se a partir da análise individual de cada variável do Princípio 2, que elas apresentam, de forma geral, validade convergente em função das cargas fatoriais resultantes, confiabilidade composta acima de 0,70, variância extraída acima de 0,5 e Alpha de Cronbach acima de 0,70. No Princípio 2 (P2), todas as variáveis foram mantidas por apresentarem carga fatorial aceitável em relação ao construto.

Princípio 3 (P3) – Participação Econômica dos Membros (Questões 26 a 30)

A Tabela 4 apresenta os resultados da análise fatorial confirmatória encontrados para cada variável do construto relacionada ao Princípio 3.

Tabela 4 – Princípio 3

P3					
Itens		Construto	lambda	lambda ²	erro (1-lambda ²)
P3_27	<---	P3	,791	0,625589	0,374411127
P3_28	<---	P3	,780	0,608862	0,391138054
P3_29	<---	P3	,759	0,576287	0,423713374
P3_30	<---	P3	,757	0,573297	0,426702508
		Σ	3,087537	2,384035	1,615965063
				Recomendado	
		Conf. Composta	0,855055	>0,70	
		Variância Extraída	0,596009	>0,50	
		Alpha Cronbach	0,773	>0,70	

Fonte: Dados da Pesquisa

Verificou-se a partir da análise individual de cada variável do Princípio 3, que elas apresentam, de forma geral, validade convergente em função das cargas fatoriais resultantes, confiabilidade composta acima de 0,70, variância extraída acima de 0,5 e Alpha de Cronbach acima de 0,70. No Princípio 3 (P3) houve a exclusão da variável P3_26 por apresentar uma baixa carga fatorial. Ao analisar o conteúdo das questões, foi verificado que o tema principal da questão está incluso na questão P3_27. Portanto, não há prejuízo ao se excluir a variável considerando-se que o questionário estava em construção.

Princípio 4 (P4) – Autonomia e Independência (Questões 31 a 34)

A Tabela 5 apresenta os resultados da análise fatorial confirmatória encontrados para cada variável do construto relacionada ao Princípio 4.

Tabela 5 – Princípio 4

P4					
Itens		Construto	lambda	lambda ²	erro (1-lambda ²)
P4_31	<---	P4	,759	0,575652	0,424348237
P4_32	<---	P4	,838	0,701807	0,298192716
P4_33	<---	P4	,808	0,653402	0,346598287
P4_34	<---	P4	,868	0,75406	0,24594029
		Σ	3,273155	2,68492	1,315079529
				Recomendado	
		Conf. Composta	0,890671	>0,70	

Variância Extraída	0,67123	>0,50
Alpha Cronbach	0,817	>0,70

Fonte: Dados da Pesquisa

Verificou-se a partir da análise individual de cada variável do Princípio 4, que elas apresentam, de forma geral, validade convergente em função das cargas fatoriais resultantes, confiabilidade composta acima de 0,70, variância extraída acima de 0,5 e Alpha de Cronbach acima de 0,70. No Princípio 4 (P4) todas as variáveis foram mantidas por apresentarem carga fatorial aceitável em relação ao construto.

Princípio 5 (P5) – Educação, formação e informação (Questões 35 a 40)

A Tabela 6 apresenta os resultados da análise fatorial confirmatória encontrados para cada variável do construto relacionada ao Princípio 5.

Tabela 6 – Princípio 5

P5					
Itens		Construto	lambda	lambda²	erro (1-lambda²)
P5_36		P5	,859	0,737599	0,262401075
P5_37	<---	P5	,605	0,366235	0,633764522
P5_38	<---	P5	,861	0,741915	0,258085267
P5_39	<---	P5	,820	0,671701	0,328298709
P5_40	<---	P5	,828	0,685135	0,314864711
		Σ	3,972657	3,202586	1,797414283
				Recomendado	
		Conf. Composta	0,897755	>0,70	
		Variância Extraída	0,640517	>0,50	
		Alpha Cronbach	0,854	>0,70	

Fonte: Dados da Pesquisa

Verificou-se a partir da análise individual de cada variável do Princípio 5, que elas apresentam, de forma geral, validade convergente em função das cargas fatoriais resultantes, confiabilidade composta acima de 0,70, variância extraída acima de 0,5 e Alpha de Cronbach acima de 0,70. No Princípio 5 (P5) a questão P5_35 foi excluída por apresentar baixa carga fatorial em relação ao construto.

Princípio 6 (P6) – Intercooperação (Questões 41 a 44)

A Tabela 7 apresenta os resultados da análise fatorial confirmatória encontrados para cada variável do construto relacionada ao Princípio 6.

Tabela 7 – Princípio 6

P6					
Itens		Construto	lambda	lambda ²	erro (1-lambda ²)
P6_41	<---	P6	,729	0,53209	0,467910408
P6_42		P6	,809	0,654258	0,345741722
P6_43	<---	P6	,836	0,699594	0,300406063
P6_44	<---	P6	,876	0,76672	0,23327989
		Σ	3,25035	2,652662	1,347338084
				Recomendado	
		Conf. Composta	0,886893	>0,70	
		Variância Extraída	0,663165	>0,50	
		Alpha Cronbach	0,824	>0,70	

Fonte: Dados da Pesquisa

Verificou-se a partir da análise individual de cada variável do Princípio 6, que elas apresentam, de forma geral, validade convergente em função das cargas fatoriais resultantes, confiabilidade composta acima de 0,70, variância extraída acima de 0,5 e Alpha de Cronbach acima de 0,70. No Princípio 6 (P6) todas as variáveis do construto foram mantidas por apresentarem carga fatorial aceitável.

Princípio 7 (P7) – Compromisso com a comunidade (Questões 45 a 49)

A Tabela 8 apresenta os resultados da análise fatorial confirmatória encontrados para cada variável do construto relacionada ao Princípio 7.

Tabela 8 – Princípio 7

P7					
Itens		Construto	lambda	lambda ²	erro (1-lambda ²)
P7_45	<---	P7	,781	0,609334	0,390666217
P7_46		P7	,823	0,678068	0,321931727
P7_47	<---	P7	,847	0,717301	0,282698586
P7_48	<---	P7	,839	0,703086	0,29691406
P7_49	<---	P7	,856	0,733	0,267000369
		Σ	4,14564	3,440789	1,559210959
				Recomendado	

Conf. Composta	0,916822	>0,70
Variância Extraída	0,688158	>0,50
Alpha Cronbach	0,884	>0,70

Fonte: Dados da Pesquisa

Verificou-se a partir da análise individual de cada variável do Princípio 7, que elas apresentam, de forma geral, validade convergente em função das cargas fatoriais resultantes, confiabilidade composta acima de 0,70, variância extraída acima de 0,5 e Alpha de Cronbach acima de 0,70. No Princípio 7 (P7) todas as variáveis foram mantidas por apresentarem carga fatorial aceitável em relação ao construto.

Com base nos dados de confiabilidade composta, variância extraída e do Alpha de Cronbach pode-se dizer que os construtos apresentam excelente convergência. Além disso, foi feita uma matriz de correlação (Apêndice B) com todos os itens que permaneceram no questionário, do P1_16 ao P7_49. Nenhum apresentou correlação acima de 0,8, o que indicaria multicolineariedade. Significa, portanto, que os dados coletados não são multicolineares.

Conforme sugerido por Hair Jr. *et al.*, (2005), os dados acima, com alpha maior que 0,70; confiabilidade composta maior que 0,70 e variância extraída maior que 0,5 indicam que os construtos apresentam adequada validade convergente.

A partir das análises anteriores, foi verificada a validade discriminante. Para tal, foram criadas variáveis únicas (observáveis) para cada construto a partir da média dos seus indicadores (P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7).

Para a validade discriminante entre os construtos a recomendação de Fornell e Larcker (1981) é de que a variância extraída do construto seja maior que as variâncias compartilhadas entre os construtos.

Na Tabela 9 a diagonal principal contém a variância extraída, e as células, a correlação entre os construtos elevada ao quadrado.

Tabela 9 - Variância Extraída e correlações entre construtos

	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7
P1	0,564						
P2	0,307	0,639					
P3	0,263	0,546	0,596				
P4	0,186	0,510	0,524	0,671			
P5	0,201	0,389	0,448	0,317	0,640		
P6	0,200	0,350	0,333	0,270	0,508	0,663	
P7	0,235	0,536	0,562	0,544	0,571	0,482	0,688

Fonte: Dados da Pesquisa

Os construtos apresentaram validade discriminante com resultados adequados. Verifica-se, por exemplo, que os construtos P2 e P4 são correlacionados (0,510). Esta correlação se deve, possivelmente, considerando os conceitos da autonomia e da gestão democrática. Também se observa que o construto P7 (comprometimento com a comunidade) se correlaciona com P2 (0,536) possivelmente porque as decisões que envolvem ações com a comunidade passam por decisões democráticas com a participação do associado. Verifica-se, também, que P7 se correlaciona com P3 e P4 (participação econômica, autonomia e educação) possivelmente porque as ações da cooperativa na comunidade incluem seu comprometimento econômico, autonomia nas decisões e um olhar para o outro.

6.3.3 Análise do Objetivo Geral da Pesquisa

O objetivo da dissertação consiste em criar um artefato que possa servir de instrumento de verificação através do qual é possível medir a percepção dos associados quanto a aplicação dos sete princípios do cooperativismo na sua cooperativa.

Adicionalmente, os objetivos específicos são:

Estruturar e construir, com base no referencial teórico, um instrumento de medição (questionário) da percepção de associados de cooperativas quanto ao nível de aplicação dos princípios do cooperativismo;

Aplicar o questionário junto a associados dos seguintes ramos do cooperativismo: Crédito, Saúde, Transporte, Trabalho, Produção de Bens e Serviços e Agropecuário visando validar o questionário;

Realizar uma avaliação de cada princípio de acordo com os resultados obtidos;

Realizar uma comparação geral entre os 7 princípios e os ramos pesquisados.

O questionário na sua versão finalizada, após os ajustes necessários, ficou assim constituído, conforme segue:

Parte I – Variáveis externas:

1. Minha Idade:
2. Minha formação acadêmica:
3. Meu Sexo:
4. Minha cooperativa é do ramo:
5. Sou associado da cooperativa há (em anos):
6. Minha participação na cooperativa se dá como:
7. Na minha cooperativa o número de associados é de (aproximado):
8. Na minha cooperativa já participei de alguma assembleia.
9. Na minha cooperativa participo regularmente das assembleias.
10. Na minha cooperativa já participei de curso de educação cooperativa.
11. Na minha cooperativa das atividades que ela realiza, mantenho o maior volume de transações com a cooperativa.
12. Numa escala de 0 a 10, qual a probabilidade de eu indicar a minha cooperativa para um amigo?
13. Na minha cooperativa eu conheço o estatuto.
14. Eu permanecerei como associado da cooperativa nos próximos 5 anos.

Parte II – Questões relacionadas aos 7 Princípios do Cooperativismo

Quadro 12 - Questionário na versão final

Princípio	Dimensão conceitual	Dimensão operacional	Referência
P1	Adesão voluntária e livre	De acordo com o primeiro princípio do cooperativismo [Adesão voluntária e livre], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_16. no momento de se associar, as pessoas sabem o que é uma cooperativa.	Martin (2008)
		Q_17. no momento de se associar, as pessoas têm noção dos seus direitos e deveres.	
		Q_18. não é praticado qualquer tipo de discriminação.	ACI (2015)

		Q_19. a liberdade individual é respeitada.	ACI (2015)
P2	Gestão democrática	De acordo com o segundo princípio do cooperativismo [Gestão Democrática], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_20. a prestação de contas é um processo transparente.	ACI (2015)
		Q_21. os associados têm as informações necessárias para exercer o controle democrático.	ACI (2015)
		Q_22. os associados se sentem contributivos e relevantes nas decisões tomadas em assembleias.	(GUILLOTTE, 2010)
		Q_23. as lideranças (Presidente, Conselheiros, Diretores) tomam decisões que atendem os interesses coletivos dos associados.	LACROIX (2002)
		Q_24. os associados são incentivados a participar de conselhos de administração.	ACI (2015)
		Q_25. os associados são incentivados a participar das assembleias.	ACI (2015)
P3	Participação econômica dos membros	De acordo com o terceiro princípio do cooperativismo [Participação Econômica], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_27. as políticas de distribuição dos resultados atendem aos interesses dos associados.	ACI (2015)
		Q_28. há estratégias de desenvolvimento em ação visando a sustentabilidade da cooperativa.	Hita (2020)
		Q_29. os associados estão dispostos a contribuir financeiramente com a cooperativa em caso de necessidade.	ACI (2015)
		Q_30. há um cuidado para que nenhum associado adquira mais influência do que os demais sócios.	ACI (2015)
P4	Autonomia e Independência	De acordo com o quarto princípio do cooperativismo [Autonomia e Independência], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_31. é mantida a autonomia e independência em relação aos bancos, governos e outras cooperativas.	ACI (2015)
		Q_32. é mantido um relacionamento saudável com os governos.	ONU (2002)
		Q_33. há sustentabilidade financeira que permite desenvolver as suas atividades sozinha.	ACI (2015)
		Q_34. cooperativa há uma relação de liberdade e transparência da cooperativa com as suas estruturas integradas – centrais, federações e confederações.	Schneider (2003)

P5	Educação, Formação e Informação.	De acordo com o quinto princípio do cooperativismo [Educação, Formação e Informação], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_36. são oferecidos meios aos associados para que estes busquem aperfeiçoamento na área da gestão e governança cooperativa.	Schneider (2003)
		Q_37. as lideranças (Presidente, Conselheiros, Diretores) conhecem os princípios cooperativos.	Martin <i>et al.</i> (2008)
		Q_38. há programas de educação cooperativista.	Schneider (2003)
		Q_39. os recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) são aplicados na formação e informação do associado.	Martin (2008)
		Q_40. as assembleias são consideradas um momento de educação cooperativa.	Henry (2012)
P6	Intercooperação	De acordo com o sexto princípio do cooperativismo [Intercooperação], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_41. quando é necessário buscar um serviço de alguma organização externa, há preferência por serviços de cooperativas, mesmo que o custo seja um pouco mais elevado.	ACI (2015)
		Q_42. há abertura para realizar ações juntamente com cooperativas de outros ramos.	ACI (2015)
		Q_43. as cooperativas do mesmo ramo são vistas como parceiras.	ACI (2015)
		Q_44. são praticadas ações conjuntas com outras cooperativas.	Birchall; Ketilson (2009)
P7	Compromisso com a comunidade.	De acordo com o sétimo princípio do cooperativismo [Compromisso com a comunidade], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_45. há investimento em projetos economicamente viáveis, ambientalmente corretos e socialmente justos.	ACI (2015)
		Q_46. há contribuição para o desenvolvimento econômico e social sustentável dos associados e da comunidade local.	ACI (2015)
		Q_47. são desenvolvidas ações de acordo com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.	ACI (2015)
		Q_48. os associados discutem e aprovam as ações que serão desenvolvidas na comunidade.	ACI (2015)

		Q_49. as ações de sustentabilidade são comunicadas com transparência para a sociedade.	ACI (2015)
--	--	--	------------

Fonte: Elaborado pelo autor

É importante destacar que as questões 1 a 14 (Parte I), consideradas variáveis externas, são fundamentais uma vez que possibilitam diversos cruzamentos de dados.

7 ANÁLISES DE RESULTADOS - ILUSTRAÇÃO DA POTENCIALIDADE DE USO DO INSTRUMENTO

Nessa etapa são apresentados alguns resultados passíveis de serem explorados a partir da pesquisa de campo. As análises realizadas são ilustrativas do potencial que a aplicação do questionário possui no sentido de avaliar a percepção do nível de adoção dos 7 princípios do cooperativismo, gerando dados e informações úteis para aprimorar as tomadas de decisão estratégicas e gerenciais nas cooperativas, em particular, e nos ramos cooperativos, de forma geral.

7.1 Média Geral dos 7 Princípios

Com a finalidade de comparar as médias gerais entre os 7 princípios, foi realizado um Teste-T. Após a aplicação do teste, foi verificado que a significância (,000) confirma que há diferença entre as médias conforme pode ser verificado na Tabela 10.

Tabela 10 - Matriz de Teste-T entre médias dos Princípios

	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7
P1	5,958						
P2	0,00	6,294					
P3	0,00	0,00	5,863				
P4	0,00	0,00	0,00	6,234			
P5	0,00	0,00	0,00	0,00	5,976		
P6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,729	
P7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,952

Fonte: Dados da Pesquisa

A Tabela 11 apresenta a média geral dos 7 princípios de acordo com a escala de Lickert de 8 pontos (0 a 7) considerando se a participação de todos os ramos participantes da pesquisa e todas as respostas válidas, lembrando que os princípios do cooperativismo são:

1. Adesão Voluntária e Livre
2. Gestão Democrática
3. Participação Econômica dos Membros
4. Autonomia e Independência
5. Educação, Formação e Informação

6. Intercooperação

7. Compromisso com a Comunidade

Tabela 11 - Matriz - Média Geral dos Princípios

	Média Geral	Ramo da Cooperativa				
		Agropecuário	Saúde	Transporte	Trabalho, Produção de Bens e Serviços	Crédito
Princípio 1	5,958	5,9	5,7	6,0	6,1	5,9
Princípio 2	6,294	6,0	6,0	6,4	6,5	6,3
Princípio 3	5,863	5,3	5,1	5,6	6,0	5,9
Princípio 4	6,234	5,8	6,1	6,3	6,0	6,5
Princípio 5	5,976	5,6	5,1	6,0	6,0	6,1
Princípio 6	5,729	5,7	5,3	5,7	6,0	5,6
Princípio 7	5,952	5,8	5,3	5,9	6,0	6,1
Média Geral	6,000	5,7	5,5	6,0	6,2	6,1

Fonte: Dados da Pesquisa

A partir da Tabela 11 é possível observar que o Princípio 2 [Gestão Democrática] obteve a maior média (6,294) entre os princípios. Já os Princípios 3 [Participação Econômica dos Membros] (5,863) e 6 [Intercooperação] (5,729) obtiveram a menor média. Isto parece denotar o fato de que o princípio que mais tem sua prática evidenciada é um princípio fundamental para o desenvolvimento das ações cooperativas e está associado com a gestão democrática. De outro lado há uma percepção menos positiva quanto a aplicação e, portanto, do potencial de utilização dos princípios da participação econômica dos membros e da utilização da intercooperação, cooperação entre cooperativas, para motivar mais e efetivas ações no âmbito do cooperativismo como um todo.

Com a finalidade de verificar se há diferença entre as médias dos diferentes ramos pesquisados, foram feitos testes ANOVA. Pode-se observar na Tabela 12 que, considerando o Princípio 1 (P1), não há diferenças significativas entre as médias dos ramos. A diferença média é significativa no nível 0.05.

Tabela 12 - ANOVA Princípio em relação aos Ramos pesquisados

	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Entre Grupos	6,174	4	1,543	1,307	,267
Nos grupos	486,592	412	1,181		
Total	492,766	416			

Fonte: Dados da Pesquisa

No Princípio 2 (P2), é possível observar uma diferença entre o Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços (6,54) e o Ramo Agropecuário (6,00). Também há diferença entre os ramos Trabalho, Produção de Bens e Serviços (6,54) e o Ramo Saúde (5,95), conforme pode ser verificado na Tabela 13.

Tabela 13 - ANOVA Princípio 2 em relação aos ramos pesquisados

Comparações múltiplas							
Variável dependente: P2							
Tukey HSD							
(I) RAMO	(J) RAMO	Diferença média (I-J)	Erro	Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
AGRO (6,00)	Trabalho (6,54)	-,53585*	,15584		,006	-,9628	-,1089
SAÚDE (5,95)	Trabalho (6,54)	-,58920*	,16216		,003	-1,0335	-,1449

Fonte: Dados da pesquisa

No Princípio 3 (P3), é possível observar uma diferença entre o Ramo Crédito (6,13) e o Ramo Saúde (5,19). Também há diferença entre o Ramos Trabalho, Produção de Bens e Serviços (6,11) e o Ramo Saúde (5,19), conforme pode ser verificado na Tabela 14.

Tabela 14 - ANOVA Princípio 3 em relação aos ramos

Comparações múltiplas							
Variável dependente: P3							
Tukey HSD							
(I) RAMO	(J) RAMO	Diferença média (I-J)	Erro	Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
CRÉDITO (6,13)	SAÚDE (5,19)	,93813*	,22739		,000	,3151	1,5612
Trabalho (6,11)	SAÚDE (5,19)	,92471*	,23517		,001	,2804	1,5690

Fonte: Dados da Pesquisa

No Princípio 4 (P4), é possível observar uma diferença entre o Ramo Agropecuário (5,76) e o Ramo Crédito (6,44), conforme pode ser verificado na Tabela 15.

Tabela 15 - ANOVA Princípio 4 em relação aos ramos

Comparações múltiplas						
Variável dependente: P4						
Tukey HSD						
(I) RAMO	(J) RAMO	Diferença média (I-J)	Erro Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
					Limite inferior	Limite superior
AGRO (5,76)	CRÉDITO (6,44)	-,68088*	,16442	,000	-1,1314	-,2304

Fonte: Dados da Pesquisa

No Princípio 5 (P5), é possível observar uma diferença entre o Ramo Crédito (6,13) e o Ramo Saúde (4,98). Também é possível observar diferença entre o Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços (6,48) e o Ramo Saúde (4,98). Ainda é possível perceber diferença entre o Ramo Saúde (4,98) e o Ramo Transporte (5,94), conforme pode ser verificado na Tabela 16.

Tabela 16 - ANOVA Princípio 5 em relação aos ramos

Comparações múltiplas						
Variável dependente: P5						
Tukey HSD						
(I) RAMO	(J) RAMO	Diferença média (I-J)	Erro Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
					Limite inferior	Limite superior
CRÉDITO (6,13)	SAÚDE (4,98)	1,15836*	,23311	,000	,5197	1,7971
Trabalho (6,48)	SAÚDE (4,98)	1,50859*	,24108	,000	,8481	2,1691
SAÚDE (4,98)	Transporte (5,94)	-,96768*	,23975	,001	-1,6246	-,3108

Fonte: Dados da Pesquisa

No Princípio 6 (P6), é possível observar uma diferença entre o Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços (6,14) e o Ramo Saúde (5,28), conforme pode ser verificado na Tabela 17.

Tabela 17 - ANOVA Princípio 6 em relação aos ramos

Comparações múltiplas						
Variável dependente: P6						
Tukey HSD						
(I) RAMO	(J) RAMO	Diferença média (I-J)	Erro Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
					Limite inferior	Limite superior
Trabalho (6,14)	SAÚDE (5,28)	,86262*	,23665	,003	,2142	1,5110

Fonte: Dados da Pesquisa

No Princípio 7 (P7), é possível observar uma diferença entre o Ramo Crédito (6,07) e o Ramo Saúde (5,33). Também é possível observar diferença entre o Ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços (6,26) e o Ramo Saúde (5,33), conforme pode ser verificado na Tabela 18.

Tabela 18 - ANOVA Princípio 7 em relação aos ramos

Comparações múltiplas						
Variável dependente: P7						
Tukey HSD						
(I) RAMO	(J) RAMO	Diferença média (I-J)	Erro Erro	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
					Limite inferior	Limite superior
CRÉDITO (6,07)	SAÚDE (5,33)	,74054*	,19973	,002	,1933	1,2878
Trabalho (6,26)	SAÚDE (5,33)	,93093*	,20656	,000	,3650	1,4969

Fonte: Dados da Pesquisa

A seguir, na Tabela 19, é apresentada uma síntese das médias dos Princípios em cada Ramo de Cooperativa pesquisado. Observa-se que cada um dos 7 Princípios apresenta a média apurada de acordo com os ramos. Em cada um dos Princípios as cores demonstram a relação entre os ramos que apresentam médias que podem ser consideradas diferentes entre si de acordo com o teste ANOVA. Os quadros sem cores (comparados horizontalmente) não apresentam diferenças significativas.

Tabela 19 - Síntese das diferenças entre as médias

	Ramo da Cooperativa						
	Agropecuário	Saúde			Transporte	Trabalho, Produção de Bens e Serviços	Crédito
Princípio 1	5,9	5,7			6,0	6,1	5,9
Princípio 2	6,0	6,0			6,4	6,5	6,3
Princípio 3	5,3	5,1	5,1	5,1	5,6	6,0	5,9
Princípio 4	5,8	6,1			6,3	6,0	6,5
Princípio 5	5,6	5,1	5,1	5,1	6,0	6,0	6,1
Princípio 6	5,7	5,3			5,7	6,0	5,6
Princípio 7	5,8	5,3	5,3		5,9	6,0	6,1

Fonte: Dados da Pesquisa

7.2 Resultados e Análise dos Resultados dos 7 Princípios de acordo com as questões relacionadas aos construtos

Nessa etapa são apresentadas as médias das questões que compõem cada princípio de acordo com a escala de Lickert de 8 pontos (0 a 7), considerando a percepção do total dos respondentes envolvendo os ramos cooperativos onde o questionário foi aplicado. É importante destacar que foi realizado um Teste-t para verificar se há diferenças nas médias das questões de forma geral. Conforme pode ser verificado no Apêndice D, há diferenças entre as médias das questões.

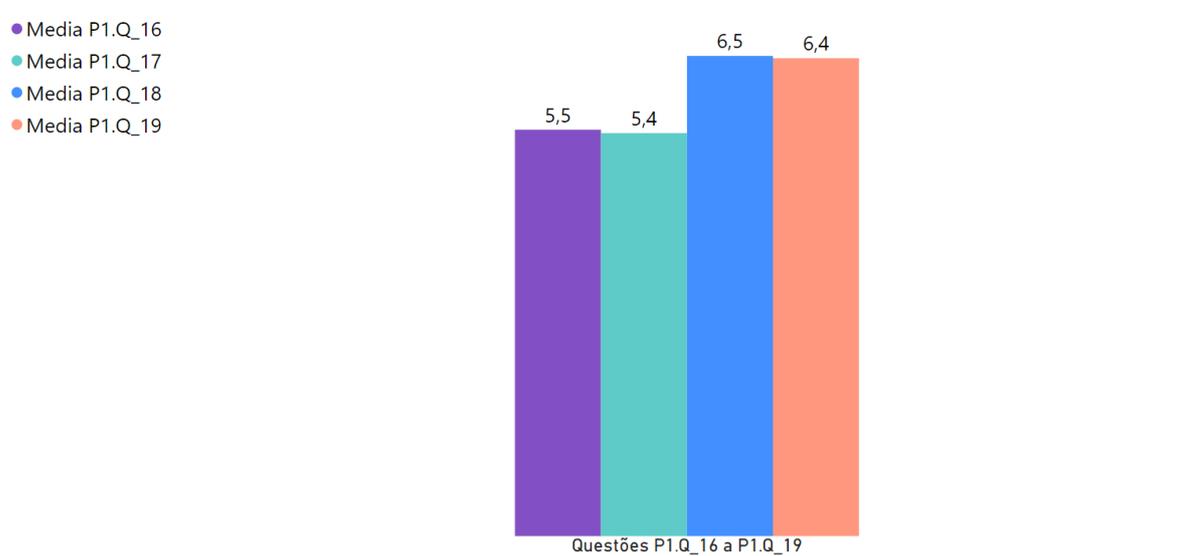
7.2.1 Princípio 1 – Adesão voluntária e livre

As questões que fazem parte do construto do Princípio 1 são:

- Q_16. no momento de se associar, as pessoas sabem o que é uma cooperativa.
- Q_17. no momento de se associar, as pessoas têm noção dos seus direitos e deveres.
- Q_18. não é praticado qualquer tipo de discriminação.
- Q_19. a liberdade individual é respeitada.

A Figura 11 apresenta as médias das questões do Princípio 1.

Figura 11 - Médias das questões do Princípio 1



Fonte: Dados da Pesquisa

Verifica-se que a questão Q_17, que trata da noção de direitos e deveres da pessoa que está se associando, apresenta média 5,4 e que a questão Q_16, que trata do conhecimento do que é uma cooperativa, apresenta média 5,5. Dentre as questões desse princípio, são as que apresentam as menores médias. Essas médias tendem a indicar que, no momento da associação, as pessoas podem não ter a exata noção do que é uma cooperativa e não saberem exatamente quais são seus direitos e deveres como associados. Portanto, ações gerais do Cooperativismo, e das Cooperativas em particular, no sentido de esclarecer em profundidade o significado do Cooperativismo e os direitos e deveres dos futuros associados parece relevante no sentido, não só de aumentar a captação de associados, como torná-los mais conscientes no momento da tomada de decisão em relação ao tema.

7.2.2 Princípio 2 – Gestão democrática

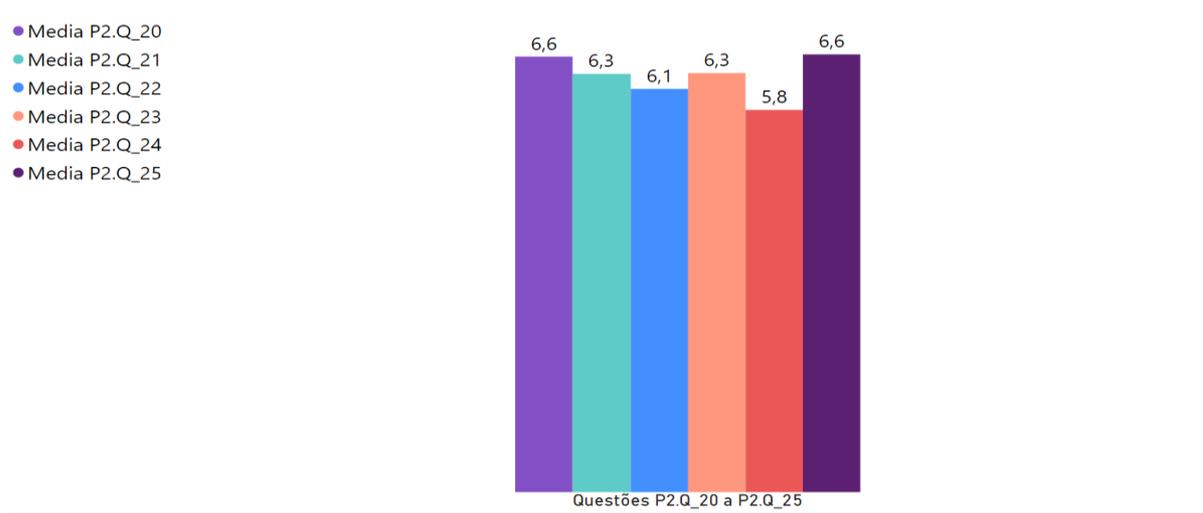
As questões que fazem parte do construto do Princípio 2 são:

- Q_20. a prestação de contas é um processo transparente.
- Q_21. os associados têm as informações necessárias para exercer o controle democrático.

- Q_22. os associados se sentem contributivos e relevantes nas decisões tomadas em assembleias.
- Q_23. as lideranças (Presidente, Conselheiros, Diretores) tomam decisões que atendem os interesses coletivos dos associados.
- Q_24. os associados são incentivados a participar de conselhos de administração.
- Q_25. os associados são incentivados a participar das assembleias.

A Figura 12 apresenta a média de cada questão.

Figura 12 - Médias das questões do Princípio 2



Fonte: Dados da Pesquisa

Verifica-se que, entre as questões Q_24 e Q_25, há uma diferença significativa. Enquanto os associados se percebem incentivados a participar das Assembleias da cooperativa (Q_25), não percebem o mesmo incentivo quando o incentivo se refere a participação nos Conselhos de Administração. Este parece um ponto relevante, na medida em que qualquer associado pode participar dos Conselhos de Administração que se constituem em um órgão muito importante no funcionamento geral das Cooperativas. Há aí um espaço de trabalho para o movimento Cooperativo para planejar e propor ações de formação dos cooperativados para, não só compreender o papel dos Conselhos de Administração, como propor lógicas de formação profissional para que mais cooperativados se sintam aptos e incentivados a exercer este tipo de função.

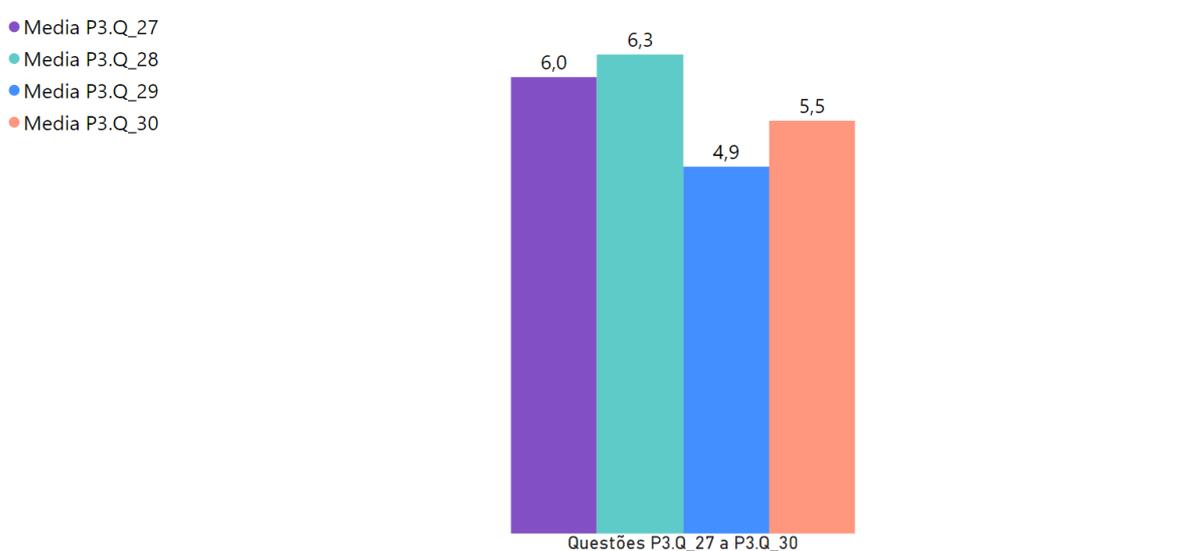
7.2.3 Princípio 3 – Participação econômica dos membros

As questões que fazem parte do construto do Princípio 3 são:

- Q_27. as políticas de distribuição dos resultados atendem aos interesses dos associados.
- Q_28. há estratégias de desenvolvimento em ação visando a sustentabilidade da cooperativa.
- Q_29. os associados estão dispostos a contribuir financeiramente com a cooperativa em caso de necessidade.
- Q_30. há um cuidado para que nenhum associado adquira mais influência do que os demais sócios.

A Figura 13 apresenta as médias das questões do Princípio 3.

Figura 13 - Médias das questões do Princípio 3



Fonte: Dados da Pesquisa

Os princípios 3 e 6 são os que apresentam menor média geral considerando todas as médias dos 7 princípios do Cooperativismo, da ótica da amostra utilizada. No contexto do Princípio 3 [Participação Econômica dos Membros] verifica-se que a questão Q_29 apresenta uma média de 4,9 e a questão Q_30, uma média 5,5. A questão Q_29 aborda a disponibilidade do associado em contribuir financeiramente com a cooperativa em caso de necessidade e permite obter uma visão, por parte do

cooperativado, de sua imbricação com os aspectos econômico-financeiros da Cooperativa. Parece haver indicativos aqui de que o associado pode não perceber a cooperativa como “sua” e, a partir dessa percepção geral, não se dispor a contribuir com a organização em caso de eventual necessidade na captação de recursos. Isto tende a mostrar uma dificuldade de um engajamento amplo do cooperativado nos princípios do cooperativismo. Por outro lado, as cooperativas podem entrar em dificuldades maiores em caso de necessidade uma vez que seu próprio associado não está tão disposto assim a contribuir financeiramente. Já a questão Q_30, que aborda a temática da maior ou menor influência de associados, apresenta média 5,5. É preciso observar este ponto de atenção para que as cooperativas possam atuar objetivamente no sentido de equilibrar ao máximo a influência real dos associados no contexto da cooperativa. De outra parte, observa-se que os cooperativados consultados têm uma perspectiva bem mais positiva no que tange aos fatos de que as políticas de distribuição de resultados tendem a atender os interesses dos associados (Q_27 – 6,0) e que existem estratégias de desenvolvimento em ação nas cooperativas tendo como foco a sustentabilidade da cooperativa (Q_28 – 6,3). Mas, talvez seja desejável um olhar mais atento e crítico por parte da Direção das Cooperativas em relação ao Princípio 3 [Participação Econômica dos Membros].

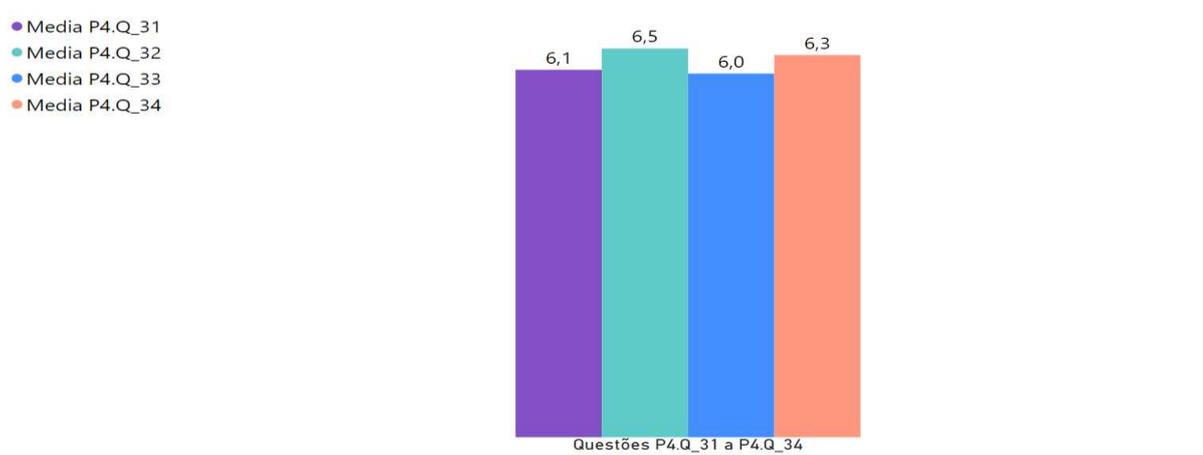
7.2.4 Princípio 4 – Autonomia e independência

As questões que fazem parte do construto do Princípio 4 são:

- Q_31. é mantida a autonomia e independência em relação aos bancos, governos e outras cooperativas.
- Q_32. é mantido um relacionamento saudável com os governos.
- Q_33. há sustentabilidade financeira que permite desenvolver as suas atividades sozinha.
- Q_34. cooperativa há uma relação de liberdade e transparência da cooperativa com as suas estruturas integradas – centrais, federações e confederações.

A Figura 14 apresenta as médias das questões do Princípio 4.

Figura 14 - Médias das questões do Princípio 4



Fonte: Dados da Pesquisa

Verifica-se que, nesse princípio, há um equilíbrio entre as médias das questões. Ainda assim, as questões Q_31 e Q_33 que tratam da autonomia e sustentabilidade financeira, são as questões com média comparativamente menor, 6,1 e 6,0 respectivamente. No geral, parece possível afirmar que os cooperativados respondentes percebem um equilíbrio no que tange ao princípio da autonomia e da independência das cooperativas onde atuam.

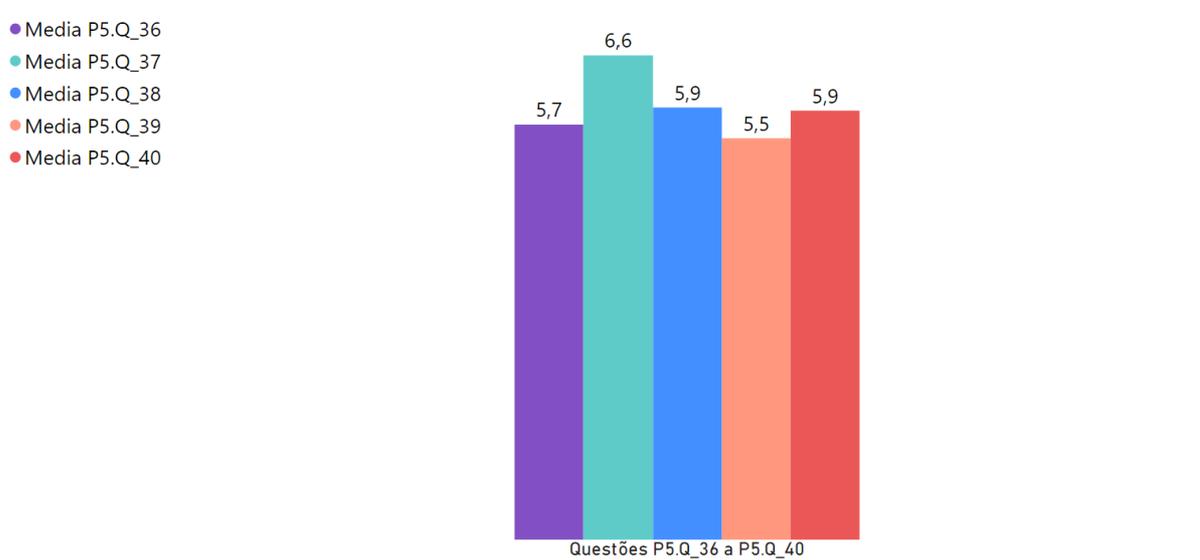
7.2.5 Princípio 5 – Educação, formação e informação

As questões que fazem parte do construto do Princípio 5 são:

- Q_36. são oferecidos meios aos associados para que estes busquem aperfeiçoamento na área da gestão e governança cooperativa.
- Q_37. as lideranças (Presidente, Conselheiros, Diretores) conhecem os princípios cooperativos.
- Q_38. há programas de educação cooperativista.
- Q_39. os recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) são aplicados na formação e informação do associado.
- Q_40. as assembleias são consideradas um momento de educação cooperativa.

A Figura 15 apresenta as médias das questões do Princípio 5.

Figura 15 - Médias das questões do Princípio 5



Fonte: Dados da Pesquisa

Verifica-se no Princípio 5, a questão Q_37, com média 6,6. De acordo com essa questão, os associados percebem que, de maneira geral, as lideranças da cooperativa parecem conhecer os princípios cooperativos, o que é muito relevante. Já as demais questões desse princípio apresentam média inferior a 6,0. Entre as menores médias estão as questões Q_36 e Q_39 que abordam as questões de aperfeiçoamento e formação do associado. Ou seja, o associado pode não estar percebendo de maneira evidente e pragmática o investimento da cooperativa na qualificação geral do associado ou, de outra parte, pode estar sugerindo uma maior atenção para o seu processo de formação.

7.2.6 Princípio 6 – Intercooperação

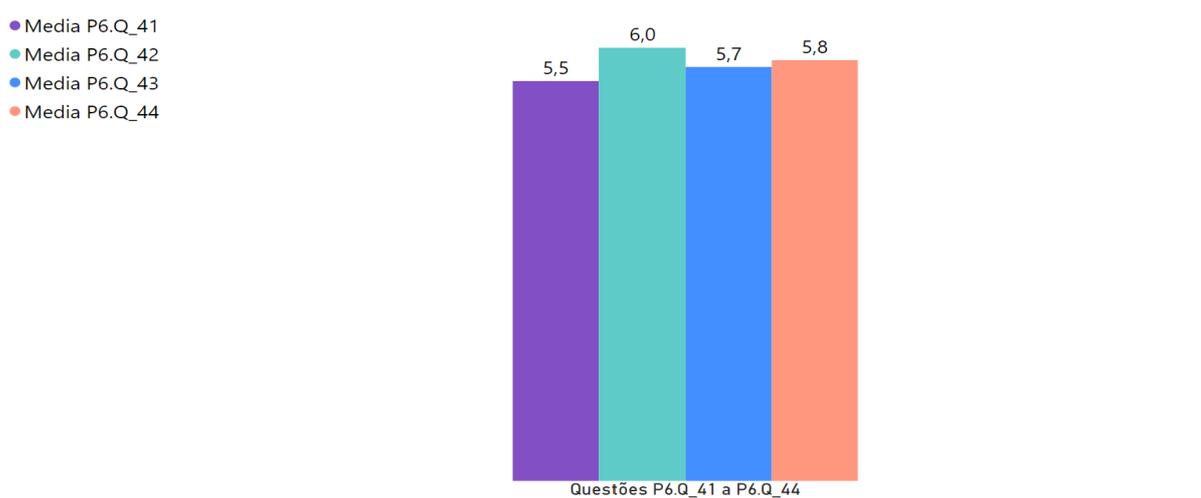
As questões que fazem parte do construto do Princípio 6 são:

- Q_41. quando é necessário buscar um serviço de alguma organização externa, há preferência por serviços de cooperativas, mesmo que o custo seja um pouco mais elevado.
- Q_42. há abertura para realizar ações juntamente com cooperativas de outros ramos.

- Q_43. as cooperativas do mesmo ramo são vistas como parceiras.
- Q_44. são praticadas ações conjuntas com outras cooperativas.

A Figura 16 apresenta as médias das questões do Princípio 6.

Figura 16 - Médias das questões do Princípio 6



Fonte: Dados da Pesquisa

O Princípio 6 [Intercooperação], juntamente com o Princípio 3, [Participação Econômica dos Membros], são àqueles com a menor média entre os 7 princípios. No Princípio 6, as questões apresentam média igual ou inferior a 6,0. A questão Q_41 apresenta a menor média (5,5) entre as questões do construto. A Q_41 trata do seguinte aspecto: quando é necessário buscar um serviço de alguma organização externa, há preferência por serviços de cooperativas, mesmo que o custo seja um pouco mais elevado. Indica que, possivelmente as cooperativas busquem o menor preço ao contratarem serviços. Pode indicar que diante da necessidade de contratação de eventual serviço, o fato de o futuro contratado ser cooperativa, pode não ser relevante. As questões Q_43 (5,7 de pontuação) e Q_44 (5,8 de pontuação) tratam, respectivamente, do fato de as cooperativas se enxergarem como parceiras e praticarem ações em conjunto. As respostas tendem a indicar a percepção dos entrevistados de que existe a necessidade de entender e praticar melhor o Princípio 6 [Intercooperação], existindo espaço para a ampliação do entendimento e aplicação do mesmo no âmbito mais amplo do cooperativismo.

Finalmente, é relevante lembrar que a adoção do Princípio da Intercooperação é um ativo relacional que permite, entre outros elementos, aumentar a escala de negociação em qualquer das atividades da cooperativa (por exemplo: nas atividades de compras coletivas).

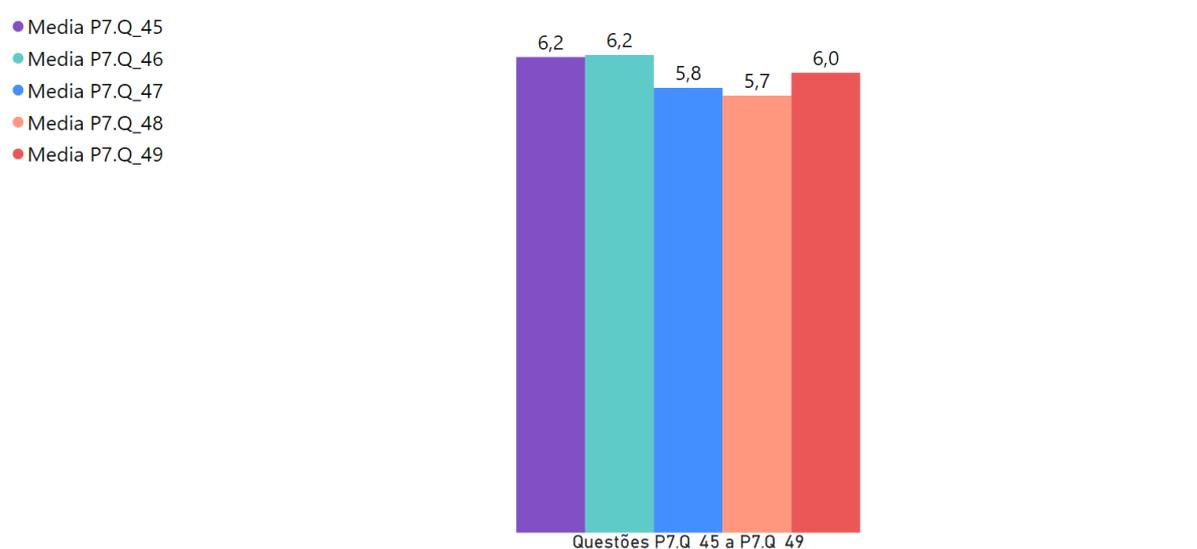
7.2.7 Princípio 7 – Compromisso com a comunidade

As questões que fazem parte do construto do Princípio 7 são:

- Q_45. há investimento em projetos economicamente viáveis, ambientalmente corretos e socialmente justos.
- Q_46. há contribuição para o desenvolvimento econômico e social sustentável dos associados e da comunidade local.
- Q_47. são desenvolvidas ações de acordo com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.
- Q_48. os associados discutem e aprovam as ações que serão desenvolvidas na comunidade.
- Q_49. as ações de sustentabilidade são comunicadas com transparência para a sociedade.

A Figura 17 apresenta as médias das questões do Princípio 7.

Figura 17 - Médias das questões do Princípio 7



Fonte: Dados da Pesquisa

No Princípio 7 verifica-se que a questão Q_47, que trata da temática das ações desenvolvidas pela cooperativa de acordo com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, apresenta média 5,8. Indica que, possivelmente os associados não estejam percebendo o desenvolvimento das ações de sustentabilidade da cooperativa de forma clara. Já a questão Q_48, que trata da participação do associado na discussão e aprovação das ações que serão desenvolvidas na comunidade, a média é 5,7. Indica que o associado pode não estar se sentindo plenamente envolvido no processo decisório sobre as ações a serem desenvolvidas na comunidade. Por outro lado, parece existir na percepção dos entrevistados, a necessidade de ampliação das ações envolvendo de forma conjunta e cooperativa, as cooperativas e as comunidades da vizinhança.

7.3 Índice de Satisfação dos Associados

7.3.1 Quanto a verificação do índice de satisfação

Adicionalmente, são apresentados quatro exemplos quanto a possibilidade de utilizar o instrumento desenvolvido para medir o Índice de Satisfação do associado em relação a sua cooperativa. O Índice de Satisfação é medido através do uso da metodologia do *Net Promoter Score (NPS)*. É necessário ressaltar que a pesquisa de satisfação é utilizada em grande escala com a finalidade de avaliar se os objetivos da organização estão sendo atingidos. Entre outros fatores, o NPS tem sido utilizado pela simplicidade da aplicação junto ao público.

O NPS é um indicador criado por Frederick Reichheld no ano de 2003 visando contribuir com as organizações na busca da compreensão do nível de satisfação, lealdade e indicação dos seus consumidores. E, de acordo com Reichheld (2003), o objetivo desse indicador é propor uma pergunta a fim de medir a satisfação destes em relação a uma organização. Esta pergunta única sugerida por Reichheld e Markey (2011) é: em uma escala de 0 a 10, qual a probabilidade de você indicar a empresa X a um amigo? As respostas são agrupadas em três grupos: promotores, neutros e detratores. Respondentes que reportam valores 9 e 10, são classificados como promotores, aqueles que respondem 7 e 8 são classificados como neutros e, os que respondem com valores entre 0 e 6 são considerados detratores. As características de cada grupo são:

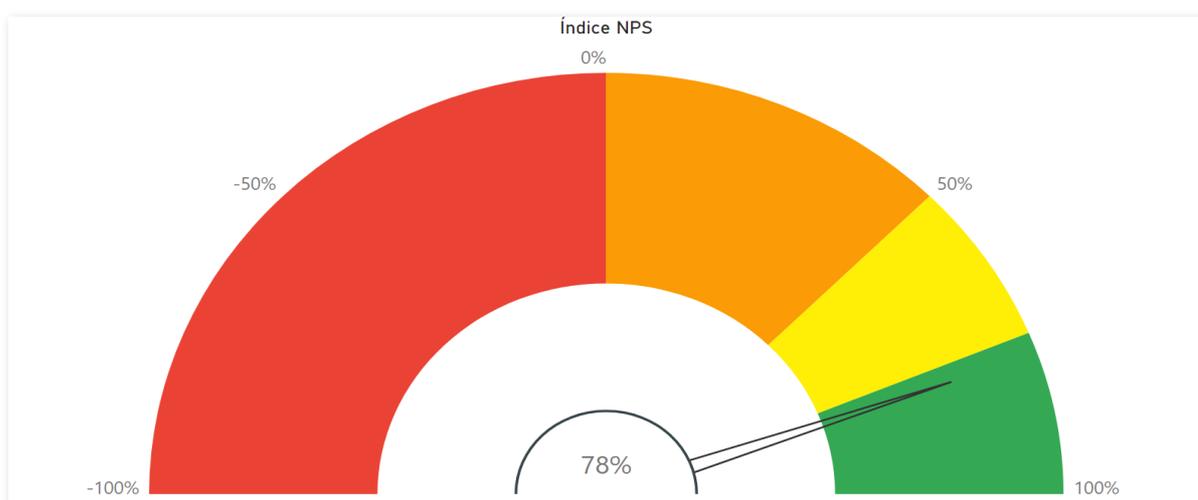
- Detratores – pessoas insatisfeitas, decepcionadas, criticam a organização junto aos amigos;
- Neutros – são pessoas passivamente satisfeitas, não têm relação de lealdade com a organização, quando recomendam é com ressalvas. Para estes, a organização deveria melhorar seus produtos e serviços para que se tornassem promotores.
- Promotores – geralmente consomem produtos e serviços mais de uma vez, são leais, recomendam a organização a amigos com entusiasmo.

A fórmula para calcular o índice de satisfação é: a subtração do percentual de promotores pelo percentual de detratores, gerando o índice de satisfação. O NPS é constituído por 4 zonas de classificação: zona crítica (-100 a -1), zona de aperfeiçoamento (0 a 49), zona de qualidade (50 a 74) e zona de excelência (75 a 100). A pesquisa apresentou os seguintes dados quanto aos percentuais: 81% são promotores, 16% são neutros e 3% são detratores.

Exemplo 1

A Figura 18 apresenta o Índice de Satisfação geral dos respondentes da pesquisa, considerando os 5 ramos de cooperativas pesquisados.

Figura 18 - Índice de Satisfação dos ramos pesquisados



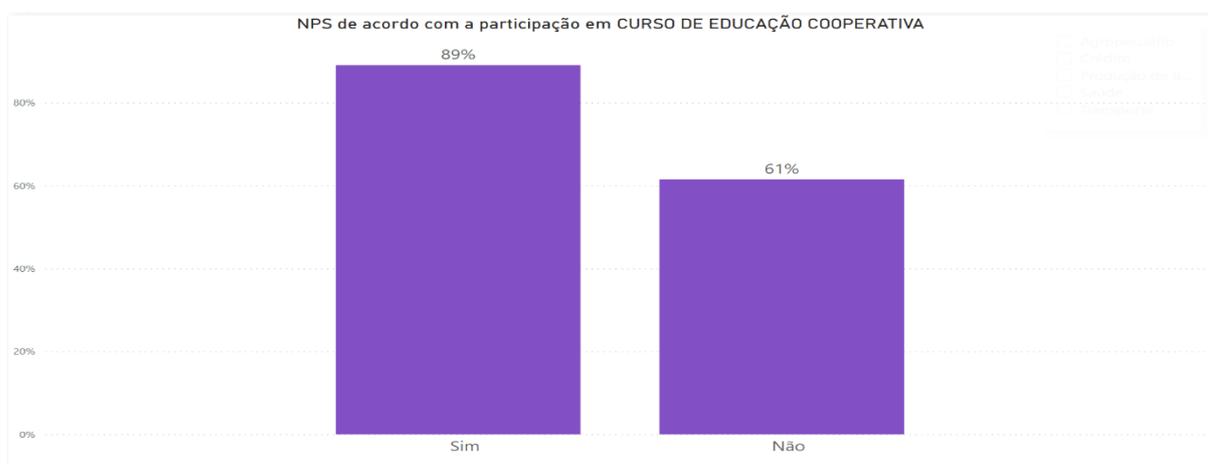
Fonte: Dados da Pesquisa

Verifica-se que o índice de satisfação (NPS) é de 78%, ou seja, de maneira geral, os associados estão satisfeitos com as cooperativas, seus serviços e produtos.

Exemplo 2

A Figura 19 apresenta o índice de satisfação do associado quanto a participação em cursos de educação cooperativa.

Figura 19 - Índice de Satisfação de acordo com a participação em cursos de educação.



Fonte: Dados da Pesquisa

Comparativamente, os associados que participam de cursos de educação cooperativa apresentam um Índice de Satisfação de 89%, classificado na zona de excelência. Já os associados que não participam desse tipo de formação apresentam um Índice de Satisfação de 61%. Ou seja, a participação do associado em cursos dessa natureza implica satisfação significativamente maior.

Outras análises de Índice de Satisfação podem ser verificadas no Apêndice C.

Exemplo 3

Para fins de informações adicionais de como o questionário pode ser aplicado na prática e gerar dados úteis para a tomada de decisão gerencial nas cooperativas, é apresentado um exemplo a seguir.

Nesse exemplo foram testados dois modelos (I e II). Em ambos, as variáveis independentes escolhidas são os princípios. Na realização dos testes, a intenção foi verificar se os princípios impactam em alguma variável. Optou-se por duas variáveis independentes: propensão a indicar a cooperativa e propensão a permanecer na cooperativa. Ainda, foram utilizadas 3 variáveis de controle: porte da cooperativa, tempo de associação e participação regular em assembleias.

A Tabela 20 apresenta os resultados.

Tabela 20 - Propensão a indicar e permanecer na cooperativa.

Modelo	Modelo I	Modelo II
VI	P1 a P7	P1 a P7
VD	Indicar	Permanecer
Controle	Porte Part. regular ass. (v9) Tempo associado	Porte Part. regular ass. (v9) Tempo associado
r2	0,300**	0,193**
Beta P1	ns	0,108**
Beta P2	0,321**	0,270**
Beta P3	Ns	Ns
Beta P4	Ns	Ns
Beta P5	Ns	Ns
Beta P6	Ns	Ns
Beta P7	Ns	Ns
Beta Porte	Ns	0,131**
Beta participa	0,198**	0,202**
Beta tempo assoc	ns	ns
Durbin Watson	1,820	1,934
VIF Máximo	3,915	3,915

Fonte: Dados da Pesquisa

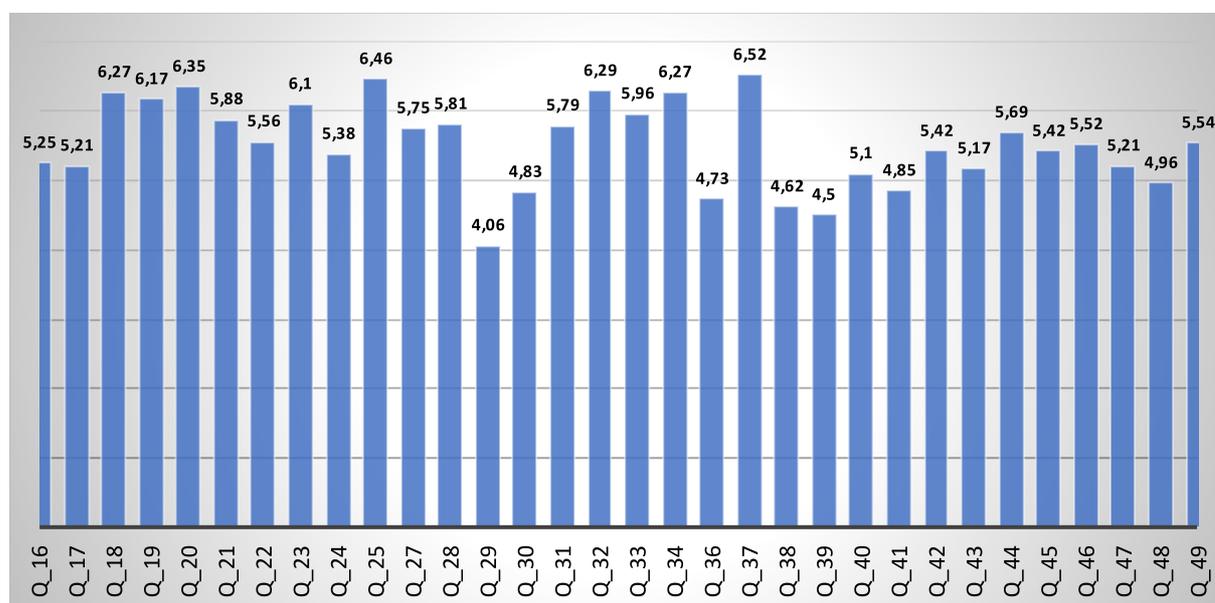
Percebe-se que Beta P2 – Construto relacionado a Gestão Democrática - explica 30% da intenção de indicar a cooperativa a um amigo. Além de Beta P2, P1 – Construto relacionado a Adesão Voluntária e Livre, explicam 19,3% da intenção de permanecer na cooperativa nos próximos 5 anos. A participação nas assembleias também influencia positivamente o desejo de indicar e permanecer na cooperativa. Esses dados possibilitam concluir que, para melhorar os índices de propensão a indicar e permanecer na cooperativa, esta poderá investir esforços maiores na promoção da Gestão Democrática e na participação dos associados nas Assembleias.

Exemplo 4

Exemplo de Análise dos 7 Princípios do Ramo de Cooperativa de Saúde

Na Figura 20 são apresentadas as médias de todas as questões que fazem parte dos construtos envolvendo os 7 princípios do cooperativismo (Q_16 a Q_49). É mais um exemplo de como o questionário (artefato) pode gerar dados úteis para a tomada de decisões em cooperativas do Ramo Saúde.

Figura 20 - Médias das questões considerando o Ramo Saúde



Fonte: Dados da Pesquisa

Verifica-se que na Figura 20, algumas questões apresentam médias inferiores a 5,0. Dentre elas, a questão Q_29 apresenta a menor média, a saber: 4,06. A Q_29 trata do seguinte: “os associados estão dispostos a contribuir financeiramente com a cooperativa em caso de necessidade”. A média extraída dessa questão no ramo

Saúde chama a atenção. Possivelmente, os associados estejam pouco dispostos a contribuir com a cooperativa em caso de necessidade financeira. Já a questão Q_39 apresenta média 4,5 e aborda a seguinte temática: “os recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) são aplicados na formação e informação do associado”. A média das respostas tende a denotar que os associados não se encontram satisfeitos em relação à questão em cena. Talvez, é preciso averiguar dados os indícios provenientes da resposta, isto possa indicar que os associados podem não estar observando a aplicação dos recursos na formação. Ou ainda, podem estar sugerindo que poderiam ser aplicados de maneira mais significativa e mais eficaz para a formação dos associados. A questão Q_38, que trata do tema: “na minha cooperativa há programas de educação cooperativista”, apresenta média 4,6. As respostas do ramo Saúde para esta questão parecem indicar que o associado não percebe, pelo menos de forma significativa, que a cooperativa promova cursos específicos de educação cooperativa que possam lhes ser úteis. Este ponto poderia ser objeto de foco das lideranças do ramo Saúde, uma vez que, como se verificou nesta pesquisa, associados que participam de cursos de educação cooperativa apresentam índice de satisfação significativamente maior. A questão Q_39, “são oferecidos meios aos associados para que estes busquem aperfeiçoamento na área da gestão e governança cooperativa”, apresenta média 4,7. As respostas a essa questão podem indicar que os associados não percebem de forma clara que a cooperativa lhes ofereça meios de formação e aperfeiçoamento com a finalidade de preparar pessoas para as funções administrativas da cooperativa. Chama a atenção que as questões que envolvem o quinto princípio, Educação, Formação e Informação, e que se referem aos associados em geral, apresentam as menores médias entre os construtos no Ramo Saúde.

Fica evidenciado a partir destes exemplos, tabelas, figuras e gráficos que o questionário pode gerar dados concretos para a tomada de decisão gerencial, qualificando a gestão da cooperativa, em particular, e as ações do ramo cooperativo, em geral. É exatamente o que a metodologia da DSR propõe: contribuir para melhorar e equacionar problemas reais, no caso, das cooperativas dos diversos ramos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES DO TRABALHO E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

8.1 Considerações Finais

Este trabalho tem como pressuposto a ideia de que o Cooperativismo, para se desenvolver de forma plena, necessita considerar como ponto de partida os 7 princípios que fundamentam toda a teoria cooperativa e que estão explicitados no âmbito da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). O ponto de partida do trabalho foi uma reflexão a respeito de um aspecto central que envolve responder a questionamentos em relação à percepção sobre o 'real' conhecimento que os associados dos diferentes ramos de cooperativas têm em relação aos princípios universais do cooperativismo. Segundo Schneider (2010), há uma ameaça de que a identidade cooperativa venha a se diluir cada vez mais no meio das inúmeras, complexas e rápidas mudanças socioculturais e econômicas em curso no processo de globalização, com a perda de paradigmas, inclusive a do próprio cooperativismo. Nesse contexto, a educação cooperativa, a coleta de dados através de instrumentos confiáveis, a análise dos dados e a tomada de decisões passam a assumir uma relevância significativa. Sendo assim, de maneira geral, esta dissertação se insere, portanto, na lógica mais ampla da educação cooperativa. Segundo Schneider (2003), a educação cooperativa é a regra de ouro do cooperativismo, a cláusula pétrea, que desde 1844, é fundamental para a construção e aprofundamento dos seus princípios e valores. Portanto, é um tema que tem espaço para ser discutido e aprofundado visando o aperfeiçoamento dos membros das cooperativas em relação as raízes do cooperativismo. A compreensão, através da medição da percepção dos associados em relação aos 7 princípios do cooperativismo, poderá, futuramente, gerar subsídios importantes para as cooperativas no sentido de que estas tomem decisões de forma mais acertada possível em relação a qualificação dos seus associados, educando-os em profundidade nos princípios universais do cooperativismo.

Sendo assim, o objetivo geral da dissertação foi a criação e a validação de um artefato que torne possível medir a percepção que os associados têm em relação a sua compreensão dos 7 princípios do cooperativismo.

Para isto partiu-se do Referencial Teórico visando resgatar e sintetizar os pontos fundamentais do cooperativismo, sua história e princípios, buscando referências no estado da arte em relação ao tema. Neste capítulo, portanto, foi apresentado o arcabouço teórico que deu sustentação ao desenvolvimento da pesquisa. Na primeira parte do Referencial Teórico foram tratados os conceitos que balizam a temática desta pesquisa explorando temas como: cooperativismo, seus aspectos de alinhamento político e ideológico, cooperação e sua finalidade, o movimento cooperativista na prática, o conceito de cooperativa e sua identidade. Na segunda parte foram descritos e analisados criticamente os 7 princípios do cooperativismo. Cada um dos princípios foi discutido com base em diversos autores que tratam do cooperativismo, com ênfase nos aspectos associados ao conhecimento do tema e da educação cooperativa. Esta discussão é relevante, uma vez que a vida, a dinâmica e a essência da cooperativa estão fundamentados nestes princípios mundialmente reconhecidos.

Visando tratar da questão e dos objetivos da pesquisa, foi apresentado o método de trabalho escolhido, o Design Research. Este método é apropriado e consagrado quando se trata da realização de projetos e da produção de diferentes artefatos, tendo se mostrado adequado para construção do questionário em cena.

O questionário foi construído tendo, inicialmente, sido feita a elaboração de questões fundamentadas em diversos autores cooperativistas. Em seguida, as questões foram submetidas e discutidas com a participação de especialistas na área do cooperativismo. Participaram professores doutores com formação na área do direito, contabilidade e doutrina cooperativa, além de, profissionais com experiência prática na gestão cotidiana de cooperativas, sendo suas sugestões acatadas para propor a primeira versão do questionário. Posteriormente o questionário foi testado através de pré-testes realizado em um grupo selecionado de associados. Posteriormente, ele foi aplicado, de forma mais ampla, aos associados dos ramos escolhidos para a participação na pesquisa. Participaram da pesquisa cinco distintos ramos de cooperativas: Crédito, Saúde, Transporte, Trabalho, Produção de Bens e Serviços e Agropecuário. No total participaram 442 associados de cooperativas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo responderam ao questionário.

Uma vez feita a validação inicial do questionário, a pesquisa foi aplicada através de uma survey eletrônica enviada por email e Whatsapp aos respondentes. Feita a coleta de dados, o questionário foi avaliado novamente utilizando-se o software SPSS Statistics. Após a realização do tratamento dos dados (verificação de qualidade de digitação, verificação de normalidade univariada, verificação de missing values, verificação de outliers), foi realizada a verificação da confiabilidade dos construtos através do uso da Análise Fatorial Confirmatória e a medição de confiabilidade pelo indicador Alpha de Cronbach. Também foi verificada a validade convergente por meio da confiabilidade composta, da variância extraída e do Alpha de Cronbach, seguida pela verificação da validade discriminante. Os testes apresentaram três variáveis com baixa carga fatorial e que, após análise mais detalhada, foram excluídas. Todas as demais variáveis mostraram que o artefato estava de acordo com os parâmetros considerados aceitáveis. Como resultado, portanto, pode-se verificar a eficácia do artefato proposto. O formato final do questionário permaneceu com 46 questões que permitem tratar a contento dos 7 princípios do cooperativismo.

Validado o questionário na sua versão final, o trabalho partiu para ilustrar algumas possibilidades de uso aplicado no intuito de explicitar como podem ser gerados dados úteis com a finalidade de tomadas de decisões gerenciais melhores.

Nessa etapa do trabalho foi elaborada uma Matriz apresentando a média geral de cada princípio e a média de cada um dos 7 princípios nos diversos ramos: Crédito, Saúde, Transporte, Trabalho, Produção de Bens e Serviços e Agropecuário. Os resultados mostraram que os Princípios 1 [Adesão voluntária e Livre], 3 [Participação Econômica], 5 [Educação, Formação e Informação], 6 [Intercooperação] e 7 [Compromisso com a Comunidade], apresentaram médias inferiores a 6,0, indicando uma percepção menos positiva quanto a compreensão desses princípios pelos cooperativados. Já o Princípio 2 [Gestão Democrática] apresenta média 6,29, a maior entre os princípios, o que parece denotar que a gestão democrática é mais evidenciada de forma geral nas cooperativas que compõe os ramos cooperativos estudados. Essas análises permitem que as cooperativas aprofundem o tema de acordo com a sua realidade específica e possam realizar planejamentos e implementar as ações para uma melhor compreensão e prática dos princípios cooperativos a partir de uma análise embasada em dados e fatos.

Adicionalmente, foram apresentadas e analisadas as médias de cada questão, agrupando-se as questões de acordo com os construtos. Através dessa análise foi possível observar como o associado percebe cada temática abordada. Nesse contexto, destacam-se alguns pontos relevantes de acordo com cada um dos 7 princípios:

Princípio 1 – de maneira geral, as médias tendem a indicar que, no momento da associação, as pessoas podem não ter a exata noção do que é uma cooperativa e não conhecerem exatamente quais são seus direitos e deveres como associados, indicando que as cooperativas podem propor ações no sentido de tornar os direitos e deveres mais evidentes. Isto permitiria tornar o futuro associado mais consciente do seu papel como proprietário da cooperativa.

Princípio 2 – mesmo sendo o princípio com a maior média, é possível perceber que, dentre as questões que compõem o construto, os dados podem indicar que os associados percebem um incentivo maior para participar das assembleias do que para participar de conselhos de administração. Isto parece indicar que as cooperativas poderiam avaliar a possibilidade aprimorar a formação profissional, técnica e de gestão no sentido de preparar as futuras lideranças para exercerem posições de direção.

Princípio 3 – dentre as questões desse Princípio parece haver indicativos de que o associado pode não se perceber como proprietário da cooperativa e, portanto, não se dispor a contribuir financeiramente em caso de necessidade na captação de recursos. Por outro lado, no que tange a esse terceiro princípio, os associados de maneira geral percebem que há estratégias de desenvolvimento em ação visando a sustentabilidade da cooperativa.

Princípio 4 – de forma geral parece que os associados percebem um equilíbrio quanto ao tema da autonomia e da independência da cooperativa em relação a governos, empresas e outras cooperativas.

Princípio 5 – destaca-se nesse princípio que os associados, de forma geral, percebem que seus líderes conhecem os princípios do cooperativismo. Já as demais questões desse construto apontam na direção de que parece haver demanda por maior investimento no aperfeiçoamento e na formação do associado, o que parece estar sugerindo um ponto de atenção em relação ao tema por parte dos dirigentes.

Princípio 6 – a intercooperação é um tema fundamental do contexto do cooperativismo, tanto que foi constituído um princípio específico para tratar do tópico em cena. No entanto, na prática, parece haver indicativos de que as cooperativas, ao contratarem algum serviço externo, por exemplo, tendem a não considerar relevante o fato de que o prestador do serviço seja uma cooperativa. A visão de que cooperativas podem ser parceiras nos negócios, compartilhar experiência e dividir custos parece necessitar de atenção cada vez maior das diferentes lideranças das cooperativas.

Princípio 7 – neste princípio, de forma geral, parece haver um entendimento por parte dos respondentes de que as decisões que envolvem as ações a serem desenvolvidas nas comunidades onde as cooperativas estão inseridas poderiam ser mais debatidas envolvendo o associado no processo decisório.

Finalmente, foi possível calcular o Índice de Satisfação dos associados em relação à cooperativa através da utilização da técnica do Net Promoter Score. De acordo com essa técnica, os respondentes foram classificados em 3 grupos distintos: Promotores, Neutros e Detratores. Sendo que, a busca de toda cooperativa é contar com o maior número de Promotores em seu quadro social. No contexto das cooperativas, Promotores são os associados satisfeitos com as suas cooperativas. O Índice de Satisfação geral foi de 78%, classificado como Zona de Excelência. Ou seja, de maneira geral, os associados parecem estar satisfeitos com as suas cooperativas. Importante destacar, que esse índice pode variar de forma significativa de acordo com o ramo. Pode-se observar ainda que associados que participam de cursos de educação cooperativa são significativamente mais satisfeitos em relação aos que não participam. Outro exemplo de dados que podem ser observados a partir do questionário é que a participação nas assembleias influencia positivamente no desejo de indicar e permanecer na cooperativa. Também foi possível verificar o resultado de cada questão de acordo com os ramos. Essa análise foi realizada utilizando-se como exemplo o Ramo Saúde. Verificou-se que, nesse ramo específico, a disposição de contribuir financeiramente com a cooperativa em caso de necessidade, é a questão com a menor média entre todas as questões (4,06). Esse é um exemplo de como o questionário pode ser utilizado para análises em diversos níveis de granularidade.

Esta etapa adicional mostrou o potencial de utilização de uso do artefato proposto, bem como mostrou a eficácia do artefato que permitiu visualizar e analisar

diversos fatores como comparação da média dos princípios, comparações entre ramos, apuração do índice de satisfação do associado, índice de satisfação por participação em cursos de educação entre outras utilizações passíveis de serem pensadas. Os resultados obtidos parecem evidenciar que o questionário (artefato) atingiu satisfatoriamente o objetivo proposto. Além de testado e aprovado como instrumento de coleta de dados, mostrou-se eficaz na proposta de geração de insumos importantes para que as cooperativas possam tomar decisões gerenciais a partir dos resultados gerados através da análise dos dados coletados.

Um aspecto interessante a destacar, derivado da pesquisa empírica realizada, é de que foi observado comportamentos diversos e distintos por parte das cooperativas quando lhes foi feito o convite para a participação da pesquisa. Enquanto algumas cooperativas visualizaram a pesquisa enquanto uma oportunidade relevante de melhoria em suas operações futuras e auxiliaram proativamente na divulgação da pesquisa junto aos seus associados, outras tenderam a mostrar algum nível de resistência, que pode ser observada em dois momentos distintos: i) a não abertura da cooperativa para a pesquisa; e, ii) ou, posteriormente ao aceite, no momento em que tomavam ciência do conteúdo da pesquisa (a abordagem da percepção do associado quanto a aplicação dos 7 princípios na sua cooperativa). Ou seja, quando a cooperativa era informada do conteúdo da pesquisa, optava pela descontinuidade de sua participação. Este elemento tende a apontar para a importância de tratar de forma estratégica os 7 princípios do cooperativismo em todas as estratégias que visam a sustentabilidade dela no longo prazo.

Finalmente, através dos dados coletados, há indicativos de caminhos que as cooperativas podem seguir no intuito de fomentar o estudo e a aplicação dos princípios do cooperativismo, gerando, entre outros fatores, maior satisfação do seu associado, aumento na propensão a indicar e permanecer na cooperativa e participar cada vez de forma mais ativa do movimento cooperativo como um todo.

8.2 Limitações do trabalho

É importante destacar que as limitações do questionário (artefato) proposto foram eliminadas em dois momentos: após o pré-teste e, finalmente, após a análise dos dados quando três variáveis (Q_15, Q_26 e Q_35) foram excluídas por apresentarem baixa carga fatorial em relação aos construtos. Portanto, em relação ao questionário não foram observadas limitações.

Por outro lado, a coleta de dados poderia ter sido mais ampla no sentido de atingir mais respondentes. Porém, foram encontradas diversas dificuldades, principalmente no que tange ao número de cooperativas dispostas a colaborar na pesquisa. E, mesmo quando a cooperativa se mostrava disposta a contribuir, houve dificuldade quanto ao envolvimento e comprometimento do associado no que tange a responder ao questionário. Esses fatores limitaram, de certa forma, o número de respondentes.

8.3 Recomendações para trabalhos futuros

Como recomendações para trabalhos futuros sugere-se:

- Um estudo que poderia ser interessante seria a compreensão em profundidade da visão dos dirigentes do Cooperativismo no que tange ao papel dos 7 princípios na Governança e nos resultados das Cooperativas;
- Realizar um estudo visando estabelecer as relações entre os 7 princípios do cooperativismo e o desempenho econômico, social e ambiental das Cooperativas;
- Aprofundar estudos envolvendo as diferentes correlações existentes entre o índice de satisfação dos cooperativados e a adesão e compreensão dos 7 princípios do cooperativismo;
- Realizar um estudo sobre as melhores formas de desenvolvimento da educação cooperativa, em geral, e dos 7 princípios do cooperativismo, em particular, tendo em vista os resultados da aplicação do questionário proposto e validado nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ACI, Aliança Cooperativa Internacional. **Guidance Notes to the Co-operative Principles**. 2015. Disponível em:

<<https://www.ica.coop/sites/default/files/publication-files/ica-guidance-notes-en-310629900.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. 1980. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/ismo>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

BAGOZZI, Richard P. Structural Equations Models in Marketing Research: basic principles. In BAGOZZI, Richard P. **Principles of Marketing Research**. Cambridge: Blackwell, 1994.

BIALOSKORSKI NETO, S. obierno y papel de los cuadros directivos en las cooperativas brasileñas: estudio comparativo. **Revista de Economía Pública Social y Cooperativa**, [s. l.], v. 48, 2004.

BIALOSKORSKI, S. **Economia e gestão de organizações cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BIRCHALL, Johnston; KETILSON, Lou Hammond. **Resilience of the Cooperative Business Model in Times of Crisis**. 2009. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_108416.pdf>.

BOYD, R. Cultural adaptation and maladaptation: Of kayaks and commissars, in: Gangestad, S.W., Simpson, J.A. (Eds.), *The Evolution of Mind: Fundamental Questions and Controversies*. **Studia Humana**, [s. l.], v. 8:3, p. 327–331, 2016.

CARVALHO, A. **O cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica global**. São Paulo: Baraúna, 2011.

CATTANI, A. DAVID (ORG); CORAGGIO, JOSÉ LUIS; LAVILLE, J. Louis. **Diccionario de la otra Economía**. 1. ed. Buenos Aires: Altamira, 2009.

DAVIDOVIC, G. **Reformulation of the co-operative principles: a commentary on the guiding principles of co-operative organisations, with an analysis of Canadian views on the Rochdale principles**. Ottawa: Co-operative Union of Canada, 1966.

DESROCHE, Henri. **Le projet coopératif, son utopie et sa pratique, ses appareils et ses réseaux, ses espérances et ses déconvenues**. Paris: Éditions ouvrières, 1976.

DRESCH, Aline; *et al.* **Design Science Research: Método de pesquisa para avanço da Ciência e Tecnologia**. Porto Alegre: Bookman, 2015. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582602997>>

FAIRBAIRN, B. **The meaning of Rochdale: The Rochdale pioneers and the co-operative principles** Center for the Study of Co-operatives. [s.l: s.n.].

Disponível em: <<papers2://publication/uuid/229E804D-5B67-4124-87B3-127963CFFA90>>.

FARDINI, Giulianna. **Fundamentos do Cooperativismo**. Brasília, DF: Sistema OCB, 2017.

FAUQUET, Georges. **Le secteur coopératif : essai sur la place de l'homme dans les institutions coopératives et de e celles-ci dans l'économie**. 4. ed. Bruxelles: Éditions Les propagateurs de la coopération, 1942.

FINLAY, L.; EVANS, K. **Relational-centred research for psychotherapists**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009.

FORNELL, Claes; LARCKER, David. Evaluating structural equation models with unobservable variables with measurement error. **Journal of Marketing Research**, v.18, p. 39-50, feb, 1981.

GARZON, Carlos Uribe. **Bases del cooperativismo**. 2. ed. Bogotá.

GUILLOTTE, Claude-André. LA CRÉATION DE VALEUR COOPÉRATIVE ET MUTUALISTE : SURVOL DES MODÈLES MANAGÉRIAUX PAR L'APPROCHE COMPLEXE. **IRECUS**, [s. l.], n. DbA 820, 2010.

HAIR Jr, Joseph F.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L.; BLACK, William C. **Análise Multivariada de Dados**. 5a Ed. Porto Alegre: Bookmann, 2005.

HANSMANN, Henry. **The ownership of enterprise**. London-Cambridge: Harvard University Press, 1996.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens - Uma Breve Historia da Humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

HEALY, Michael. **Transformative Potencial of Coeopratives**. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M9iV_E1Y0Ek>. Acesso em: 6 jan. 2020.

HENRÏ, Hagen. **Guidelines for Cooperative Legislation**. Third ed. Geneva: International Labour Office, 2012. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_094045.pdf>

HEVNER, Alan *et al.* Design Science in Information Systems Research. **Management Information Systems Quarterly**, [s. l.], v. 28, p. 75, 2004.

HILL, M. M.; HILL, A. **Investigação por questionário**. 2. ed. Lisboa: Sílabo, 2002.

HOLYOAKE, G. J. **The Co-operative Movement Today**. 1. ed. London: Methuen, 1891.

HOLYOAKE, G. J. **Os 28 Tecelões de Rochdale**. 13. ed. porto Alegre: WS Editor, 2008. v. 53

ICA, International Co-operative Alliance. **Open Letter to the Governments of the G8**. 2008. Disponível em: <<https://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/2008-g8.pdf>>. Acesso em: 17 maio. 2020.

ILO, International Labor Organization. **R193 - Promotion of Cooperatives Recommendation**. 2002. Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:R193>. Acesso em: 17 maio. 2020.

KLINE, Rex B. **Principle and practice os structural equation modeling**. New York: The Guilford Press, 1998.

LACERDA, Daniel Pacheco *et al.* Design Science Research: método de pesquisa para a engenharia de produção / Design Science Research: a research method to production engineering. **Gestão & Produção**, [s. l.], v. 20, n. 4, p. 741–761, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2013000400001&lng=en&tlng=en>

LACROIX, André *et al.* Éthique et coopératisme: un contrepoids à la mondialisation? In: Sherbrooke: Éditions GGC, 2002.

LAFLAMME, Marcel. RÉFLEXION ET ACTION SUR LA GESTION DES ORGANISATIONS. **Revue organisation**, Scherbrooke, p. 13–25, 1982.

LAMBERT, Paul. La doctrine coopérative. In: Bruxelles: Propagateurs de la coopération, 1964.

LASSERRE, Georges. **El hombre cooperativo**. Bogotá: Universidad Cooperativa de Colombia, 2008.

LITTELL, J. H. ...; CORCORAN, J. ...; PILLAI, V. **Systematic Reviews and Meta-Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LONDOÑO, M. Carlos Mário. **El movimiento cooperativo y el Estado**. Buenos Aires: Intercoop, 1976.

MARTIN, André; MOLINA, Ernesto;; LAFLEUR, Michel. Le paradigme coopératif : proposition renouvelée pour répondre aux attentes de la société actuelle. **IRECUS**, [s. l.], p. 21, 2008.

MARTIN, Andre. L'ÉDUCATION EST-ELLE TOUJOURS UN PRINCIPE FONDATEUR DU COOPÉRATISME. **IRECUS**, [s. l.], 2009.

MARTIN, André. THE COOPERATIVE EDUCATION AND THE EDUCATOR. **IRECUS**, [s. l.], n. July, p. 1–7, 2014.

MERRIAM-WEBSTER DICTIONARY. **DESIGN**. 2020. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/design>>. Acesso em: 4 jan. 2020.

MICHAEL, Porter. **L'avantage concurrentiel**. Paris: Dunod, 1999.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. 2020. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

MLADENATZ, Gromoslav. **História das Doutrinas Cooperativas**. Brasília: Confedbras, 2003.

NADEAU, Anne-Marie. Bonnes pratiques d'éducation coopérative auprès des jeunes. **uniRcoop**, [s. l.], p. 168–191, 2004.

NATIONS, United. **Our Common Future, From One Earth to One World**. Oslo, 1985.

NATIONS, United. **Supportive Environment for Cooperatives Environment**. New York, 2003.

NATIONS, United. **The future we want**. Rio de Janeiro, 1992.

NUNNALLY, Jum C.; BERNSTEIN, Ira H. **Teoria Psicométrica**. Madrid: MacGraw-Hill, 1995.

O'ROURKE, P. J. **Riqueza das Nações de Adam Smith: Uma Biografia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. v. I

OCB. **ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRA**. 2020. Disponível em: <www.ocb.org.br>. Acesso em: 14 maio. 2020.

OCZKOWSKI, Edward.; KRIVOKAPIC-SKOKO, Branka.; PLUMMER, Kay. The meaning, importance and practice of the co-operative principles: Qualitative evidence from the Australian co-operative sector. **Journal of Co-operative Organization and Management**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 54–63, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jcom.2013.10.006>>

OLIVEIRA, Geonival. **Programa Cooperjovem**. Brasília, DF: OCB/SESCOOP - COOPERGRAF, 2001.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. **DESIGN**. 2020. Disponível em: <<https://www.lexico.com/synonym/design>>. Acesso em: 4 jan. 2020.

PINHO, Diva B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

PROENÇA, Adriano; *et al.* **Gestão da inovação e competitividade no Brasil: da teoria para a prática**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

REICHHELD, F. F. The One Number You Need to Grow. **Harvard Business Review**, v. 81, p. 46-54, 2003.

REICHHELD, F.; MARKEY, R. **A Pergunta Definitiva 2.0: como as empresas que implementam o Net Promoter Score prosperam em um mundo voltado aos clientes**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

RODRIGUES, Roberto. **Cooperativismo: Democracia e Paz - Surfando a segunda onda**. São Paulo.

ROGERS, W. M.; SCHIMITI, M.; Mullins, M. E. **Correction for unreliability of multifactor measures: comparison of Alpha and parallel forms approaches**. *Organizational Research Methods*. v. 5, p. 184-199. 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Du contrat social**. Paris: Éditions Gallimard, 2004.

SAUNDERS, Mark; LEWIS, Philip;; THORNHILL, Adrian. **Research methods for business students**. Harlow: Pearson Education Limited, 2009.

SCHNEIDER, NATHAN; SCHOLZ, Trebor. **Ours to hack and to own**. London-New York: OR Books, 2016.

SCHNEIDER, José Odelso. **Identidade cooperativa: sua história e doutrina**. Porto Alegre: Sescop/RS, 2019.

SCHNEIDER, José Odelso (Org). **Educação Cooperativa e suas Práticas**. Brasília, DF: SESCOOP, 2003.

SCHNEIDER, José Odelso (Org). **Educação e capacitação cooperativa**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.

SCHNEIDER, Odelso. **A Identidade Cooperativa Valores, Princípios e Métodos do Cooperativismo Inspirados em Rochdale**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

SCHOLZ, Trebor; SCHNEIDER, Nathan. **Ours to hack and own**. [s.l: s.n.].

SCHRÖTER, HARM G.; BATTILANI, Patrizia. **The Cooperative Business Movement, 1950 to the Present**, 2012. Disponível em:
<<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=nlebk&AN=473207&site=eds-live>>

SCHRÖTER, Harm G.; BATTILANI, Patrizia. **The Cooperative Business Movement, 1950 to the Present**. New York: Cambridge University Press, 2012. Disponível em:
<<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=nlebk&AN=473207&lang=pt-br&site=ehost-live>>

SILVA, E. L. ...; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SILVA FREITAS JUNIOR, José Carlos Da *et al.* DESIGN RESEARCH: APLICAÇÕES PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS. **Revista de Administração FACES Journal**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 96–116, 2015. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bth&AN=102328355&site=eds-live>>

SOUSA, D. N.; PINHO, J. B.; AMODEO, N. B. P.; MILAGRES, C. S. F. A comunicação como ferramenta da educação cooperativista. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, [s. l.], p. 57–78, 2013.

SOUSA, Diego Neves De; FERREIRA, Palloma Rosa. **Educação cooperativista : Aprofundando o conceito**. [s.l: s.n.].

STREINER, D. L. Being inconsistent about consistency: when coefficient alpha does and doesn't matter. *Journal of Personality Assessment*. v. 80, p. 217-222. 2003.

THOMPSON, David. **Co-op Principles Then and Now (Parts 1 and 2)**. 1994. Disponível em: <<https://www.grocer.coop/articles/co-op-principles-then-and-now-parts-1-and-2>>. Acesso em: 4 maio. 2020.

VAN AKEN, Joan E. Management Research Based on the Paradigm of the Design Sciences: The Quest for Field-Tested and Grounded Technological Rules. **Journal of Management Studies**, [s. l.], v. 41, n. 2, p. 219–246, 2004.

WARING, Timothy M.; LANGE, Taylor. **The Adaptive Evolution of the Co-operative Principles**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3322978>>.

WATKINS, W. P. **Cooperative principles: today & tomorrow**. Manchester.

WATKINS, W. P. **Los principios cooperativos hoy y mañana**. Bogotá: Esacoop, 1989. a.

WATKINS, William. **Los principios cooperativos hoy y mañana**. Bogotá: Esacoop, 1989. b.

WILLIAMS, Richard C. **The cooperative movement: Globalization from below**. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2007.

WILLIG, C. **Introducing Qualitative Research in Psychology: Adventures in Theory and Method**. Buckingham: Open University Press, 2001.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO NA VERSÃO FINAL

Parte I – Questões consideradas variáveis externas

A primeira etapa (questões 1 a 14) é composta por “variáveis externas”.

1. Minha Idade:
2. Minha formação acadêmica:
3. Meu Sexo:
4. Minha cooperativa é do ramo:
5. Sou associado da cooperativa há (em anos):
6. Minha participação na cooperativa se dá como:
7. Na minha cooperativa o número de associados é de (aproximado):
8. Na minha cooperativa já participei de alguma assembleia.
9. Na minha cooperativa participo regularmente das assembleias.
10. Na minha cooperativa já participei de curso de educação cooperativa.
11. Na minha cooperativa das atividades que ela realiza, mantenho o maior volume de transações com a cooperativa.
12. Numa escala de 0 a 10, qual a probabilidade de eu indicar a minha cooperativa para um amigo?
13. Na minha cooperativa eu conheço o estatuto.
14. Eu permanecerei como associado da cooperativa nos próximos 5 anos.

Parte II – Questões relacionadas aos 7 Princípios do Cooperativismo

Quadro 13 - Questões relacionadas aos 7 Princípios do Cooperativismo

Princípio	Dimensão conceitual	Dimensão operacional	Referência
P1	Adesão voluntária e livre	De acordo com o primeiro princípio do cooperativismo [Adesão voluntária e livre], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_16. no momento de se associar, as pessoas sabem o que é uma cooperativa.	Martin (2008)
		Q_17. no momento de se associar, as pessoas têm noção dos seus direitos e deveres.	
		Q_18. não é praticado qualquer tipo de discriminação.	ACI (2015)
		Q_19. a liberdade individual é respeitada.	ACI (2015)
P2	Gestão democrática	De acordo com o segundo princípio do cooperativismo [Gestão Democrática], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_20. a prestação de contas é um processo transparente.	ACI (2015)
		Q_21. os associados têm as informações necessárias para exercer o controle democrático.	ACI (2015)

		Q_22. os associados se sentem contributivos e relevantes nas decisões tomadas em assembleias.	(GUILLOTTE, 2010)
		Q_23. as lideranças (Presidente, Conselheiros, Diretores) tomam decisões que atendem os interesses coletivos dos associados.	LACROIX (2002)
		Q_24. os associados são incentivados a participar de conselhos de administração.	ACI (2015)
		Q_25. os associados são incentivados a participar das assembleias.	ACI (2015)
P3	Participação econômica dos membros	De acordo com o terceiro princípio do cooperativismo [Participação Econômica], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_27. as políticas de distribuição dos resultados atendem aos interesses dos associados.	ACI (2015)
		Q_28. há estratégias de desenvolvimento em ação visando a sustentabilidade da cooperativa.	Hita (2020)
		Q_29. os associados estão dispostos a contribuir financeiramente com a cooperativa em caso de necessidade.	ACI (2015)
		Q_30. há um cuidado para que nenhum associado adquira mais influência do que os demais sócios.	ACI (2015)
P4	Autonomia e Independência	De acordo com o quarto princípio do cooperativismo [Autonomia e Independência], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_31. é mantida a autonomia e independência em relação aos bancos, governos e outras cooperativas.	ACI (2015)
		Q_32. é mantido um relacionamento saudável com os governos.	ONU (2002)
		Q_33. há sustentabilidade financeira que permite desenvolver as suas atividades sozinha.	ACI (2015)
		Q_34. cooperativa há uma relação de liberdade e transparência da cooperativa com as suas estruturas integradas – centrais, federações e confederações.	Schneider (2003)
P5	Educação, Formação e Informação.	De acordo com o quinto princípio do cooperativismo [Educação, Formação e Informação], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_36. são oferecidos meios aos associados para que estes busquem aperfeiçoamento na área da gestão e governança cooperativa.	Schneider (2003)

		Q_37. as lideranças (Presidente, Conselheiros, Diretores) conhecem os princípios cooperativos.	Martin <i>et al.</i> (2008)
		Q_38. há programas de educação cooperativista.	Schneider (2003)
		Q_39. os recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES) são aplicados na formação e informação do associado.	Martin (2008)
		Q_40. as assembleias são consideradas um momento de educação cooperativa.	Henry (2012)
P6	Intercooperação	De acordo com o sexto princípio do cooperativismo [Intercooperação], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_41. quando é necessário buscar um serviço de alguma organização externa, há preferência por serviços de cooperativas, mesmo que o custo seja um pouco mais elevado.	ACI (2015)
		Q_42. há abertura para realizar ações juntamente com cooperativas de outros ramos.	ACI (2015)
		Q_43. as cooperativas do mesmo ramo são vistas como parceiras.	ACI (2015)
		Q_44. são praticadas ações conjuntas com outras cooperativas.	Birchall; Ketilson (2009)
P7	Compromisso com a comunidade.	De acordo com o sétimo princípio do cooperativismo [Compromisso com a comunidade], percebo que na minha cooperativa:	
		Q_45. há investimento em projetos economicamente viáveis, ambientalmente corretos e socialmente justos.	ACI (2015)
		Q_46. há contribuição para o desenvolvimento econômico e social sustentável dos associados e da comunidade local.	ACI (2015)
		Q_47. são desenvolvidas ações de acordo com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.	ACI (2015)
		Q_48. os associados discutem e aprovam as ações que serão desenvolvidas na comunidade.	ACI (2015)
		Q_49. as ações de sustentabilidade são comunicadas com transparência para a sociedade.	ACI (2015)

APÊNDICE B – MATRIZ DE CORRELAÇÃO

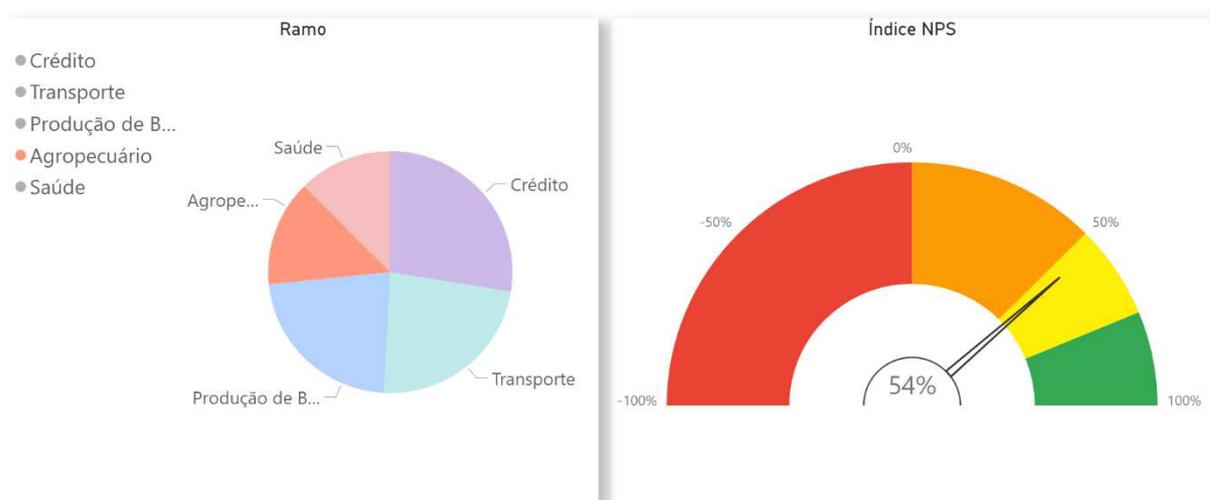
Tabela 21 - MATRIZ DE CORRELAÇÃO

		Correlações																																
		P1.16	P1.17	P1.18	P1.19	P1.20	P1.21	P1.22	P1.23	P1.24	P1.25	P1.27	P1.28	P1.29	P1.30	P1.31	P1.32	P1.33	P1.34	P1.35	P1.37	P1.38	P1.39	P1.40	P1.41	P1.42	P1.43	P1.44	P1.45	P1.46	P1.47	P1.48	P1.49	
P1.16	Correlação de Pearson	1	0,998	0,948	0,262	0,205	0,217	0,363	0,284	0,332	0,160	0,221	0,249	0,319	0,323	0,247	0,195	0,225	0,234	0,320	0,198	0,220	0,217	0,372	0,305	0,214	0,265	0,249	0,246	0,236	0,315	0,324	0,305	
	Sig. (2 extremidades)		<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	
P1.17	Correlação de Pearson	0,998	1	0,944	0,265	0,211	0,311	0,352	0,404	0,263	0,211	0,312	0,339	0,309	0,281	0,238	0,289	0,348	0,377	0,319	0,311	0,351	0,417	0,311	0,289	0,349	0,260	0,309	0,320	0,385	0,349	0,337		
	Sig. (2 extremidades)	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	
P1.18	Correlação de Pearson	0,262	0,265	1	0,495	0,411	0,280	0,330	0,348	0,343	0,220	0,290	0,243	0,324	0,293	0,248	0,261	0,384	0,228	0,273	0,271	0,311	0,418	0,324	0,230	0,265	0,355	0,146	0,211	0,246	0,249	0,229		
	Sig. (2 extremidades)	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001		
P1.19	Correlação de Pearson	0,205	0,211	0,495	1	0,459	0,450	0,467	0,492	0,345	0,315	0,352	0,315	0,384	0,342	0,366	0,347	0,506	0,306	0,311	0,398	0,398	0,442	0,311	0,395	0,386	0,325	0,305	0,374	0,375	0,399	0,335		
	Sig. (2 extremidades)	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001		
P1.20	Correlação de Pearson	0,363	0,311	0,411	0,459	1	0,509	0,573	0,527	0,450	0,325	0,495	0,527	0,399	0,414	0,398	0,428	0,427	0,496	0,406	0,460	0,315	0,314	0,480	0,352	0,394	0,318	0,318	0,368	0,468	0,427			
	Sig. (2 extremidades)	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001			
P1.21	Correlação de Pearson	0,249	0,247	0,290	0,243	0,509	1	0,609	0,664	0,441	0,496	0,621	0,522	0,368	0,497	0,464	0,492	0,621	0,524	0,412	0,469	0,364	0,381	0,498	0,345	0,358	0,322	0,278	0,439	0,314	0,500			
	Sig. (2 extremidades)	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001			
P1.22	Correlação de Pearson	0,319	0,312	0,339	0,315	0,450	0,609	1	0,707	0,627	0,464	0,647	0,627	0,460	0,517	0,476	0,562	0,641	0,548	0,519	0,544	0,397	0,338	0,582	0,401	0,411	0,394	0,387	0,498	0,310	0,497	0,566		
	Sig. (2 extremidades)	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001			
P1.23	Correlação de Pearson	0,284	0,281	0,348	0,411	0,459	0,627	0,707	1	0,818	0,553	0,645	0,644	0,444	0,534	0,517	0,620	0,520	0,587	0,517	0,553	0,381	0,386	0,593	0,418	0,437	0,397	0,376	0,418	0,515	0,524	0,509		
	Sig. (2 extremidades)	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001			
P1.24	Correlação de Pearson	0,352	0,404	0,345	0,436	0,450	0,441	0,562	0,618	1	0,505	0,395	0,466	0,437	0,541	0,400	0,442	0,383	0,448	0,500	0,444	0,441	0,404	0,335	0,487	0,463	0,476	0,497	0,450	0,446	0,542	0,538		
	Sig. (2 extremidades)	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001			
P1.25	Correlação de Pearson	0,160	0,205	0,220	0,211	0,225	0,486	0,464	0,533	0,505	1	0,430	0,468	0,304	0,355	0,260	0,335	0,382	0,507	0,340	0,389	0,314	0,381	0,408	0,282	0,329	0,317	0,322	0,415	0,474	0,393			
	Sig. (2 extremidades)	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001			
P1.27	Correlação de Pearson	0,221	0,261	0,290	0,335	0,495	0,468	0,464	0,545	0,393	0,430	1	0,562	0,442	0,413	0,465	0,454	0,375	0,550	0,313	0,390	0,434	0,427	0,324	0,380	0,495	0,366	0,375	0,500	0,340	0,544	0,518		
	Sig. (2 extremidades)	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001			
P1.28	Correlação de Pearson	0,249	0,112	0,243	0,352	0,457	0,522	0,562	0,564	0,446	0,468	0,562	1	0,412	0,426	0,428	0,377	0,532	0,556	0,478	0,463	0,413	0,376	0,371	0,380	0,324	0,297	0,599	0,615	0,511	0,473			
	Sig. (2 extremidades)	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001			
P1.29	Correlação de Pearson	0,319	0,319	0,324	0,315	0,389	0,368	0,460	0,444	0,437	0,304	0,421	0,412	1	0,501	0,361	0,380	0,474	0,510	0,448	0,317	0,446	0,428	0,483	0,383	0,357	0,258	0,283	0,398	0,394	0,469			
	Sig. (2 extremidades)	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001			
P1.30	Correlação de Pearson	0,323	0,409	0,291	0,364	0,411	0,497	0,553	0,554	0,541	0,355	0,423	0,426	0,501	1	0,452	0,434	0,444	0,525	0,317	0,382	0,447	0,451	0,507	0,450	0,382	0,460	0,398	0,401	0,487	0,509			
	Sig. (2 extremidades)	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001			
P1.31	Correlação de Pearson	0,247	0,241	0,244	0,342	0,399	0,464	0,476	0,517	0,400	0,360	0,463	0,428	0,511	0,452	1	0,515	0,490	0,519	0,421	0,400	0,348	0,397	0,492	0,388	0,377	0,387	0,321	0,374	0,498				
	Sig. (2 extremidades)	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001			
P1.32	Correlação de Pearson	0,195	0,218	0,261	0,366	0,429	0,492	0,562	0,620	0,442	0,515	0,554	0,57																					

APÊNDICE C – NPS DE ACORDO COM OS RAMOS DAS COOPERATIVAS

A Figura 21 apresenta o índice de satisfação dos associados do ramo Agropecuário.

Figura 21 - Índice de Satisfação do Ramo Agropecuário

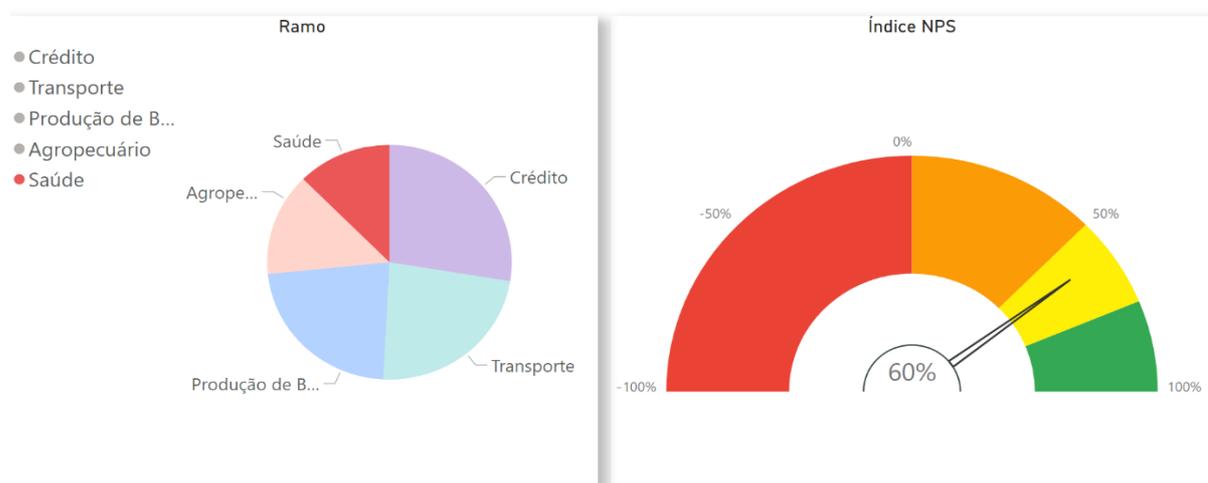


Fonte: Dados da Pesquisa

Verifica-se que o índice de satisfação do ramo agropecuário é de 54%. Quando analisado de forma separada, é significativamente menor em relação ao índice de satisfação geral. A classificação ainda permanece na zona de qualidade embora próxima da zona de aperfeiçoamento.

A Figura 22 apresenta o índice de satisfação dos associados do ramo Saúde.

Figura 22 - Índice de satisfação do ramo Saúde



Verifica-se que o índice de satisfação dos associados do ramo Saúde é de 60%, classificado como zona de qualidade.

A Figura 23 apresenta o índice de satisfação do ramo Transporte.

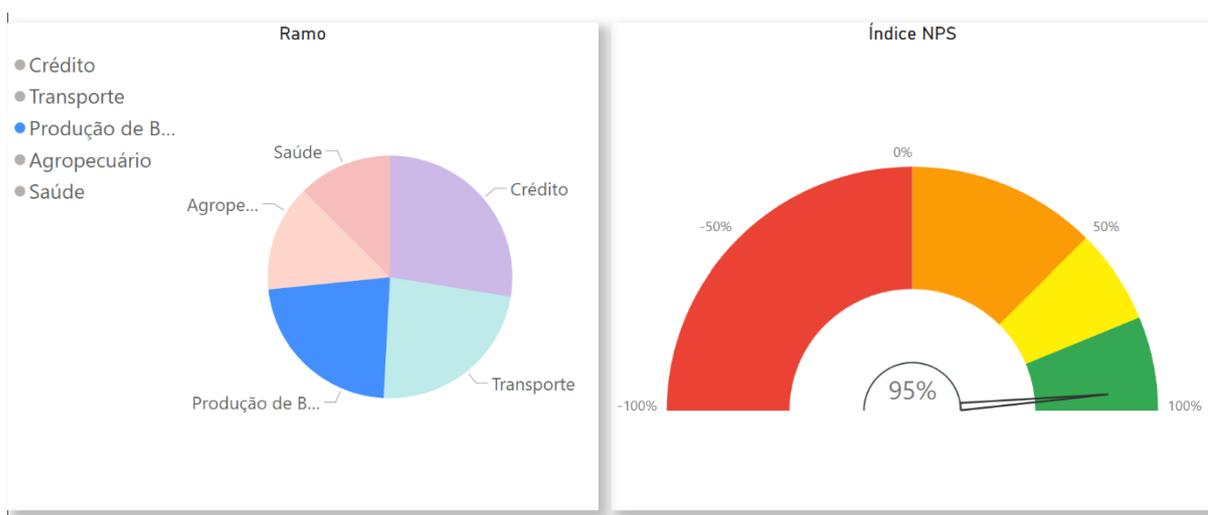
Figura 23 - Índice de satisfação do ramo Transporte



Verifica-se que o índice de satisfação dos associados do ramo Transporte é de 79%, classificado como zona de excelência.

A Figura 24 apresenta o índice de satisfação do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços.

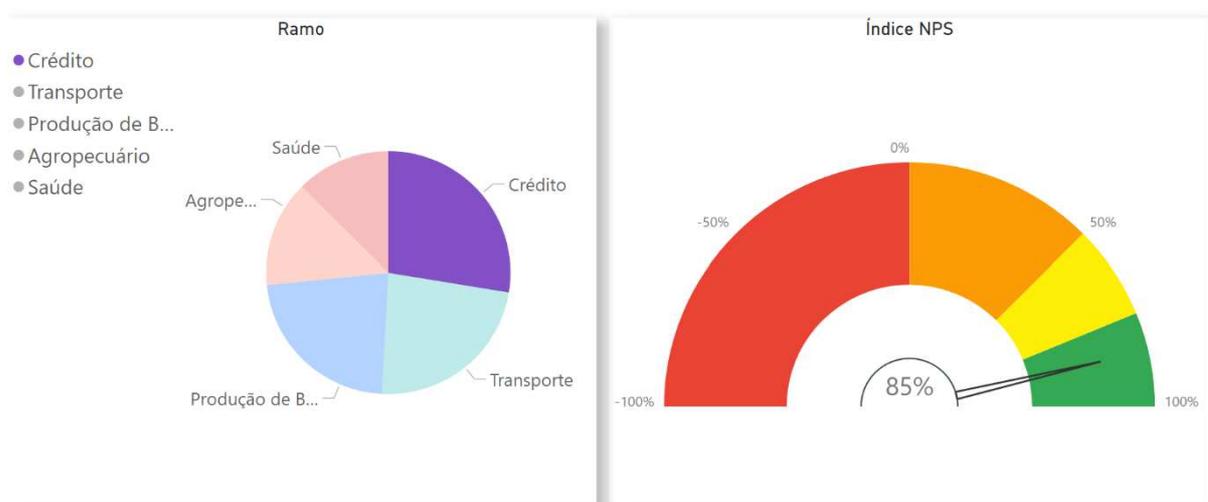
Figura 24 - Índice de satisfação do ramo Trabalho, Produção de Bens e Serviços.



Verifica-se que o índice de satisfação dos associados do ramo Transporte é de 95%, classificado como zona de excelência.

A Figura 25 apresenta o índice de satisfação do ramo Crédito.

Figura 25 - Índice de satisfação do ramo Crédito.



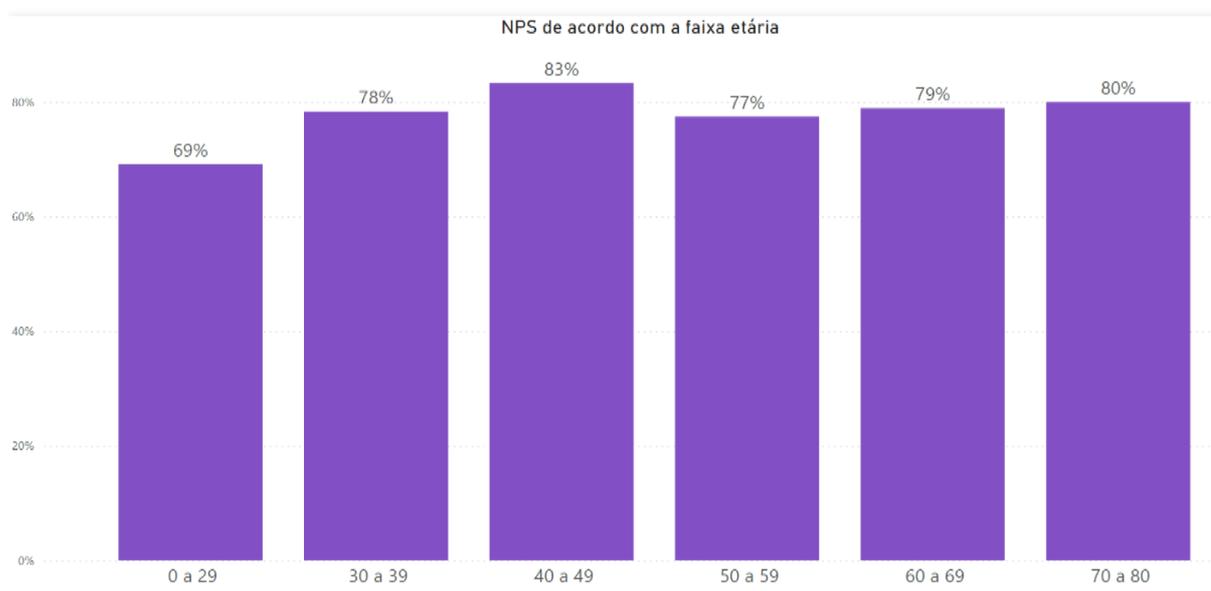
Verifica-se que o índice de satisfação dos associados do ramo Crédito é de 85%, também classificado como zona de excelência.

Índice de Satisfação de acordo com outros critérios

A seguir são apresentados os índices de satisfação de acordo com alguns critérios como idade, papel do associado na cooperativa, participação em cursos de formação e participação em Assembleias da cooperativa.

A Figura 26 apresenta o índice de satisfação de acordo com a faixa etária.

Figura 26 - Índice de satisfação de acordo com a faixa etária.

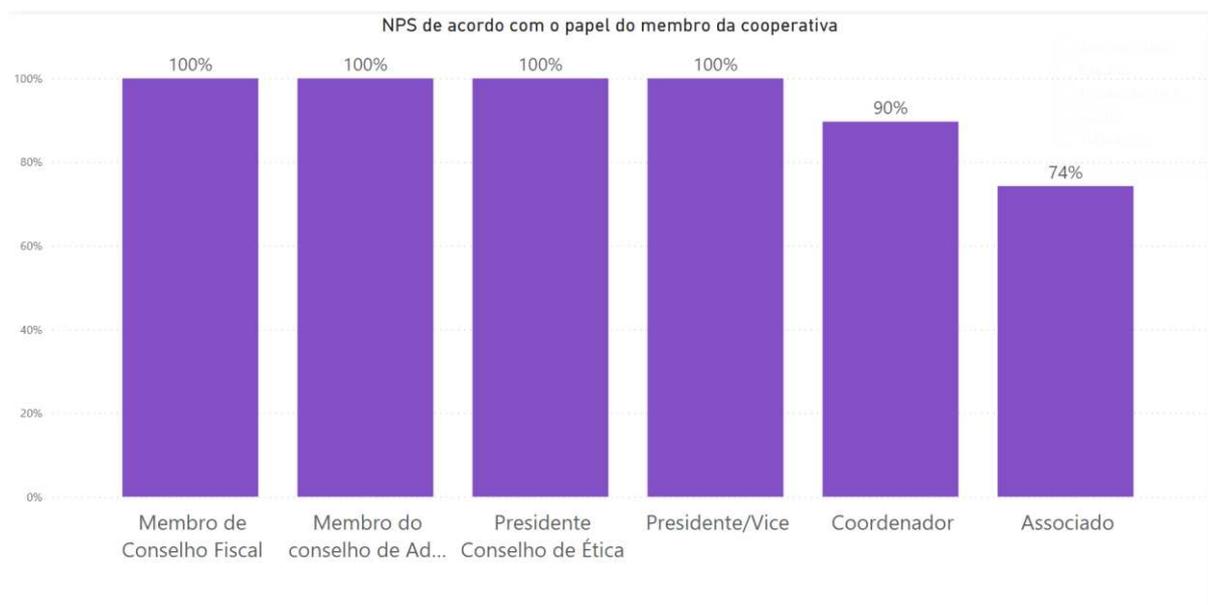


Fonte: Dados da Pesquisa

De forma geral, o índice de satisfação dos associados, considerando todos os ramos participantes da pesquisa, está na zona de excelência, com exceção da faixa etária mais jovem (até 29 anos de idade) que apresenta um índice de 69% sendo classificada como zona de qualidade.

A Figura 27 apresenta o índice de satisfação de acordo com o papel do associado na cooperativa.

Figura 27 - Índice de satisfação de acordo com o papel desempenhado.



Fonte: Dados da Pesquisa

Percebe-se que há um nível de satisfação significativamente distinto entre os associados que fazem parte de conselhos de administração, conselhos fiscais, conselhos de ética, presidentes e vices em relação aos demais associados. Aqueles que ocupam cargos de liderança apresentam um índice de satisfação de 100% enquanto o associado, de forma geral, apresenta um índice de 74%. Em todos os ramos pesquisados, aqueles associados que estão em cargos de liderança apresentaram um índice de satisfação de 100%, enquanto os demais associados apresentam índices menores.

A Figura 28 apresenta o índice de satisfação do associado quanto a participação em cursos de educação cooperativa.

Figura 28 - Índice de satisfação de acordo com a participação em cursos de educação.

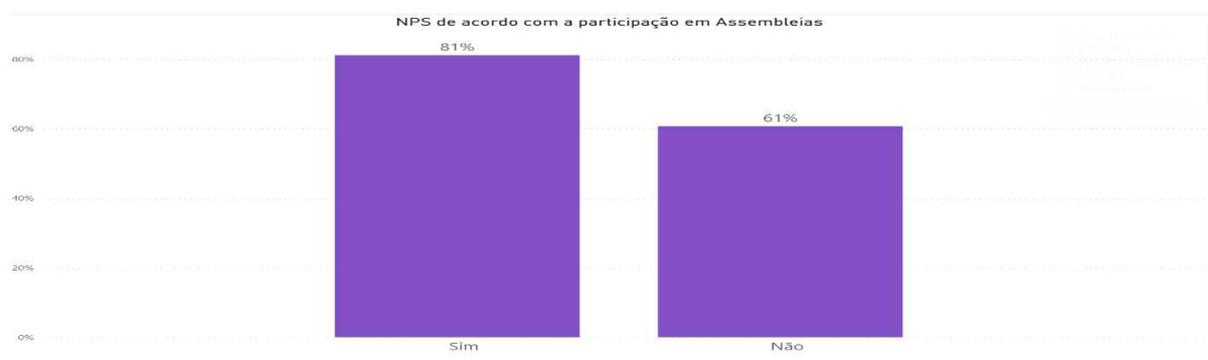


Fonte: Dados da Pesquisa

Comparativamente, os associados que participam de cursos de educação cooperativa apresentam um índice de satisfação de 89%, classificado na zona de excelência. Já os associados que não participam desse tipo de formação apresentam um índice de satisfação de 61%. Ou seja, a participação do associado em cursos dessa natureza implica satisfação significativamente maior.

A Figura 29 apresenta o índice de satisfação do associado quanto a participação em Assembleias da cooperativa.

Figura 29 - NPS de acordo com a regularidade de participação em assembleias.

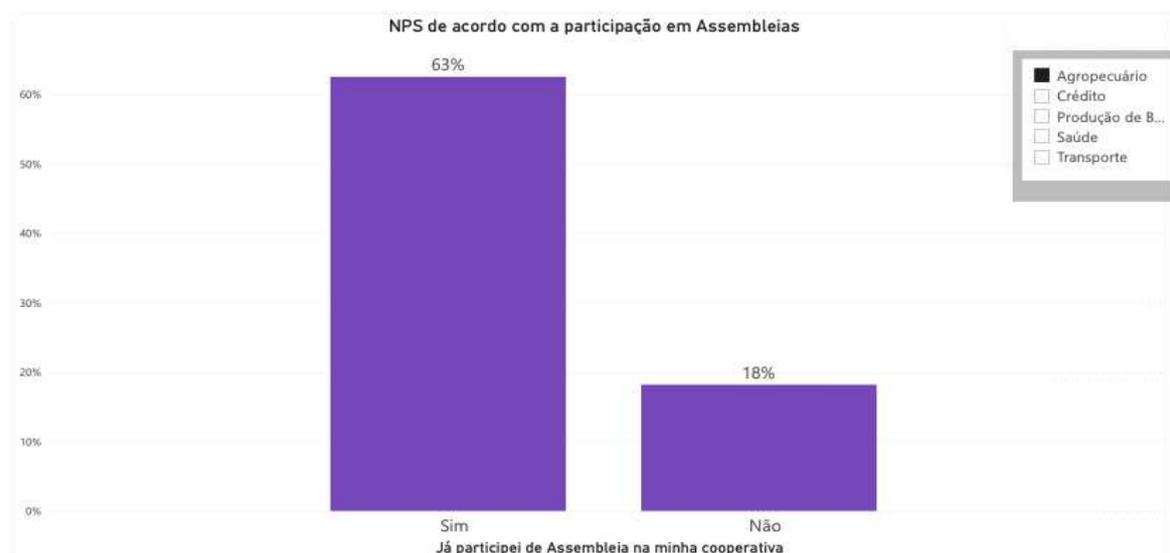


Fonte: Dados da Pesquisa

Verifica-se que o índice de satisfação do associado que participa regularmente das Assembleias é de 81%. Já o índice de satisfação do associado que não participa das Assembleias com regularidade é de 61%.

A Figura 30 apresenta o NPS em relação aos associados que participam de assembleias regularmente e que são do Ramo Agropecuário.

Figura 30 - NPS de associados do Ramo Agropecuário e que participam de assembleias



Fonte: Dados da Pesquisa

Verifica-se que, no Ramo Agropecuário o Índice de Satisfação é 63% para os associados que já participaram de assembleias. Já entre os associados que não participam das assembleias o NPS é de 18%.

APÊNDICE D – MATRIZ TESTE-T

Tabela 22 - MATRIZ Teste-T das Questões P1.Q_16 a P7.Q_49

	P1.Q_16	P1.Q_17	P1.Q_18	P1.Q_19	P2.Q_20	P2.Q_21	P2.Q_22	P2.Q_23	P2.Q_24	P2.Q_25	P3.Q_27	P3.Q_28	P3.Q_29	P3.Q_30	P4.Q_31	P4.Q_32	P4.Q_33	P4.Q_34	P5.Q_35	P5.Q_37	P5.Q_38	P5.Q_39	P5.Q_40	P6.Q_41	P6.Q_42	P6.Q_43	P6.Q_44	P7.Q_45	P7.Q_46	P7.Q_47	P7.Q_48	P7.Q_49		
P1.Q_16	5,48																																	
P1.Q_17	0,00	5,43																																
P1.Q_18	0,00	0,00	6,48																															
P1.Q_19	0,00	0,00	0,00	6,41																														
P2.Q_20	0,00	0,00	0,00	0,00	6,59																													
P2.Q_21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,33																												
P2.Q_22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,10																											
P2.Q_23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,34																										
P2.Q_24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,28																									
P2.Q_25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,62																								
P3.Q_27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,05																							
P3.Q_28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,35																						
P3.Q_29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,86																					
P3.Q_30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,47																				
P4.Q_31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,10																			
P4.Q_32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,45																		
P4.Q_33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,04																	
P4.Q_34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,35																
P5.Q_35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,68															
P5.Q_37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,63														
P5.Q_38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,92													
P5.Q_39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,49												
P5.Q_40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,87											
P6.Q_41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,49										
P6.Q_42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,95									
P6.Q_43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,60									
P6.Q_44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,28								
P7.Q_45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
P7.Q_46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P7.Q_47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P7.Q_48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P7.Q_49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados da Pesquisa